

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ



Relatório de Gestão 2016





**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016.

Elaboração:

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, com a colaboração das demais Unidades Administrativas e Acadêmicas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Reitora

Raimunda Nonata Monteiro

Vice-Reitor

Anselmo Alencar Colares

Pró-Reitora de Administração

Geany Cleide Carvalho Martins

Pró-Reitor da Comunidade, Cultura e Extensão

Thiago Almeida Vieira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maria de Fátima de Sousa Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Milton Renato da Silva Melo

Pró-Reitor de Gestão Estudantil

Raimundo Valdomiro de Souza (até 01/06/2016)

Deize de Souza Carneiro (de 02/06/2016 a 06/11/2016)

Edna Marzzitelli Pereira (a partir do dia 07/11/2016)

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

Sérgio de Melo

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

DIRIGENTES DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Diretora do Centro de Formação Interdisciplinar

Delaine Sampaio da Silva

Diretora do Instituto de Biodiversidade e Florestas

Elaine Cristina Pacheco de Oliveira

Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Edilan de Sant'Ana Quaresma

Diretor do Instituto de Ciências da Sociedade

Jarsen Luis Castro Guimarães

Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

Keid Nolan Silva Sousa

Diretor do Instituto de Engenharia e Geociências

Manoel Roberval Pimentel Santos

Diretor do Instituto de Saúde Coletiva

Waldiney Pires Moraes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

ELABORAÇÃO

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Pró-Reitor

Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos

Diretor de Avaliação e Informação Institucional

Edson Akira Asano

Coordenador de Informações Institucionais

Ediclei dos Santos Oliveira

Organização e Elaboração

Ediclei dos Santos Oliveira

Equipe Técnica

José Leandro da Silva Correa

Raianne Cristina Mourão Carlos

Colaboração

Unidades Administrativas e Acadêmicas da Ufopa

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AG – Alunos Regularmente Matriculados na Graduação
AGE – Alunos Equivalentes de Graduação
AGTI – Alunos da Graduação em Tempo Integral
AIT – Agência de Inovação Tecnológica
APG – Alunos da Pós-Graduação *stricto sensu*
APGTI – Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral
AR – Alunos de Residência Médica
ARNI – Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais
ARTI – Alunos em Tempo Integral de Residência Médica
AUDIN – Auditoria Interna
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFI – Centro de Formação Interdisciplinar
CGU – Controladoria-Geral da União
CONSAD – Conselho Superior de Administração
CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN – Conselho Universitário
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPAD – Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar
CTIC – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DINTER – Doutorado Interinstitucional
DMA – Diretoria de Meio Ambiente
ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio
FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FAPESPA – Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa
IBEF – Instituto de Biodiversidade e Florestas
ICED – Instituto de Ciências da Educação
ICS – Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA – Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IEG – Instituto de Engenharia e Geociências
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural Nacional
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQCTA – Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo
ISCO – Instituto de Saúde Coletiva
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores para o Ensino Básico
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PPA – Plano Plurianual
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROCCE – Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROEXT – Programa de Extensão Universitária
PROGES – Pró-Reitoria de Gestão Estudantil
PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPPIT – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PSE – Processo Seletivo Especial
PSR – Processo seletivo Regular
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviços ao Cidadão
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINFRA – Superintendência de Infraestrutura
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCU – Tribunal de Contas da União
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre as unidades estratégicas da Ufopa.	21
Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”	26
Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.	26
Quadro 4 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”	27
Quadro 5 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Sociedade”	29
Quadro 6 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Processos”.	30
Quadro 7 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”	31
Quadro 8 – Acompanhamento da ação 4002, assistência ao estudante de ensino superior.	33
Quadro 9 – Acompanhamento da ação 2012, auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.	35
Quadro 10 – Acompanhamento da ação 2011, auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares.	36
Quadro 11 – Acompanhamento da ação 2010, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.	37
Quadro 12 – Acompanhamento da ação 2004, assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.	38
Quadro 13 – Acompanhamento da ação 4575, capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação.	39
Quadro 14 – Acompanhamento da ação 20GK, Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.	40
Quadro 15 – Acompanhamento da ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.	41
Quadro 16 – Acompanhamento da ação 8282, reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.	43
Quadro 17 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.	44
Quadro 18 – Despesas por modalidade de contratação	46
Quadro 19 – Despesas por grupo e elemento de despesa.	47
Quadro 20 – Resultado dos indicadores no exercício 2016.	48
Quadro 21 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.	50
Quadro 22 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.	58
Quadro 23 – Força de Trabalho da UPC (Ufopa)	72
Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva	72
Quadro 25 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Ufopa. ..	73
Quadro 26 – Despesas do Pessoal.	74
Quadro 27 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.	78
Quadro 28 – Quantidade de veículos por grupo.	80
Quadro 29 – Despesas associadas à manutenção da frota.	81
Quadro 30 - Despesas com publicidade	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos de Especialização que ofertaram vagas no exercício 2016.	23
Tabela 2 – Quantitativo dos projetos de pesquisa no exercício 2016.	25
Tabela 3 – Quantidade de programas e projetos de extensão executados durante o ano de 2016.	25
Tabela 4 – Vagas para os cursos de graduação distribuídas por processo seletivo em 2016.	41
Tabela 5 – Resultado quantitativos das ofertas de vagas, ingressantes, alunos matriculados e formados nos cursos de pós-graduação em 2016.	42
Tabela 6 – Custo corrente sem HU	50
Tabela 7 – Quantitativo de docentes da Ufopa em efetivo exercício no ano de 2016.	52
Tabela 8 – Quantitativo de funcionários da Ufopa no ano de 2016 por regime de trabalho em efetivo exercício.	53
Tabela 9 – Alunos matriculados por semestre e número ingressantes e concluintes em 2016.	54
Tabela 10 – Número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	55
Tabela 11 – Número de alunos da graduação em tempo integral e aluno equivalente de graduação por curso.	57
Tabela 12 – Conceito dos programas de pós-graduação da Ufopa.	62
Tabela 13 – Quantitativo de docentes por titulação em pelo exercício 2016.	63
Tabela 14 – Processos disciplinares do exercício 2016.	70
Tabela 15 – Registro do sistema CGU PAD	71
Tabela 16 – Aplicação de penalidades dos processos disciplinares.	71
Tabela 17 – Contratos do exercício 2016 para pessoal de apoio.	76
Tabela 18 – Quantidade de contratações de estagiário por semestre em 2016.	77
Tabela 19 – Despesas financeiras por semestres com manutenção de estágio remunerado em 2016.	78
Tabela 20 – Solicitação de informação feita ao SIC/Ufopa no período de 2012 a 2016, via sistema e-SIC.	95
Tabela 21 – Questionário de Pesquisa de Satisfação 2016 – Ouvidoria	96
Tabela 22 – Quantidade de pedidos no trimestre e anual em 2016, a média mensal e o tempo médio de resposta.	97
Tabela 23 – Recomendações do órgão de controle interno em 2016.	102
Tabela 24 – Cursos de graduação da Ufopa	104

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	16
1.1. Finalidade e competências.....	16
1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade.....	17
1.3. Ambiente de atuação	17
1.4. Organograma	20
1.5. Macroprocessos finalísticos.....	21
a) Ensino.....	22
b) Pesquisa.....	23
c) Extensão	25
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	26
2.1. Planejamento Organizacional	26
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	26
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	27
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.	28
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	29
2.3. Desempenho Orçamentário	32
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	32
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	43
2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	44
2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	44
2.4. Execução descentralizada com transferência de recursos	44
2.4.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	45
2.5. Informações sobre a realização das receitas	45
2.6. Informações sobre a execução das despesas.....	45
2.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	48
2.8. Desempenho operacional.....	48
2.9. Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	50

2.9.1.	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	50
2.9.1.1.	Custo Corrente.....	50
2.9.1.2.	Professor Equivalente.....	51
2.9.1.3.	Funcionários Equivalentes	52
2.9.1.4.	Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (A _G), Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (A _R TI).....	53
2.9.1.5.	Alunos na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (A _{PG}) e Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (A _{PG} TI)	55
2.9.1.6.	Alunos de Graduação em Tempo Integral (A _G TI) e Número de Alunos equivalentes da Graduação (A _G E)	56
2.9.1.7.	Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002	58
2.10.	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	64
3.	GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	66
3.1.	Descrição das estruturas de governança	66
3.2.	Atuação da unidade de Auditoria Interna	68
3.3.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	70
3.4.	Gestão de riscos e controles internos.....	71
4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	72
4.1.	Gestão de Pessoas	72
4.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	72
4.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	74
4.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	75
4.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	76
4.1.5.	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	79
4.2.	Gestão do patrimônio e infraestrutura	79
4.2.1.	Gestão da frota de veículos	79
4.2.2.	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	81
4.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	83
4.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	84
4.2.5.	Informações sobre imóveis locados de terceiro	84
4.2.6.	Informações sobre a infraestrutura física	85
4.3.	Gestão da tecnologia da informação.....	85

4.3.1.	Alinhamento Estratégico	85
4.3.2.	Atividades do Comitê Gestor de TI.....	86
4.3.3.	Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI	86
4.3.4.	Força de trabalho de TI	87
4.3.5.	Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na Ufopa.....	87
4.3.6.	Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período.....	87
4.3.7.	Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.	89
4.3.8.	Principais sistemas de informações.....	89
4.4.	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	90
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	95
5.1.	Canais de acesso do cidadão.....	95
5.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	96
5.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	96
5.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	97
5.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	98
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	99
6.1.	Desempenho financeiro no exercício	99
6.2.	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	99
6.3.	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão	99
6.4.	Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados.....	100
6.5.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	100
6.6.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	100
6.7.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas	101
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	102
7.1.	Tratamento de determinações do TCU	102
7.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	102
7.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	102
7.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993.....	103
7.5.	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	103
7.6.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	103

7.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	104
Parecer da unidade de auditoria interna	105
Parecer do colegiado	111
Relatório de instância ou área de correição.....	112
Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da administração pública federal	113
Declaração de integridade e completude dos registros no sistema de apreciação e registro dos atos de admissão e concessões.....	114
Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	115
Declaração de integridade dos registros das informações no sistema integrado de planejamento e orçamento	116
Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	117
Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no sistema integrado de administração financeira do governo federal (Siafi)	118
Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994	119
ANEXOS.....	120

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Oeste Pará (Ufopa) apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016, reforçando o seu compromisso com a transparência pública. Além de ser peça obrigatória de prestação de contas aos órgãos de controle, este Relatório pretende divulgar à sociedade as atividades desenvolvidas pela Ufopa.

A gestão institucional no exercício de 2016 foi norteada pelas leis reguladoras do Ensino Superior do Serviço Público Federal; pelas deliberações do Conselho Universitário da Ufopa, criado pela Portaria nº 1.245, de 1º de agosto de 2011, da Reitoria; pelo Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013 e por seu Regimento Interno. O Relatório de Gestão apresenta um resumo das ações desenvolvidas pelas Unidades Acadêmicas, Administrativas e Órgãos Suplementares da Instituição e, além de cumprir as exigências legais, serve como instrumento interno de reflexão sobre o desempenho da Instituição durante o exercício. Este relatório atende ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e na Portaria 59/2017 TCU e seus desdobramentos no sistema e-Contas do TCU. Este relatório está dividido em 7 (sete) capítulos, conforme consta da estrutura do sistema e-Contas do TCU.

Durante o exercício de 2016, a Ufopa buscou trabalhar com base no seu Plano de Desenvolvimento Estratégico, por meio da oferta de vagas para os cursos de graduação e pós-graduação, estimulando a Pesquisa e a Extensão universitária, além de oferecer vagas em concursos para professor substituto; e realizou concursos para provimento de vagas de docentes e técnico-administrativos em educação.

Em 2016, a Ufopa continuou oferecendo programas de assistência estudantil, com a oferta de diversas modalidades de bolsas para os discentes dos cursos de graduação, levando-se em conta o desempenho acadêmico e o grau de vulnerabilidade social, ações de assistência Psicossociopedagógica para atender aos acadêmicos com dificuldades na aprendizagem, além de promoção de eventos de cultura, esporte e lazer, envolvendo toda a comunidade universitária.

Quanto à sua infraestrutura, durante o exercício, a Ufopa continuou o investimento em projetos de novas construções, reforma, ampliação e adequação de espaços físicos e na melhoria dos serviços de conservação e limpeza, segurança, transporte e manutenção da infraestrutura, proporcionando condições de funcionamento da Universidade. Essas ações realizadas pela Superintendência de Infraestrutura (Sinfra), Coordenação de Transporte, Coordenação de Segurança Patrimonial demonstram a preocupação da Administração Superior em atender às categorias discente, docente e técnico-administrativa, além da comunidade externa, nas perspectivas de ordem acadêmica, administrativas e social.

Quanto à consolidação das políticas de ensino, foram ofertadas vagas para a graduação em seus diferentes processos seletivos. No processo seletivo regular, considera-se a nota do Enem como critério de seleção, no processo seletivo especial, voltados para a população indígena e quilombola, é realizado de forma simplificada, onde há uma redação, interpretação de texto e entrevistas com os candidatos. Na Pós-Graduação foram ofertadas vagas para os diversos cursos *Lato e Stricto Sensu*.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidade e competências

A Ufopa é uma Instituição Federal de Ensino Superior constituída na forma de autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, com sede e foro na cidade de Santarém, estado do Pará. É dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal, observada a legislação vigente e seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas. De acordo com sua lei de criação, a Ufopa tem como objetivo “*ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária*”; como missão “*Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia*”; e a visão de futuro de “*Ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento*”.

A Ufopa em seu Estatuto, tem como finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis.

Para a consecução de seus fins, a Ufopa realiza:

I – ensino superior, visando à excelência acadêmica, científica, profissional e humana, nas diferentes áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural e a inovação;

II – pesquisas e atividades inovadoras nas ciências, nas tecnologias, nas letras, nas artes e na filosofia, respeitando e valorizando os saberes tradicionais;

III – extensão universitária aberta à participação e interação com a comunidade, promovendo sinergias entre o conhecimento gerado no âmbito acadêmico e a sociedade, visando ao desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico;

IV – qualificação e capacitação permanente de seus servidores;

V – cooperação para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, para o compartilhamento de conhecimento e para o empreendimento de uma cultura de solidariedade e paz.

A Ufopa é a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, sendo uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existem três unidades: a Unidade Amazônia, a Unidade Rondon e a Unidade Tapajós, além de utilizar outros espaços locados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da Instituição, até a construção de novos prédios.

A proposta acadêmica da Ufopa está estruturada em um sistema norteado pela flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, mobilidade e formação em ciclos, constituindo um sistema integrado de educação continuada. A formação é iniciada com um ciclo de disciplinas comuns a todos que ingressam nos institutos temáticos da Instituição, cujas áreas de atuação estão vinculadas ao contexto amazônico e às questões sociais e educacionais. São Institutos da Ufopa: Instituto de Biodiversidade e Floresta (Ibef); Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA); Instituto de Engenharia e Geociências (IEG); Instituto de Ciências da Educação (Iced); Instituto de Ciências da Sociedade (ICS); e Instituto de Saúde Coletiva (Isco).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa (2012-2016), são descritos os objetivos estratégicos da Universidade, que foram construídos com base nas perspectivas da sociedade, dos processos internos, de pessoas e de infraestrutura e orçamento. Neles são estabelecidos um conjunto de medidas e uma relação de causa e efeito entre esses objetivos.

O Mapa Estratégico, presente no PDI, é composto de 4 (quatro) perspectivas (Sociedade, Processos Internos, Pessoas/Infraestrutura e Orçamento); 7 (sete) temas estratégicos (Excelência na

Gestão, Excelência Acadêmica, Promoção de Modelos Curriculares Inovadores, Produção de Conhecimento e Articulação com a Sociedade, Gestão de Pessoas e Infraestrutura); e os objetivos estratégicos. Dessa forma, as ações da Ufopa estão sendo orientadas de modo a gerar e difundir o conhecimento de forma inovadora, como um instrumento estratégico para a minimização dos *déficits* encontrados nas mesorregiões do Baixo Amazonas.

1.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da Unidade

A Ufopa foi criada pela Lei 12.085/2009 para ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. A Ufopa é regida pela Lei nº 12.085, de 2009, e legislação federal pertinente; pelo seu Estatuto; por seu Regimento Geral; pelas resoluções de seus órgãos colegiados de deliberação superior; e por regimentos específicos, elaborados em consonância com os textos legais referidos anteriormente.

O Estatuto foi aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013. Nele é definido que a Ufopa dispõe de sua estrutura multicampi, observadas as seguintes diretrizes de organização: unidade de administração e patrimônio, com organização sistêmica multicampi de bibliotecas, laboratórios e outras instalações, equipamentos e tecnologias com acesso garantido à comunidade acadêmica e à sociedade; convergência de áreas do conhecimento, nas Unidades Acadêmicas, abrangendo ensino, pesquisa e extensão; descentralização de responsabilidades e competências de gestão, com vistas à autonomia das Unidades Acadêmicas e dos Órgãos Suplementares; cooperação entre as Unidades Acadêmicas e os Órgãos Suplementares, visando à unidade de ação na implementação do PDI e na gestão do corpo docente e técnico-administrativo.

A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Ufopa, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foram definidas no seu Estatuto, compondo-se de Conselhos Superiores; Reitoria; Pró-Reitorias; Unidades Acadêmicas e Campi; e Órgãos Suplementares.

O Regimento Geral da Ufopa foi aprovado pela Resolução nº 55, de 22 de julho de 2014, do Consun, e complementa o Estatuto da Ufopa e regulamenta os aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instâncias deliberativas, atribuindo-lhes competências e funcionamento de seus órgãos: colegiados superiores deliberativos; colegiados superiores consultivos; dos órgãos executivos. No Regimento Geral da Ufopa, as atividades fundamentais são definidas em ensino de graduação e pós-graduação; pesquisa; e extensão.

1.3. Ambiente de atuação

A Ufopa é uma universidade *multicampi* com sede no município de Santarém, com campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A criação da Ufopa fez parte do programa de expansão das universidades federais e é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre o MEC e a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual se prevê a ampliação do ensino superior na região amazônica. A Ufopa tem oferta regular de cursos de graduação nos municípios de Santarém, Óbidos (em 2015 foi ofertada vagas para a primeira turma do curso de Licenciatura em Pedagogia) e Oriximiná (ofertada a primeira turma do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas e Conservação). Nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre e Almeirim são atendidos com turmas dos cursos do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor). A abrangência da Ufopa chega ao total de 20 municípios.

A população total desses municípios é de 912.006 habitantes (IBGE, 2010), que corresponde a 12% da população do estado do Pará. A área ocupada é de 512.616 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 41% da área total do estado (1.250.000 km²). A densidade demográfica média é de 1,78 hab/km², sendo o município de Santarém o de maior densidade demográfica – 12,87 habitantes/km². Fazem parte dessa área de abrangência da Ufopa municípios da mesorregião do Baixo Amazonas (representados por Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa), além dos

municípios de Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163, que pertencem à mesorregião do sudoeste paraense.

A cidade de Santarém está situada no estado do Pará, na confluência dos rios Amazonas e Tapajós. Está distante de Belém, a capital, 1.369 km (807 km em linha reta) e ocupa uma área de 22.887 km², com população de 294.580 habitantes (IBGE, 2010). Para Manaus, esta distância cai para 722 km em linha reta. Embora seja uma das cidades mais importantes do interior da Amazônia, ainda possui estrutura razoável. Tem porto de intenso movimento, capaz de abrigar navios de grandes calados, com operações internacionais (importação e exportação), que está ligado à Rodovia BR-163, que liga as cidades de Santarém-PA a Cuiabá-MT. Possui linhas domésticas regulares para todo Brasil, principalmente para Belém, Macapá e Manaus, com mais de 10 voos diários. A ligação da cidade com a Rodovia Transamazônica, por meio da Rodovia BR-163, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento local e regional com constantes visitas de empresários de todo o Brasil, levando-se em conta principalmente o comércio exterior, além de ser considerada uma cidade turística. Ela recebe em média mais de 12 navios do tipo transatlântico por ano, movimentando a economia local.

Nos últimos 10 anos, o município tem se destacado como “polo universitário na região oeste do Pará”, de acordo com os dados no site do MEC. A cidade de Santarém possui 16 instituições de ensino superior e com o levantamento feito pelo Censo da Educação Superior no ano de 2014, baseado nos dados do ano de 2013, totalizou 77 cursos regulares de graduação, incluindo os de categoria EAD, com 27 mil alunos matriculados (Inep, 2014), sendo o segundo município do Pará com maior número de universidades, ficando atrás apenas da capital Belém e seguida do município de Marabá, que é a terceira. No ensino fundamental e no ensino médio, segundo o último Censo Escolar realizado pelo Inep em 2015, com base no ano de 2014, a região de abrangência da Ufopa possui um total de 310.424 alunos matriculados em escolas públicas e privadas, além daqueles alunos participantes do EJA.

Dentre as instituições públicas de ensino superior, a Ufopa possui o maior campus da cidade, composto pela Unidade Tapajós, Amazônia e Rondon; atende a um total de 4.371 acadêmicos dos cursos regulares de graduação, sem incluir os alunos do Parfor distribuídos nas cidades de Santarém, Alenquer, Almeirim, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Dentre as instituições privadas de ensino superior, destaca-se a Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), fundada em 1985 e considerada uma das instituições particulares mais antigas da cidade, com oferta de 13 cursos de graduação. As outras principais instituições que oferecem cursos superiores na cidade e que podem ser consideradas concorrentes da Ufopa são: Universidade Estadual do Pará (UEPA), Centro Universitário Luterano de Santarém (Ulbra), Instituto Esperança de Ensino Superior (Iespes), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Instituto Federal do Pará (IFPA), Universidade Paulista (Unip).

Visando contribuir com o desenvolvimento da região em que a Ufopa está inserida, alguns de seus campi estão em fase de licitação de sua Infraestrutura Física e Tecnológica e em fase de construção das obras referentes ao campus da cidade de Juruti. Além de fornecer meios para a ampliação e a melhoria da qualidade de ensino na educação básica, a Ufopa tem como desafio implementar cursos de nível superior em cada um dos campi fora de sede, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso à educação superior, contribuindo para a cidadania e para o desenvolvimento regional. A inserção regional da Ufopa pode ainda ser caracterizada pela sua estrutura organizada em unidades acadêmicas temáticas, focadas na interdisciplinaridade, potencialidades regionais (entre as quais destacamos a biodiversidade florestal e aquática, potencial mineral e diversidade social) e na formação de professores da educação básica. Essa inserção regional ocorre também pela oferta dos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

A Ufopa desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação, com o objetivo de contribuir para a cidadania e para o desenvolvimento da região onde está diretamente inserida e do País. Em 2016, foram ofertados vagas em 29 (vinte e nove) cursos de graduação, além de 10 (dez) cursos *Stricto Sensu* e 4 (quatro) cursos *Lato Sensu*.

As Unidades Acadêmicas da Ufopa têm atuação nas seguintes áreas do conhecimento:

• **Centro de Formação Interdisciplinar:** Origem e Evolução do Conhecimento, Sociedade Natureza e Desenvolvimento, Estudos Integrativos da Amazônia, Lógica, Linguagem e Comunicação.

• **Instituto de Ciências da Educação:** Ciências Humanas – Educação; Linguagens e Artes: Linguagem, Línguas, Literatura; Ciências Biológicas; Ciências Matemáticas e Naturais: Matemática, Física, Biologia, Química.

• **Instituto de Ciências da Sociedade:** Ciências Socialmente Aplicadas: Direito, Economia; Planejamento Urbano e Regional; Ciências Humanas, Antropologia e Arqueologia, Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional.

• **Instituto de Engenharia e Geociências:** Ciências da Terra, Engenharias e Computação, Ciências Matemáticas e Naturais, Energia, Automação e Controle, Tecnologia da Informação.

• **Instituto de Biodiversidade e Floresta:** Ciências Agronômicas e Veterinárias – Recursos Florestais, Agronomia, Zootecnia, Alimentos e Recursos Florestais.

• **Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas:** Ciências Biológicas, Saneamento Ambiental, Recursos Hídricos e Recursos Pesqueiros.

• **Instituto de Saúde Coletiva:** Farmácia, Biotecnologia e Saúde Coletiva.

Na pós-graduação, a atuação acadêmica ocorre nas seguintes áreas: Ciências Biológicas; Biotecnologia; Educação; Letras/Linguística; Matemática/Probabilidade e Estatística; Ciências Ambientais; Biodiversidade; Ciências Ambientais.

1.4. Organograma

A atual Estrutura Organizacional da Ufopa foi divulgada pela Portaria nº 2.059, de 28 de agosto de 2014. Demonstrada a seguir:

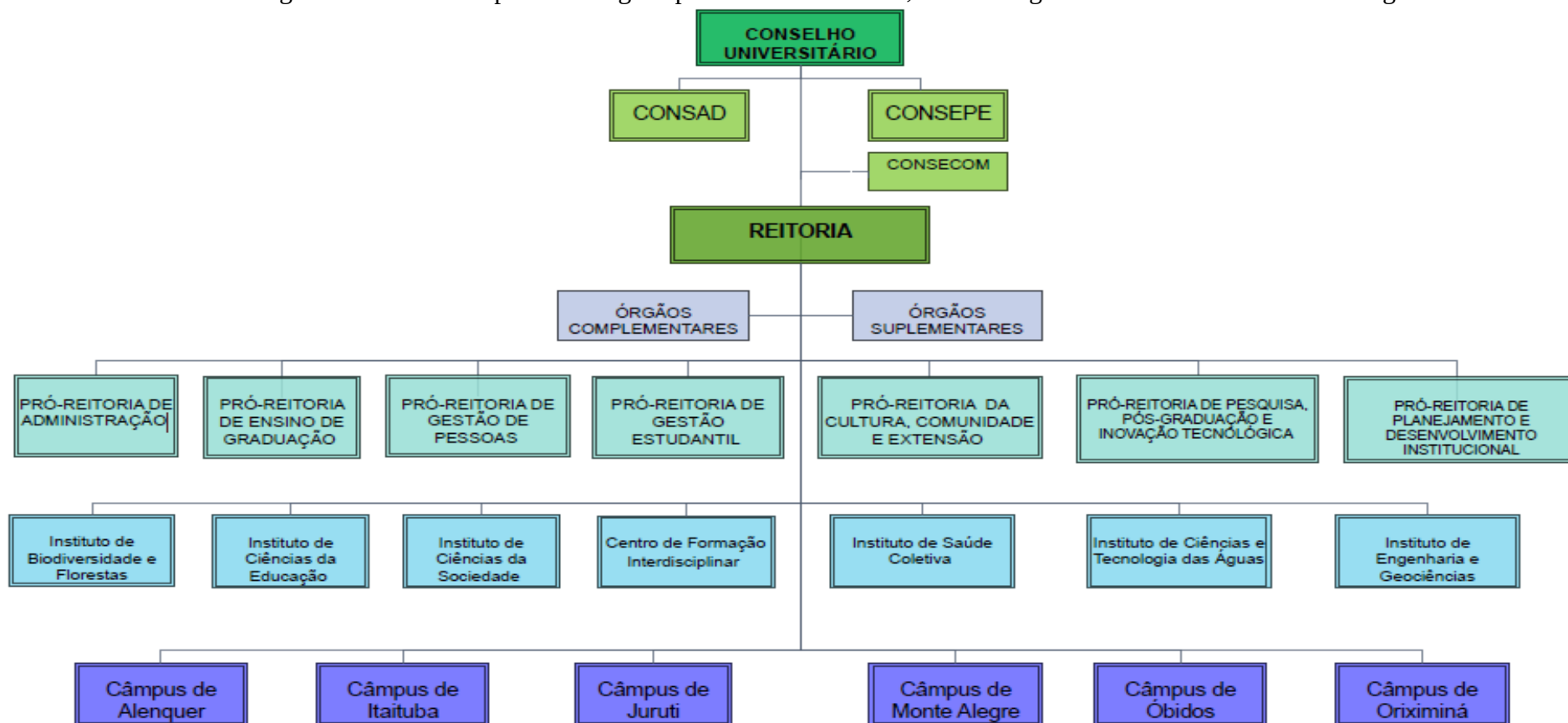


Figura 1 – Organograma Geral da Ufopa.

A Ufopa tem por finalidade precípua a educação superior voltada à produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integrado no ensino, na pesquisa e na extensão, tendo em vista o pleno desenvolvimento do ser humano, a formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados em iniciativas que promovam o desenvolvimento da sociedade em bases sustentáveis. As unidades que se destacam como setores estratégicos da gestão da Ufopa são:

Quadro 1 – Informações sobre as unidades estratégicas da Ufopa.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Cabe à Reitoria a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes.	Raimunda Nonato Monteiro	Reitora	Exercício de 2016
Proplan	Cabe à Proplan definir normas detalhadas para a elaboração do orçamento da Ufopa e a coordenação das ações, consolidação geral da previsão orçamentária da Universidade, elaboração do anteprojeto de proposta orçamentária e a promoção de ações para o desenvolvimento institucional	Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos	Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Exercício de 2016
Procce	Sua atuação está pautada em planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura, propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão.	Thiago Almeida Vieira	Pró-Reitor da Cultura, Comunidade e Extensão	Exercício de 2016
Proen	Cabe à Proen a coordenação das atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino de graduação.	Maria de Fátima de Sousa Lima	Pró-Reitora de Ensino de Graduação	Exercício de 2016
Proppit	É responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica, além da criação e acompanhamento de programas institucionais de incentivo e fomento às atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica. É responsável, ainda, pela execução de programas financiados por agências federais e estaduais de fomentos à pesquisa e à pós-graduação	Sérgio de Melo	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica	Exercício de 2016

1.5. Macroprocessos finalísticos

A Ufopa ainda não realizou completamente o mapeamento de seus processos de ação. Suas atividades são baseadas em sua lei de criação, no seu PDI 2012-2016, no seu Regimento e no Estatuto da Instituição. Dessa forma, consideram-se como macroprocessos finalísticos da Ufopa o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*), pesquisa e extensão. Os cursos são estruturados em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, e tem como objetivo principal a formação de cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

a) Ensino

O desenvolvimento do ensino de graduação da Ufopa é de competência da Proen, responsável pela proposição, coordenação e avaliação das políticas de ensino de graduação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no PDI e em cooperação com as Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa.

Aos Institutos estão vinculados os cursos de Bacharelados Interdisciplinares com duração de 3 (três) anos e/ou Bacharelados Profissionais e Licenciaturas Integradas ou Plenas, com duração entre 4 (quatro) e 5 (cinco) anos.

Durante o exercício de 2016, a Ufopa ofertou vagas novas em 29 cursos de graduação. O acesso aos cursos oferecidos pela Ufopa é realizado pelos Processos Seletivo Regular que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou pelo Processo Seletivo Especial, destinados a candidatos específicos (Quilombolas e Indígenas).

- Processos Seletivos

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no PSR o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos. São admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC. Nos processos seletivos especiais de 2016, adotou-se prova de leitura e interpretação de textos, além da entrevista dos candidatos.

- Processo Seletivo Regular (PSR)

Para seleção de novos estudantes, em seu processo seletivo principal, além da nota do Enem, a Ufopa adota o sistema de reserva de vagas por cotas sociais, conforme estabelece a Lei nº 12.711/2012. Em 2016, foi ofertado, por meio de Edital do Processo Seletivo nº 003/2016 CPSR, de 27 de janeiro de 2016, 1.153 (mil cento e cinquenta e três) vagas para o ingresso de alunos nos cursos de Graduação, distribuídas nos turnos matutino, vespertino, noturno e integral, destinadas ao Campus de Santarém, sendo 549 (quinhentos e quarenta e nove) vagas para ampla concorrência e 573 (quinhentos e setenta e três) vagas destinadas ao sistema de cotas e 31 (trinta e uma) vagas para Pessoas com Deficiência.

- Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI)

Visando à inclusão de indígenas no ensino superior, desde a sua criação, em 2009, a Ufopa possui um processo seletivo especial destinado ao ingresso destes candidatos aos cursos de graduação, tendo como principal objetivo a implantação de uma política de inclusão dos povos indígenas por meio da reserva de vagas na Instituição e da seleção diferenciada aos candidatos indígenas. Em 2016, foram ofertadas em edital, 79 (setenta e nove) vagas para o Campus de Santarém.

- Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ

Em 2015, foi ofertado o primeiro Processo Seletivo Especial Quilombola, para acesso de candidatos quilombolas aos cursos de graduação, objetivando a implantação de uma política de inclusão dos povos quilombolas por meio da reserva de vagas na Instituição e da seleção diferenciada aos candidatos quilombolas. Em 2016, foram ofertadas por meio de edital, 60 (sessenta) vagas para o Campus de Santarém.

Os cursos de *Lato Sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e de *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) definem o ensino de pós-graduação. Os cursos *Lato Sensu* objetivam aprimoramento (aperfeiçoamento) ou aprofundamento (especialização) da formação profissional básica obtida no curso de graduação correspondente. Os cursos *Stricto Sensu*, organizados nas modalidades de mestrado e doutorado, possuem um objetivo próprio, distinto daquele dos cursos de graduação, que estão voltados para a formação profissional, a pós-graduação *Stricto Sensu* se volta para a formação acadêmica traduzida especificamente no objetivo de formação de pesquisadores.

Assim, mesmo supondo-se a situação ideal em que o ensino e a pesquisa são indissociáveis, considera-se que os cursos de *Lato Sensu* tem como elemento definidor o ensino, já que é este que determina o objetivo a ser alcançado, entrando a pesquisa como elo mediador, certamente, para se atingir o objetivo planejado. Já, o elemento definidor dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* é a

Pesquisa, a qual determina o objetivo a ser alcançado para o qual o Ensino concorre como uma mediação destinada a dispor e garantir os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa que o aluno desenvolverá e que deverá resultar na dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

Tabela 1 - Cursos de Especialização que ofertaram vagas no exercício 2016.

Curso	Vagas Ofertadas	Ingressantes	Matriculados	Formados
Especialização em Coordenação Pedagógica	400	506	506	321
Especialização em Educação Infantil	150	74	74	74
Especialização em Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Rural	40	40	40	Em andamento
Especialização em Ensino de Física Ambiental	30	15	15	10
Total Geral	620	635	635	405

No ano de 2016 foram ofertados 4 (quatro) cursos na modalidade *Lato Sensu*, que disponibilizaram um total de 620 (seiscentos e vinte) vagas e registrou 635 (seiscentos e cinco) alunos matriculados e 405 (quatrocentos e cinco) alunos formados. O curso **especialização em Coordenação Pedagógica** matriculou 106 (cento e seis) discentes a mais das vagas oferecidas, assim, o total de estudantes que ingressaram no curso correspondeu a 506 (quinhentos e seis) (matriculados), sendo que destes 321 (trezentos e vinte e um) concluíram o curso.

A taxa de aproveitamento (conclusão do curso) correspondente a cada curso é:

Especialização em Coordenação Pedagógica: 63,44 %

Especialização em Educação infantil: 100 %

Especialização em Física Ambiental: 66,67%

Para os cursos *Stricto Sensu*, em 2016 foram oferecidas 185 (cento e oitenta e cinco) vagas para os cursos de mestrado. Foram preenchidas 188 (cento e oitenta e oito). O PPGE ofertou por meio de edital, 25 (vinte e cinco) vagas, porém matriculou 30 (trinta) alunos, isto é, 20% (vinte por cento) a mais das vagas disponibilizadas. Os programas RNA e Racam não preencheram todas as vagas ofertadas. Os mestrados profissionais tiveram 100% de suas vagas preenchidas.

b) Pesquisa

A pesquisa é um dos principais pilares dentro da Universidade e tem papel fundamental para à missão primordial da instituição, uma vez que ela é fortemente associada à formação de alunos (ensino), possuindo ainda destacada relevância para comunidade externa (extensão), em especial no interior da Amazônia, que necessita das soluções científicas e tecnológicas para os gargalos do desenvolvimento sustentável. Deste modo a pesquisa integra o conjunto de atividades fim de uma IES, sendo fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Neste sentido, a Proppit desenvolve ações que visam à estimular à atividade de pesquisa na Ufopa, seja por meio da concessão de carga horária aos pesquisadores; no estímulo à formação de alunos de graduação, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica; contribuindo ainda na disseminação do conhecimento, com a realização do Seminário Anual Pibic e; com a apresentação das pesquisas dos discentes.

Além destas ações de rotina foram implementados na Ufopa cinco programas de fomento à pesquisa que buscam contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. Tais programas voltados tanto aos docentes quanto aos discentes contribuíram para fomentar os diferentes aspectos da pesquisa e demonstram claramente o comprometimento da gestão com esta atividade. Os programas de fomento a pesquisa são:

- **Programa de fortalecimento dos grupos de pesquisa da Ufopa**

Objetivos: estimular e valorizar a produção científica dos grupos de pesquisa instalados na Ufopa por meio da concessão de auxílio financeiro para execução de atividades de pesquisa científica ou tecnológica. Espera-se ainda com o programa fortalecer os grupos de pesquisa instalados na Ufopa, integrar pesquisadores de diferentes áreas e aumentar a produção científica e tecnológica dos docentes, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na Ufopa.

Recursos utilizados: R\$ 350.000,00

Número de grupos de pesquisa atendidos: 22

- **Prêmio de Impacto Científico – PIC**

Objetivos: estimular um aumento da qualidade da produção científica de docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará, nas diferentes áreas do conhecimento, através da premiação anual dos docentes com publicações de maior impacto no ano anterior. Espera-se com este programa que os docentes da Ufopa sejam motivados a publicar suas pesquisas em revistas científicas com alto Fator de Impacto e, assim, elevar a importância e a visibilidade da pesquisa realizada na Universidade, fatores cruciais para a captação de fomentos.

Recursos utilizados: R\$ 52.000,00

Pesquisadores premiados: 18

- **Edital de auxílio financeiro a estudantes para participação em eventos**

Objetivo: incentivar a participação de estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da Ufopa, em eventos de caráter científico oficialmente reconhecidos e que sejam de interesse da instituição, realizados em cidade distinta do campus do estudante, que contribuam para a sua formação integral.

Recursos utilizados: R\$ 150.000,00

Número de alunos atendidos: 85

- **Programa de incentivo à publicação qualificada discente (PQD)**

- Objetivos: Estimular a publicação de artigos científicos de autoria ou coautoria de discentes dos cursos de graduação e pós-graduação da Ufopa, em revistas nacionais ou internacionais nas respectivas áreas de conhecimento; Recompensar com valor financeiro os discentes autores ou coautores das publicações, como incentivo à Produção Científica Qualificada; Incentivar a publicação de artigos em revistas com melhor classificação no Qualis da Capes; Estimular que as pesquisas realizadas no programa de Iniciação Científica – Pibic/Ufopa sejam publicadas na forma de artigos científicos; Incentivar uma maior participação dos alunos de pós-graduação junto aos grupos de pesquisa da Ufopa objetivando que os discentes não limitem suas atividades de pesquisa ao seu projeto de dissertação/tese, estimulando-os a publicar artigos científicos antes da conclusão do curso.

Recursos utilizados: R\$ 30.000,00

Número de alunos atendidos: 14

- **Programa de fomento a iniciação científica – Profic**

Objetivos: visa melhorar a qualidade das pesquisas realizadas na instituição e apoiar a execução dos projetos de iniciação científica por meio da concessão de recursos complementares para aquisição de materiais ou equipamentos necessários para execução da pesquisa, contribuindo com a formação dos alunos, com a melhoria da qualidade das pesquisas realizadas e consequentemente aumento do número de publicações envolvendo discentes de graduação.

Recursos utilizados: R\$ 76.500,00

Número de alunos atendidos: 73

A atividade de pesquisa na Ufopa cresceu fortemente nos últimos anos com um aumento significativo do número de projetos cadastrados. A Proppit normatizou o processo de avaliação de projetos de pesquisa de acordo com resolução vigente e contribuiu com as comissões específicas de cada instituto que foram criadas para acompanhar os projetos de cada unidade.

Tabela 2 – Quantitativo dos projetos de pesquisa no exercício 2016.

Institutos	Nº Projetos de Pesquisa		Nº de Docentes Pesquisadores		Participantes (envolvidos)	
	Em Execução	Concluídos	Ufopa	Outras Instituições	Técnicos	Discentes
CFI	10	8	26	11	1	10
Iced	54	18	105	19	2	7
Ibef	80	20	203	78	10	86
ICS	47	15	96	20	0	63
ICTA	34	4	79	24	2	52
IEG	47	12	137	52	2	28
Isco	11	5	27	13	1	17
Total Geral	283	82	673	217	18	263

Fonte: Proppit/Ufopa.

c) Extensão

As ações de extensão universitária na Ufopa são gerenciadas pela Diretoria de Extensão (Direx) da Procce, a qual é responsável, ainda, por estimular, aperfeiçoar e harmonizar tais ações em parceria com a sociedade, por meio de programas, projetos, cursos e eventos que promovam ações e atuações comunitárias. Suas diretrizes estão em consonância com a Política Nacional de Extensão Universitária, uma vez que promove a integração entre Universidade e Sociedade para a troca de experiências, técnicas e metodologias, contribuindo para melhor formação profissional dos discentes da Ufopa. Durante o exercício de 2016, foi colocado em prática uma série de ações de extensão nas modalidades cursos e eventos, o que inclui minicursos, oficinas, workshop, seminários, palestras, etc. Destas, 33 (trinta e três) ações foram realizadas no âmbito de programas e projetos de extensão cadastrados na Procce. Estas ações resultaram em uma maior e melhor visibilidade e difusão da extensão na Universidade. Foram desenvolvidas diversas ações de normatizações relacionadas à extensão.

Durante o ano de 2016 estiveram vigentes na Ufopa 73 (setenta e três) projetos e 12 (doze) programas de extensão, totalizando 85 (oitenta e cinco) ações nestas duas modalidades (Tabela 3). Destes, 16 (dezesesseis) estão cadastrados desde 2014 e 38 (trinta e oito) foram cadastrados em 2015. Já em 2016, foram cadastrados 3 (três) programas e 28 (vinte e oito) projetos de extensão. Quanto ao número de participantes, no total, 196 (cento e noventa e seis) docentes e técnico-administrativos em educação atuaram durante o ano de 2016 nos 85 (oitenta e cinco) programas e projetos de extensão cadastrados e vigentes na Procce, sejam como coordenadores, vice-coordenadores ou como colaboradores (Tabela 3).

Tabela 3 – Quantidade de programas e projetos de extensão executados durante o ano de 2016.

Áreas temáticas	Programas		Projetos	
	Quantidade	Participantes	Quantidade	Participantes
Comunicação	0	0	1	2
Cultura	3	17	19	36
Direitos Humanos e Justiça	2	3	3	14
Educação	2	9	18	55
Meio Ambiente	2	16	7	22
Saúde	2	4	4	5
Tecnologia e Produção	1	10	15	31
Trabalho	0	0	6	31
Total	12	59	73	196

Fonte: Procce/Ufopa.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. Planejamento Organizacional

A Ufopa elaborou em 2012 seu PDI com duração de 4 (quatro) anos, desde então vem utilizando esse plano para cumprir metas institucionais prevista para o período (2012 a 2016). Em virtude de ser seu primeiro plano estratégico, houve a necessidade de aditamento que iniciou em 2014 e terminou em 2015. Ele passou por análise e avaliação dos gestores da Ufopa, quando foram verificadas lacunas e em seguida corrigidas.

O PDI identifica a Ufopa, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver pelo prazo de 5 (cinco) anos.

A primeira versão do documento – que contém seu mapa estratégico explicitando os 25 objetivos estratégicos, além de indicadores e metas da instituição - foi estruturado da seguinte forma: perfil institucional, agenda estratégica, PDI, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários. O PDI da Ufopa pode ser encontrado no endereço eletrônico “<http://www.ufopa.edu.br/institucional/pdi>”.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos estratégicos da Ufopa estão definidos no seu PDI 2012-2016, capítulo 2, subcapítulo 2.4. “Descrição dos Objetivos Estratégicos da Ufopa”. A Ufopa vem trabalhando para atingir suas metas estabelecidas para o período de vigência do plano. Os objetivos estratégicos da Ufopa estão organizados por perspectivas, sendo elas: Sociedade; Processos; Pessoas e Infraestrutura e; Orçamento.

Quadro 2 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Sociedade”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica.	Cidadãos criativos, empreendedores, inovadores e conscientes da realidade regional.
Formar profissionais em sintonia com as necessidades da sociedade.	Profissionais com visão sistêmica de biodiversidade, recursos hídricos, ciências, tecnologias e aspectos socioeconômicos.
Valorizar a diversidade cultural.	Respeito às diferenças, com base nos aspectos étnicos, religiosos, linguísticos e sociais.
Contribuir para o avanço científico e tecnológico da região amazônica.	Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras que contribuam para agregar valores aos recursos naturais da região.
Promover valores éticos e democráticos e inclusão social.	Ampliação de oportunidades, redução da pobreza e das desigualdades, respeitando o meio ambiente.
Contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	Promover ações de sensibilização da comunidade acadêmica de respeito ao meio ambiente.

Quadro 3 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Processos”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Ampliar e diversificar as oportunidades educacionais.	Ampliar o acesso e a oferta aos diferentes níveis de ensino e diversificar as oportunidades educacionais.
Promover a interdisciplinaridade no ensino, na pesquisa e na extensão.	Capacitar, formar, atrair profissionais e estimular o ensino e a pesquisa interdisciplinar.

Potencializar a vocação regional.	Fortalecer e criar novos projetos pedagógicos voltados para as temáticas e demandas regionais.
Fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos.	Estimular e fomentar a criação de novos grupos de pesquisa, fortalecer os existentes e as atividades de ensino e extensão.
Intensificar a atividade de pesquisa de relevância social.	Promover o desenvolvimento de pesquisas comprometidas em atender aos desafios sociais e regionais.
Promover maior interação com empresas e comunidades.	Estabelecer uma agenda de atividades integradas com base nas necessidades das empresas e da sociedade.
Alavancar e ampliar parcerias estratégicas.	Intensificar a articulação com organizações públicas e privadas, terceiro setor, organismos de pesquisa e de fomento, nacionais e internacionais.
Fortalecer a interação com a educação básica.	Formar profissionais da área da Educação e ampliar as oportunidades para uma educação continuada, tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais.	Investir na aquisição, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.
Fortalecer o envolvimento institucional das pessoas.	Demonstrar a pertinência e a relevância da estratégia da Universidade para toda comunidade acadêmica.
Integrar as ações de planejamento e aprimorar a gestão estratégica.	Implantar modelo de gestão, alinhando as ações de cada área aos objetivos institucionais, a fim de criar uma cultura orientada para resultados.
Sistematizar, integrar e proteger a informação.	Organizar e hierarquizar o acesso e a disponibilidade da informação, alinhados à política de segurança institucional.
Institucionalizar política de comunicação.	Estabelecer procedimentos de comunicação efetivos e canais adequados para difundir e disseminar as informações institucionais.

Quadro 4 – Objetivos estratégicos e suas descrições – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo
Promover a qualificação dos servidores.	Ampliar e otimizar as oportunidades de capacitação e treinamento, considerando as competências atuais e as metas da Instituição.
Atrair e fixar pessoal qualificado.	Ampliar a divulgação de concursos públicos e editais de seleção de professores pesquisadores, oferecendo condições adequadas de trabalho de acordo com objetivos em comum.
Estimular a motivação e a valorização dos servidores com foco em resultados institucionais.	Organizar as rotinas de trabalho e proporcionar ambientes adequados e agradáveis que possibilitem um bom desempenho e a satisfação profissional.
Ampliar e adequar a infraestrutura acadêmica e administrativa.	Dotar a Instituição de espaços, serviços e equipamentos de qualidade e em quantidade suficiente para realização das atividades.
Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica.	Otimizar o espaço existente, ampliando a área construída e modernizando a estrutura tecnológica.
Assegurar recursos para a implantação da estratégia.	Garantir recursos de acordo com as demandas institucionais, as quais assegurem a implementação e o alcance da estratégia organizacional.

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A Ufopa utiliza o PDI 2012-2016 como seu planejamento estratégico, no qual são traçados os objetivos e metas da instituição para o período de 5 anos, é nele que a instituição identifica sua filosofia de trabalho, a missão, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver para o período. O atual PDI da Ufopa foi elaborado para o quinquênio de 2012 a 2016, entretanto a Reitoria publicou em outubro de 2016 a Portaria nº 2.713 que informa sobre o prazo de entrega do

novo PDI e determina a prorrogação da vigência do PDI atual para agosto de 2017, em virtude do processo de credenciamento institucional que inviabilizaram a elaboração de seu novo plano estratégico, pois grande parte da comunidade acadêmica estava envolvida neste processo, e a atual gestão compreende que a elaboração de PDI deve envolver toda a comunidade universitária. Para o exercício de 2017 está prevista a elaboração do novo PDI referente ao período de 2017-2021.

As discussões para elaboração desse novo PDI tiveram início em janeiro de 2016, por meio de reuniões com as Pró-Reitorias e Órgãos Suplementares da Ufopa, sendo o primeiro passo a realização da avaliação do PDI em vigência, para que a partir dos resultados, a Ufopa pudesse refletir sobre os novos rumos a serem tomados pela Instituição para os próximos cinco anos. O resultado da avaliação do PDI foi apresentado em fevereiro de 2016, em um evento denominado **“Evento de Avaliação do PDI 2012-2016”**, com a participação de toda comunidade acadêmica.

Como etapas preliminares do processo de elaboração do novo PDI, ocorreram reuniões com os gestores para elaboração de um documento indutor, o qual servirá como norteador na construção do novo documento e o lançamento da página do PDI, principal meio de comunicação para que a comunidade possa participar ativamente com sugestões e contribuições.

Para dar continuidade ao processo de Elaboração será nomeada uma Comissão Geral, que deverá ser aprovada pelo Conselho Universitário, para condução das etapas seguintes. Uma proposta de metodologia para elaboração do novo PDI já foi encaminhada a Reitoria. Essa proposta tem por objetivo principal nortear a Comissão Geral na condução dos trabalhos, tendo em vista que as etapas preliminares já foram conduzidas pela Proplan. A previsão é que os membros da comissão sejam nomeados em fevereiro de 2017.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A Ufopa utiliza, como referência para o desenvolvimento das atividades e para melhoria do desempenho institucional, o seu projeto de implantação, os objetivos definidos na sua lei de criação, o PDI 2012-2016, o seu Estatuto, aprovado pela Portaria MEC nº 400, de 15 de agosto de 2013, bem como o Regimento Geral e normas complementares aprovadas em suas respectivas instâncias colegiadas.

O Plano Estratégico da Ufopa, representado em seu PDI, é parte integrante da avaliação das Instituições de Ensino Superior e identifica a Instituição quanto à filosofia de trabalho, à missão, à visão, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, estrutura organizacional e as atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver.

Destacaram-se como principais instrumentos legais utilizados na elaboração do PDI a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais; e o Plano Nacional da Educação, que apresenta 10 (dez) diretrizes objetivas e 20 (vinte) metas, seguidas das estratégias específicas de concretização.

As metas do PNE seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão dos estudantes com dificuldades socioeconômicas para frequentar e permanecer na Universidade, assim como alunos portadores de necessidades educacionais especiais, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

O PDI (2012–2016) da Ufopa está estruturado da seguinte forma: perfil institucional, agenda estratégica, cronograma de implantação e de desenvolvimento da Instituição e dos cursos, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários. O PDI foi elaborado com vistas a alcançar a missão e visão institucional. Isso pode

ser observado em seu Mapa Estratégico presente no PDI 2012-2016 aditado (capítulo 2, subcapítulo 2.3. Perspectivas do Mapa Estratégico da Ufopa), disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.ufopa.edu.br/institucional/pdi>.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Na Ufopa, a forma de monitoramento de seus objetivos estratégicos ocorre por meio de seus indicadores estratégicos. Os indicadores têm o propósito de avaliar o progresso da Ufopa em direção aos seus objetivos estratégicos. O princípio é simples: **se não há medição, não há controle. E, se não há controle, não há gerenciamento.** Ou seja, indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia. Portanto, foram criados os seguintes indicadores estratégicos para fazer a medição dos objetivos traçados no PDI 2012-2016:

Quadro 5 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Sociedade”.

Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	1. Instituir projetos pedagógicos dos cursos, adequando-os às novas concepções sócio-políticas, teóricas metodológicas; às novas tecnologias e às novas concepções de inclusão social.
	2. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
	3. Instituir a política de assistência estudantil.
	4. Incentivar a participação em pesquisa e iniciação científica.
	5. Promover ações culturais e de extensão que envolvam a participação discente.
Índice de inserção no mercado de trabalho	1. Estabelecer políticas de ensino.
	2. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)	1. Proporcionar oferta regular e conjunta de componentes curriculares (módulos, disciplinas, estágios) para estudantes de todos os cursos da mesma área de formação.
Índice de inserção no mercado de trabalho (unidade acadêmica)	1. Estabelecer política de acompanhamento do egresso.
Índice de diversidade cultural em número de vagas.	1. Estabelecer políticas de ensino.
Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural.	1. Estabelecer políticas de ensino, pesquisa e extensão.
Índice de ações realizadas para a valorização cultural.	1. Estabelecer políticas de cultura e extensão.
Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia.	1. Estabelecer política de pesquisa que envolva a inovação tecnológica.
Número de registros concedidos (inovação tecnológica)	
Número de publicações nas áreas científica e tecnológica.	
Número de projetos de pesquisa cadastrados	
Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	

Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil.	1. Estabelecer políticas de assistência estudantil.
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira.	
Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas.	
Número de ações para sensibilização e mobilização socioambiental.	1. Estabelecer o Plano de Logística Sustentável.

Fonte: PDI 2012-2016 aditado.

Quadro 6 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Processos”.

Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Índice de ingresso por processos seletivos especiais	1. Implantar a política de inclusão social nacional.
Número de vagas por curso na graduação	1. Ampliar a oferta de cursos de graduação de acordo com as necessidades da região.
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	1. Ampliar a oferta de cursos de pós- graduação de acordo com as necessidades da região.
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	
Índice de publicações distribuídos pelo Qualis com foco interdisciplinar	1. Implementar as políticas institucionais de ensino e pesquisa.
Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar	
Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	
Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	1. Instituir a política de pesquisa institucional
Número de ações voltados para discussão de temas regionais	1. Instituir as políticas de extensão e cultura.
Número de publicações da Instituição	1. Instituir a políticas institucionais de pesquisa, ensino e extensão.
Número de cursos de pós-graduação	
Número de publicações com relevância social	1. Instituir política institucional de pesquisa..
Índice de projetos em parceria com empresas	1. Instituir políticas institucionais de relacionamento com empresas e comunidades.
Índice de projetos de integração com a sociedade	
Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	1. Instituir política institucional de captação de recursos.
Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com Organismos Nacionais e Internacionais	
Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	1. Promover ações e programas voltados para a educação básica.
Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação	

básica	
Número de bolsas para docentes que envolvem a Educação Básica	
Número de bolsas para alunos da educação básica (Iniciação Científica)	
Número de ações que promovem a interação com a educação básica	
Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	1. Estimular a incorporação de tecnologias de informação à educação.
Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores	1. Instituir programas de capacitação tecnológica.
Índice de satisfação da comunidade acadêmica	1. Instituir política de autoavaliação.
Índice do alcance de metas estratégicas	1. Acompanhar e articular a execução das metas estratégicas previstas no PDI.
	2. Utilizar o resultado das avaliações institucionais internas e externas para planejamento de ações estratégicas.
	3. Fortalecer os órgãos de controle e correição internos (SIC, Auditoria Interna, Ouvidoria, Procuradoria), visando ao aprimoramento da publicização e transparência dos atos dos agentes públicos.
Índice de execução dos projetos estratégicos	1. Planejar e monitorar transversalmente a execução dos projetos estratégicos institucionais
Índice de disponibilidade do sítio e de internet	1. manutenção e melhorias na rede de dados da Ufopa.
Índice de disponibilidade da rede local	1. Planejamento institucional das unidades organizacionais para facilitar o planejamento de TI em relação à ampliação da infraestrutura de rede.
	2. Previsão orçamentária para contratação de serviços de manutenção e de aquisição de novos equipamentos para expansão da infraestrutura de redes e elétrica de TI.
Índice de bloqueio institucional	1. Identificar e reforçar a segurança em locais de vulnerabilidade.
	3. Proteger os equipamentos provedores de serviços de rede, telecomunicações, sistemas e de dados de TI da Ufopa.
Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outros)	1. Instituir o plano de comunicação institucional.
Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	1. Aprimorar instrumentos de comunicação institucional.

Fonte: PDI 2012-2016 aditado.

Quadro 7 – Objetivos, indicadores estratégicos, ações – Perspectiva “Pessoas e Infraestrutura” e “Orçamento”.

Indicador Estratégico	Ações Estratégicas
Índice de execução do orçamento com capacitação	1. Planejar ações de capacitação interna via CDD para técnicos administrativos e docentes.
IQCD	1. Estabelecer política de qualificação para o corpo docente por meio de regulamentações.
	2. Orientar a elaboração do plano de qualificação para o corpo docente da Instituição.
	3. Viabilizar bolsas para o corpo docente em doutoramento.
IQCTA	1. Estabelecer política de qualificação para o corpo técnico-administrativo por meio de regulamentações.
	2. Orientar a elaboração do plano de qualificação do corpo técnico-administrativo da instituição.
	3. Viabilizar a criação de mestrados profissionais para o corpo técnico-administrativo.

Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	1. Realizar o dimensionamento de pessoal da Universidade, para verificar as necessidades de contratação de servidor por Unidade/Subunidade. 2. Elaborar o plano de divulgação institucional. 3. Elaborar editais de concurso para servidores em áreas estratégicas da Instituição.
Índice de fixação de técnicos administrativos	1. Incentivar os técnicos administrativos à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição. 2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor. 3. Implantar o banco de talentos institucional.
Índice de fixação de docentes	1. Incentivar os docentes à participação nos projetos institucionais e grupos de pesquisa e extensão existentes na Instituição. 2. Planejar ações de capacitação, qualificação e de promoção de saúde e qualidade de vida do servidor.
Número de PVNS, PNPD, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante Contratado (PV)	1. Divulgar os editais para atração de bolsistas e divulgar a Instituição.
Índice de participação em ações de valorização	1. Planejar o acolhimento dos servidores. 2. Implantar o projeto “Banco de Talentos”
Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor	1. Elaborar plano institucional de saúde e qualidade de vida do servidor.
Índice de execução de projetos de infraestrutura	1. Estabelecer ações para a execução do plano institucional de gestão, otimização, adequação e ampliação dos espaços físicos – Plano de Gestão de Espaços (PGE). 2. Participar da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPGLS) na elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Instituição. 3. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais de infraestrutura.
Índice de disponibilidade de equipamentos	1. Realizar o planejamento orçamentário para adquirir equipamentos de apoio ao ensino, pesquisa e extensão conforme o PDTI. 2. Planejar o provimento contínuo dos serviços essenciais e de manutenção de equipamentos de TI e comunicação da Ufopa.
Índice de disponibilidade de serviços	1. Planejar o provimento contínuo de serviços de TI e comunicação. 2. Planejar capacitação técnica na área de TI para configuração e manutenção de equipamentos de servidores de serviços e de dados (redes), sistemas, segurança e suporte da Ufopa. 3. Planejamento das demandas de sistemas: aquisição de licenças de software, termo de cooperação técnica e contratação de empresa terceirizada de suporte ao sistema SIG quando necessário.
Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	1. Elaborar plano de melhorias conforme conceito de avaliações.
Índice de execução de orçamento para projetos estratégicos	1. Planejar a dotação orçamentária anual destinada à Instituição no Projeto de Lei Orçamentária Anual da União. 2. Elaborar modelo de alocação de recursos orçamentários para unidades acadêmicas e administrativas (matriz orçamentária).

Fonte: PDI 2012-2016 aditado.

Cada indicador fica sob a responsabilidade de uma unidade da Ufopa, cujo representante é o dirigente maior desta unidade, assim é possível realizar um permanente controle e acompanhamento dos resultados obtidos.

2.3. Desempenho Orçamentário

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

2.3.2.1. Ações do OFSS

Quadro 8 – Acompanhamento da ação 4002, assistência ao estudante de ensino superior.

Identificação da Ação						
Código	4002			Tipo: Atividade		
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. Código: 0841					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.281.803	8.281.803,00	7.130.925,11	6.918.936,15	6.918.936,15	0	211.988,96
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício Concedido			Unidade	6.000		13.791
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Os recursos do PNAES foram distribuídos em vários projetos e programas na Universidade, dentre os quais, cita-se: bolsa permanência, bolsa moradia, bolsa mobilidade, bolsa Pibic, bolsa Pibic ações afirmativas, Jiufoipa., curso de Nheengatu, projeto incluir, etc. As informações que constam no indicador “benefício concedido” se trata do número de benefícios concedidos e não o número de alunos atendidos pelo programa, pois um aluno pode receber mais de um tipo de auxílio, por exemplo: 1 aluno recebe auxílio-transporte (R\$ 100,00), auxílio-alimentação (R\$ 100,00) e auxílio para apoio didático (R\$ 100,00), dessa forma, esse aluno recebeu 3 auxílios no total.

De um modo geral, segue abaixo os fatores que contribuíram e que dificultaram a execução das ações.

Principais ações realizadas:

- Apoio no Curso de Nheengatu, língua desenvolvida a partir do tupinambá, falada ao longo de todo o vale amazônico brasileiro até a fronteira com o Peru, na Colômbia e na Venezuela, com a formatura da primeira turma realizada no Centro Indígena Maíra;
- Participação na: V Semana da Consciência Negra da Ufopa, Semana dos Povos Indígenas, Seminário e minicurso: Alteridade, Raça – Etnia e Racismo, no I Seminário de Gênero, Sexualidade e Cidadania, no 1º e 2º Encontro de formação sobre Dinâmicas de educação

superior intercultural: Ensino, Pesquisa e Extensão, no I Seminário sobre A inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior: do acesso à permanência;

- Melhor desempenho e participação nos Jogos Universitários Santarenos – JUS; nos Jogos Universitários Paraense – JUP's e nos Jogos Universitários Brasileiros – JUB's;
- Realização do Programa de Facilitação à Aprendizagem com 118 (cento e dezoito) discentes beneficiados por 79 (setenta e nove) monitores;
- Foram disponibilizados mensalmente, em média, 2.119 (dois mil, cento e dezenove) benefícios permanência para estudantes indígenas, não-indígenas e quilombolas;
- Apoio ao programa de Iniciação Científica da Ufopa (Pibic) em especial ao Pibic ações afirmativas que contribuíram para inserção de alunos em atividades de pesquisa contribuindo para sua formação profissional;
- Avaliação e seleção dos projetos de monitoria no âmbito das Unidades, por meio da designação de Comissões de Monitoria;
- Apoio as ações voltadas à acessibilidade na Ufopa;

Principais dificuldades encontradas:

- Redução do número de auxílios permanência e moradia repassados aos estudantes devido à realização de 3 processos de renovação destes auxílios, no ano de 2015 e a não realização do processo seletivo em 2016 para oferta de novos auxílios. Em janeiro 2016 eram oferecidos 2.694 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro) auxílios, e no mês de dezembro foram contabilizados a oferta de 1.716 (mil, setecentos e dezesseis);
- Atraso nos processos licitatórios para realização Jiufoipa o que ocasionou a não realização deste evento em 2016);
- Dificuldades com controle dos cadastros dos bolsistas, que ainda são realizados por meio de planilhas de Excel, pois a Ufopa ainda não finalizou a implantação do módulo bolsas no Sipac que irá facilitar e agilizar estes processos;
- Greve de professores e técnico-administrativos que comprometeu o planejamento das atividades no ano vigente;
- Substituição e/ou exclusão de bolsistas antes do término da vigência das bolsas, devido à dificuldade na execução dos planos de trabalho ou interesse dos estudantes em outras modalidades de bolsa, além de atrasos na entrega de relatórios parciais e finais.

Principais resultados obtidos:

- Programa de Auxílio Permanência e Permanência Especial Indígena e Quilombola com a concessão de 25.430 (vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta) benefícios aos estudantes da Universidade (apoio para material didático, alimentação, transporte, moradia);
- Implementação do Programa de Facilitação de aprendizagem elaborado com o objetivo de reduzir o déficit de conhecimento em áreas fundamentais;
- Intensificação das ações de assistência Psicossociopedagógica para atender aos acadêmicos com dificuldades na aprendizagem;
- Ampliação do acompanhamento pedagógico, psicológico e social;
- Maior número de turmas assistidas por monitores e melhoria nos índices de aprovação e diminuição de reprovação;
- Maior número de discentes participantes nos programas da Universidade;
- Publicação de trabalhos acadêmicos resultantes do desenvolvimento dos Programas Institucionais;
- Maior interação entre estudantes com as necessidades educacionais especiais com oito bolsistas selecionados para acompanhamento desses estudantes com necessidades educacionais especiais pelo Programa de Monitoria Acadêmica que contribui para o despertar da docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação de um docente;

- Foram disponibilizadas 631 (seiscentos e trinta e uma) bolsas referentes ao Plano de Extensão, totalizando R\$ 252.400,00 e 195 (cento e noventa e cinco) bolsas referentes ao Plano de Incentivo à Cultura, totalizando R\$ 78.000,00.
- Foram implementadas 196 (cento e noventa e seis) bolsas de iniciação científica, 14 (quatorze) bolsas de iniciação científica nas ações afirmativas e 12 (doze) bolsas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação;
- Contribuição ao programa de fomento à iniciação científica por meio da utilização de recursos oriundos de bolsas Pibic canceladas que foram realocados para bolsas Profic permitindo assim atender a todos os discentes solicitantes da bolsa.

Quadro 9 – Acompanhamento da ação 2012, auxílio-alimentação aos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxilio Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código: 2109
	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	()Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.320.000,00	5.298.123,00	5.288.764,54	5.288.764,54	5.288.764,54		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	965		957
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Benefício concedido sem dificuldade a todos os servidores ingressos no órgão, tais como, docentes; técnico-administrativos e; cargos de direção.

Quadro 10 – Acompanhamento da ação 2011, auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos servidores civis, empregados e militares.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.000,00	24.000,00	17.961,60	17.961,60	17.961,60		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	13		7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Concessão de Benefício sem fatores de dificuldade.

Quadro 11 – Acompanhamento da ação 2010, assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares.

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
180.00,00	789.925,00	767.683,15	767.683,15	767.683,15		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	227		187
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Os benefícios foram concedidos sem dificuldades no exercício.

Quadro 12 – Acompanhamento da ação 2004, assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.

empregados, militares e seus dependentes.

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes.					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.140.000,00	1.142.166,00	1.139.021,91	1.139.021,91	1.139.021,91	-	
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	1080		681
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fator que contribuiu para a dificuldade da ação foi à falta de domínio por parte do servidor em anexar o comprovante de pagamento do plano de saúde via sistema Sigrh, em tempo hábil. Positivamente, após o entendimento por parte do servidor de como inserir as informações necessárias de comprovação de pagamento junto ao Sigrh.

Quadro 13 – Acompanhamento da ação 4575, capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação.

Identificação da Ação						
Código	4572		Tipo: Atividade			
Título	Capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				Código:	2109
	Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
800.000,00	800.000,00	344.640,91	297.188,87	297.188,87	0	47.452,04
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Pessoa beneficiada			Unidade	1080	300	273
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	94.730,00		Servidor capacitado		Unidade	64

Dentre os fatores que contribuíram destacamos o segundo ano de execução do banco de talentos mediante a gratificação de encargos de cursos e concursos para os nossos servidores internos, o que viabiliza uma maior oferta de cursos em um espaço de tempo menor que os executados por contratação *in company*.

Entre os fatores que dificultaram a execução ainda prevalece à limitação da quantidade de servidores responsáveis exclusivamente pelas capacitações, assim como o espaço mínimo de apenas duas salas disponíveis para as realizações das aulas.

Quadro 14 – Acompanhamento da ação 20GK, Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.

Identificação da Ação						
Código	20GK Tipo: Atividade					
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.152.430,00	1.152.430,00	914.652,68	869.602,56	869.602,56	0	45.050,12
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa apoiada			Unidade	10		12
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Dentre as ações realizadas destaca-se o apoio a fomento de bolsas e eventos de pesquisa, pós-graduação e extensão, do qual correspondeu mais de 50% dos recursos investidos. Estas ações resultaram em apoio para ambas as comunidades discentes e docentes, fortalecendo intercâmbio científico através de eventos acadêmicos e de cultura, e também no fortalecimento da pesquisa e extensão com bolsas promotoras de atividades importantes no contexto do ensino-aprendizagem e práticas de campo e laboratoriais dentro e fora da Universidade. As outras ações que foram efetivadas destacam-se a produção e difusão de resultados dentro e fora do contexto físico universitário, através de apoio a participação; apresentação em congressos; conferências; eventos científicos e culturais dos principais produtos de pesquisa e extensão gerados pela comunidade discente e docente da Ufopa. Salienta-se que a importância destas ações promoveu em 2016 o fortalecimento da graduação e pós-graduação, e incentivando a comunidade acadêmica com novas proposições de cursos e eventos que deverão ser efetivados em 2017. Hoje, a pós-graduação da Ufopa conta com novos cursos e a pesquisa conta com uma política afirmativa de reconhecimento, incentivo ao quadro produtivo e estímulo de setores que deverão efetivamente melhorar e crescer nossa Universidade no ensino, na pesquisa e na extensão. Como dificuldades salienta-se a implantação da infraestrutura física de novos laboratórios e prédios que deverão ser construídos e que irão promover a maior efetividade das ações importantes e essenciais aqui supracitadas.

Quadro 15 – Acompanhamento da ação 20RK, funcionamento de instituições federais de ensino superior.

Identificação da Ação						
Código	20RK		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Código:					
Objetivo	Código:					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.999.073,00	28.890.708,00	28.780.339,47	23.988.371,99	23.950.371,70	38.000,29	4.791.967,48
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa apoiada			Unidade	6.500		4.707
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Dos recursos previstos, foram empenhados 99,62% da meta financeira, dos quais 83,35% foram liquidados, fato que se deve por conta do contingenciamento.

No exercício de 2016 de acordo com o registro acadêmico no Sigaa, a Ufopa atingiu um total de 6.205 (seis mil, duzentos e cinco) alunos matriculados em seus 39 (trinta e nove) cursos de graduação, sendo 4.731 (quatro mil, setecentos e trinta e um) alunos dos cursos regulares e 1.474 (mil, quatrocentos e setenta e quatro) alunos do Parfor.

Tabela 4 – Vagas para os cursos de graduação distribuídas por processo seletivo em 2016.

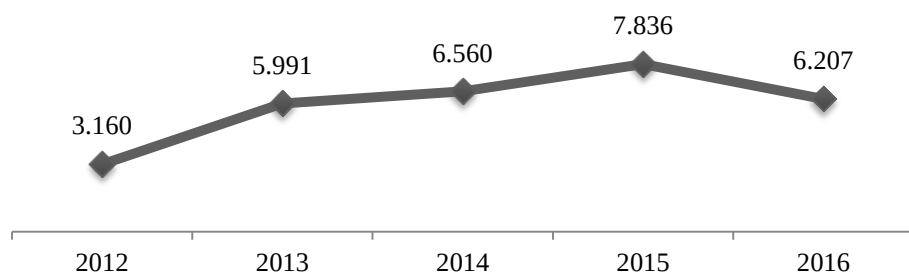
Processo Seletivo	Vagas
PSR	1.184
PSE	136

A pós-graduação ofertou um total de 620 (seiscentos e vinte) vagas para ingresso de novos alunos nos cursos de *Lato Sensu*, que já possuíam 635 (seiscentos e trinta e cinco) alunos matriculados. Nos cursos *Stricto Sensu* foram ofertadas 185 (cento e oitenta e cinco) vagas para os cursos de mestrado e doutorado, chegando a 325 (trezentos e vinte e cinco) alunos matriculados e 147 (cento e quarenta e sete) alunos formados.

Tabela 5 – Quantitativos das ofertas de vagas, ingressantes, matriculados e formados nos cursos de pós-graduação em 2016.

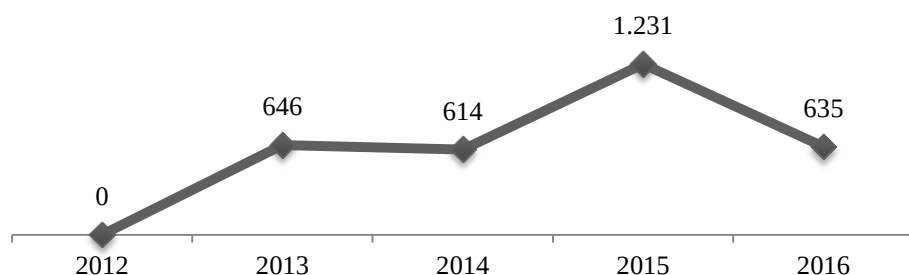
	Vagas	Ingressantes	Matriculados	Formados
Cursos <i>Lato Sensu</i>	620	635	635	405
Cursos <i>Stricto Sensu</i>	185	188	325	147

Gráfico 1 – Evolução do quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação no período de 2012 a 2016.



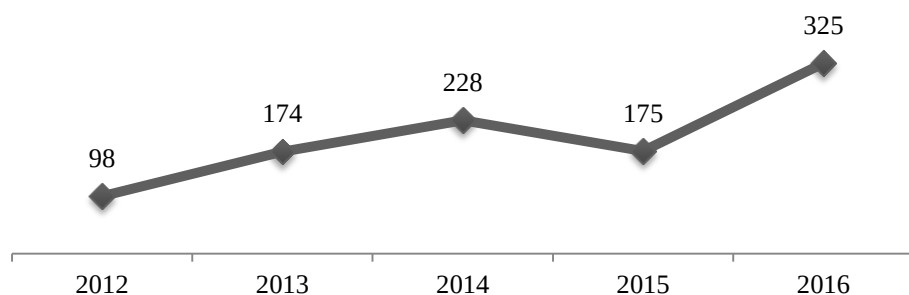
No período de 2012 a 2015 houve um crescimento no quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação da Ufopa. No período de 2015 a 2016 ocorreu uma redução de 20,78% em razão da conclusão dos alunos do Parfor ingressantes de 2010. Os cursos do Parfor não ofertam mais vagas para ingresso de novos alunos.

Gráfico 2 – Evolução dos alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de 2012 a 2016.



Nos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, observa-se uma crescente evolução no quantitativo de alunos matriculados até 2015, porém, no ano 2016 ocorreu uma diminuição expressiva de 51,6% no número de alunos matriculados, isso foi consequência da finalização do curso Gestão Escolar que possuía o maior quantitativo de vagas.

Gráfico 3 – Evolução dos alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de 2012 a 2016.



Os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* apresentaram um crescimento de 85,71% no número de alunos matriculados em relação ao ano de 2015. Sendo que, isso foi possível devido à expansão dos cursos de mestrado e doutorado ofertados pela Ufopa.

Quadro 16 – Acompanhamento da ação 8282, reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior.

Identificação da Ação						
Código	8282		Tipo: Atividade			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Código:					
Objetivo	Código:					
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará					
Ação Prioritária	()Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
43.125.934,00	43.125.934,00	24.785.966,73	295.291,11	295.291,11	-	24.490.675,62
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto viabilizado			Unidade	1		4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Nesta ação, a dotação inicial foi contingenciada em 50% pelo SPO/MEC, valor que foi totalmente empenhado, assim como, as emendas parlamentares que foram destinadas à Ufopa. No ano de 2016 foram priorizados a destinação de recursos para as obras em andamento (bloco modular do tapajos e restaurante universitário), aos serviços de reformas e ampliações e a elaboração dos projetos de prédios definitivos, que serão licitados em 21017. Outras ações que contribuíram para a realização das metas desta ação foram às aquisições de máquinas e equipamentos para diversos laboratórios e para o restaurante da Universidade, contribuindo ao seu desenvolvimento. Estas ações foram concretizadas devido ao empenho da gestão em agilizar para que tudo ocorresse de forma organizada e objetiva.

Os fatores que dificultaram, um resultado mais satisfatório, nesta ação podem ser atribuídos à crise econômica que afetou as empresas contratadas para a execução das obras, que resultou em uma baixa execução financeira e, à inexperiência no gerenciamento da equipe técnica na fiscalização das obras e análise dos projetos. Carência que serão superadas em pouco tempo, pois, houve a contratação de uma Assessoria para auxiliá-la no desenvolvimento (jurídico, técnico e administrativo) da equipe e superação destas carências. O fator que dificultou, foi à forma de gerenciamento pessoal na realização dos projetos.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No exercício de 2016, teve como fator interveniente as liberações de financeiro em valores insuficientes, por parte do SPO/MEC, durante o exercício para atender a totalidade das exigibilidades de crédito, gerando assim, dificuldade no cumprimento das obrigações dentro do

prazo. Contudo, os serviços que garantem o funcionamento pleno e adequado das atividades fins e a segurança institucional foram priorizados e realizados pagamentos prioritários, tais como: energia elétrica, locação de mão de obra e espaços, assistência estudantil, segurança etc.

2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não há informações a serem apresentadas.

2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 17 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em Janeiro/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	R\$ 3.307.142,27	R\$ -	R\$ 3.307.142,27	R\$ -	R\$ -0,00
2012	R\$ 61.000,00	R\$ -	R\$ 61.000,00	R\$ -	R\$ -0,00
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em Janeiro/2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	R\$ 21.624.528,31	R\$ 10.451.678,22	R\$ 10.442.387,87	R\$ 6.576.323,49	R\$ 4.605.816,95
2014	R\$ 7.343.400,93	R\$ 21.541,75	R\$ 21.541,75	R\$ 4.160.715,55	R\$ 3.161.143,63
2013	R\$ 2.571.508,78	R\$ 418.126,96	R\$ 418.126,96	R\$ 369.326,61	R\$ 1.784.055,21
2012	R\$ 5.404.840,41	R\$ 3.350.398,86	R\$ 3.350.398,86	R\$ 34.762,83	R\$ 2.019.678,72
2011	R\$ 836.450,36	R\$ 10.503,58	R\$ 10.503,58	R\$ 275.898,42	R\$ 550.048,36

Fonte: Proad/Ufopa.

Análise crítica

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar não processados representam um montante de R\$ 37.780.728,79 no início do exercício de 2016, sendo que 57,24% do total representa o valor correspondente as inscrições do exercício 2015. É necessária a permanência dos valores inscritos em restos a pagar, pois eles atendem a diversas despesas diretamente relacionadas a manutenção e desenvolvimento do ensino.

No decorrer do exercício de 2016 foram cancelados R\$ 11.417.026,90 empenhos de restos a pagar, grande parte, em virtude de contratos de obras com vigência expirada e tiveram seus saldos baixados.

Os valores inscritos e reinscritos estão todos vigentes de acordo com o que foi estabelecido pelo MEC, que ampara a prorrogação da vigência dos empenhos atualmente inscritos em restos a pagar, pautados no fundamento legal artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

O exercício de 2016 foi encerrado com um saldo a pagar de R\$ 12.120.742,87, sendo os valores mais expressivos referentes ao exercício de 2015 e 2014 com R\$ 4.605.816,95 e R\$ 3.161.143,63 respectivamente, perfazendo um total de R\$ 7.766.960,58 (Quadro 17).

2.4. Execução descentralizada com transferência de recursos

A Ufopa não firmou Convênios, Contratos de repasse e Termo de Compromisso que causassem impacto financeiro no exercício 2016, somente Termos de Execução Descentralizada - TED. Estes se encontram em plena vigência.

2.4.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Coordenação de Prestação de Contas (CPC) vinculada à Diretoria de Finanças e Contabilidade (DFC) da Proad é responsável pela análise, controle, elaboração de demonstrativos, acompanhamento da execução dos recursos descentralizados quanto ao crédito disponível, liquidação e pagamento das despesas; analisar a prestação de contas com emissão de relatório e parecer quanto à boa e regular aplicação dos recursos; encaminhar ao órgão descentralizador do recurso a Prestação de Contas parcial e final após análise, dos recursos que chegam para que se possam executar projetos que envolvem políticas públicas da área educacional, de assistência estudantil, aquisição de equipamentos, fomento à pesquisa e demais atribuições correlatas. Com objetivo de padronizar controles e prestação de contas a Ufopa vem instituindo normas internas como a Resolução nº141 de 29.12.2015, que normatiza a relação da Instituição com Fundações de Apoio.

No momento a coordenação conta com um quantitativo de servidoras, que a administração superior reconhece como insuficientes, mas ressalta que a Ufopa está trabalhando no sentido de reestruturar a área com mais servidores para atender de forma adequada as necessidades desta Ifes.

2.5. Informações sobre a realização das receitas

As receitas próprias realizadas em 2016 foram de R\$-1.175.617,61, composta basicamente pelas Receitas Patrimoniais (24,86%), Receita de Serviços (51,10%) e Outras Receitas Correntes (24,04%).

2.6. Informações sobre a execução das despesas

A execução da despesa por modalidade de licitação e por grupo e elemento de despesa (Quadro 18), verifica-se que as contratações diretas (dispensa e inexigibilidade) representaram apenas 7,5%, quando comparada às demais modalidades de licitações. Observa-se, portanto, uma redução em relação ao exercício anterior (2015). As despesas licitadas representam 23,93% do total executado em 2016, e apresentaram evolução significativa. O maior volume executado foi com as despesas com pagamento de pessoal, o qual não se aplica nenhuma das modalidades licitatórias.

Quadro 18 – Despesas por modalidade de contratação

	Despesa Executada				Despesa paga			
Modalidade de Contratação	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	39.955.703,08	23,93	29.240.201,65	19,89	12.744.056,20	9,30	10.336.372,25	8,47
a) Convite	-		-		-		-	
b) Tomada de Preços	-		-		-		-	
c) Concorrência	18.823.167,18	11,27	11.968.050,12	8,14	54.858,13	0,04	0,00	-
d) Pregão	21.132.535,90	12,66	17.272.151,53	11,75	12.689.198,07	9,26	10.336.372,25	8,47
e) Concurso	-		-		-		-	
f) Consulta	-		-		-		-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-		-		-		-	
2. Contratações Diretas (h+i)	12.528.407,20	7,50	12.217.153,15	8,31	10.050.055,63	7,33	8.237.273,87	6,75
h) Dispensa	10.485.243,99	6,28	11.580.947,31	7,88	8.651.911,49	6,31	7.980.756,79	6,54
i) Inexigibilidade	2.043.163,21	1,22	636.205,84	0,43	1.398.144,14	1,02	256.517,08	0,21
3. Regime de Execução Especial	-		-		-		-	
j) Suprimento de Fundos	-		-		-		-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	95.902.820,30	57,44	88.441.245,18	60,15	95.899.709,45	69,99	87.320.474,57	71,52
k) Pagamento em Folha	95.116.481,86	56,97	87.519.870,04	59,53	95.116.481,86	69,42	86.399.099,43	70,76
l) Diárias	786.338,44	4,23	921.375,14	0,63	783.227,59	0,57	921.375,14	0,75
5.Outros	18.576.129,03	11,13	17.131.713,42	11,65	18.326.963,98	13,38	16.204.522,13	13,27
Total (1+2+3+4+5)	166.963.059,61	100	147.030.313,40	100	137.020.785,26	100	122.098.642,82	100

Fonte: Proad/Ufopa.

Quadro 19 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	78.739.005,61	72.969.734,59	78.739.005,61	72.969.734,59	-	-	78.739.005,61	72.969.734,59
Demais elementos do grupo	18.401.378,26	16.336.433,27	18.401.378,26	16.309.120,60	-	-	18.401.378,26	15.215.662,49
3. Outras Despesas Correntes								
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	14.876.386,53	14.036.906,78	11.531.921,65	9.736.788,53	3.344.464,88	4.300.118,25	11.503.026,89	9.504.434,49
Locação de Mão de obra	9.795.088,13	9.002.777,11	8.621.620,95	7.821.368,28	1.171.707,14	1.181.408,83	8.621.620,95	7.801.774,60
Auxílio Financeiro a Estudantes	7.960.992,42	8.027.745,30	7.733.503,46	7.997.745,30	227.488,96	30.000,00	7.733.503,46	7.141.545,30
Demais elementos do grupo	12.349.315,34	10.552.586,52	12.837.284,70	9.559.563,66	614.043,35	993.022,86	12.546.805,33	9.414.922,22
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e Instalações	18.982.425,34	11.968.050,12	120.399,11	0,00	18.862.026,23	11.968.050,12	120.399,11	0,00
Demais elementos do grupo	5.858.467,98	4.136.079,88	174.892,00	1.011.464,13	5.683.575,98	3.124.615,75	174.892,00	50.569,13

Fonte: Proad/Ufopa.

As execuções de despesa por grupo e elemento apresentou um ótimo desempenho no que tange as despesas correntes empenhadas e liquidadas, perfazendo um total de R\$ 142.122.166,29 empenhadas que corresponde a 96,44% que das despesas que foram liquidadas no exercício.

Em 2016 houve impossibilidade de licitar novas obras em virtude de dificuldades da área técnica na finalização de todos os projetos executivos. Houve também problemas na falta de tempestividade nos repasses de recursos, pelo SPO/MEC, que impossibilitaram processos licitatórios de algumas unidades.

Cabe destacar que durante o exercício de 2016 a greve dos técnico-administrativos, e os movimentos de ocupação estudantil com bloqueio de acesso aos prédios da Universidade afetaram o fluxo normal das atividades administrativas e o andamento dos processos, causando atrasos de forma pontual na execução do orçamento.

2.7. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

A Ufopa não aderiu à utilização de suprimento de fundos na forma da conta tipo B. Foi adotado o Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF, mas durante o exercício de 2016 o mesmo não foi utilizado.

2.8. Desempenho operacional

A avaliação dos objetivos estratégicos definidos no PDI 2012-2016 é feito por meio de indicadores estratégicos. Esses indicadores estratégicos foram criados para medir o alcance de metas estratégicas estimadas para cada exercício de vigência do PDI. Cada meta estratégica ficou sob a responsabilidade das respectivas Unidades da Ufopa, responsáveis pela consecução deste objetivo. Assim, o desempenho dessas ações reflete diretamente no alcance do objetivo estratégico. O desempenho no exercício de 2016 é demonstrado no quadro a seguir, sendo que alguns indicadores ainda estão no processo de medição.

Quadro 20 – Resultado dos indicadores no exercício 2016.

Indicador	Metas para 2016	Resultado
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	50%	31,12%
Índice de Inserção no Mercado de Trabalho (nº de titulados)	600	-
Taxa de Sucesso na Graduação por Unidade Acadêmica (TSGUA)	50%	-
Índice de inserção no mercado de trabalho (unidade acadêmica)	600	-
Índice de diversidade cultural em número de vagas	50%	-
Índice de projetos realizados de ensino, pesquisa e extensão voltados à diversidade cultural	20%	22,83%
Número de ações realizadas para a valorização cultural	50	50
Índice de projetos de pesquisas registrados na área de Inovação e Tecnologia	12%	-
Número de registros de licenciamentos concedidos (inovação tecnológica)	1	-
Número de publicações nas áreas científica e tecnológica	190	-
Número de projetos de pesquisa cadastrados	190	-
Índice de alunos com bolsas de iniciação científica	12,1%	-
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil	40%	34,88%
Índice de discentes atendidos pelo Programa de Bolsa de Língua Estrangeira (Bolei)	7%	-
Índice de participação dos discentes em modalidades esportivas	25%	6,9%

Número de ações para sensibilização e mobilização Socioambiental	11	-
Índice de ingresso por processos seletivos especiais	50%	-
Número de vagas por curso na graduação	37	-
Número de Vagas por curso na pós-graduação <i>lato sensu</i>	30	-
Número de vagas por curso na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	15	-
Índice de publicações distribuídos pelo Qualis com foco interdisciplinar	160	-
Número dos cursos de pós-graduação da área interdisciplinar	3	-
Número dos cursos de graduação da área interdisciplinar	6	-
Índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais	85	-
Número de ações voltadas para a discussão de temas regionais	8	103
Número de publicações da instituição	190	158
Número de cursos de pós-graduação	10	-
Número de publicações com relevância social	40	-
Índice de projetos em parceria com empresas	3	12
Índice de projetos de integração com a sociedade	15	82
Montante de recursos captados por meio de projetos cooperativos	R\$ 1.000.000	R\$ 400.509
Número de termos de cooperação e aditivos estabelecidos com organismos nacionais e internacionais	29	1
Número de ações que promovem a interação com a educação básica	8	52
Número de profissionais qualificados em programas para graduação que envolve a educação básica	450	-
Número de profissionais qualificados para pós-graduação que envolve a educação básica	500	86
Número de bolsas para docentes que envolvem a educação básica	20	-
Número de bolsas para alunos da educação básica (iniciação científica)	180	-
Índice de instalações acadêmicas com diversidade de recursos tecnológicos	100%	-
Índice de realização de atividades de capacitação tecnológica para servidores	10	-
Índice de satisfação da comunidade acadêmica	80%	-
Índice do Alcance de Metas Estratégicas	80%	-
Índice de execução dos projetos estratégicos	60%	-
Índice de disponibilidade do sítio e de internet	95%	97%
Índice de disponibilidade da rede local	95%	99,28%
Índice de bloqueio institucional	94%	100%
Índice da comunicação (internet, blogs, revista eletrônica e outras)	3	6
Índice de atividades de divulgação e marketing da Instituição	3.600	3.597
Índice de execução do orçamento com capacitação	70%	-
IQCD	4,5	4,17
IQCTA	1,4	-
Índice de vagas preenchidas por editais de concursos públicos	100%	-
Índice de fixação de técnicos administrativos	98%	-

Índice de fixação de docentes	98%	-
Número de PVNS, PNPD, DCR, PDJ-Capes e Pesquisador Visitante contratado (PV)	8	-
Índice de participação em ações de valorização	75%	-
Índice de ações que promovem a saúde e a qualidade de vida do servidor	10	10
Índice de participação em ações de saúde e qualidade de vida do servidor	85%	-
Índice de execução de projetos de infraestrutura	85%	-
Índice de disponibilidade de equipamentos	90%	38%
Índice de disponibilidade de serviços	98%	99,27%
Conceito de avaliação do Inep para instalações físicas e equipamentos	3,3	-
Índice de execução de orçamento para os projetos estratégicos	100%	-

Fonte: Proplan.

2.9. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

2.9.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 21 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente sem HU	33.993.016,38	28.801.166,96	105.318.103,40	82.780.368,61	68.303.559,12
Número de Professores Equivalentes	338,5	326	401	274,50	262,50
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	547,25	532	492,25	309,25	303,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	5.246,5	3.904,5	3.400	2.995,00	3.054,50
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	265	127	174	103,00	69,00
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	3.425,22	2.081,19	1.843,73	4.080,52	3.305,44
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	2.119,18	2.050,62	1.259,67	2.305,14	1.684,40
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	530	254	348	206,00	138,00

2.9.1.1. Custo Corrente

Para o cálculo do Custo Corrente a Ufopa realiza sem HU, pois não oferecemos cursos que necessitem de Hospital Universitário. A tabela a seguir apresenta o custo corrente excluindo as despesas do HU em 2016. Nele, observa-se um custo corrente no valor de R\$ 33.993.016,38.

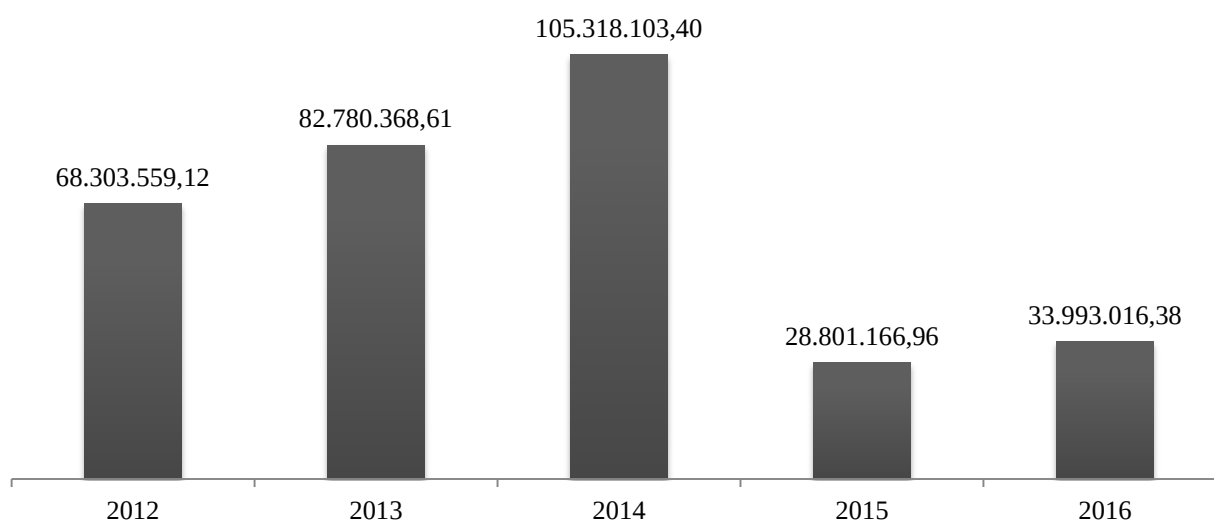
Tabela 6 – Custo corrente sem HU

DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR R\$
(+) Despesa corrente (SIAFI 3.30.00.00)	44.427.636,44
(-) 65% das despesas correntes totais do(s) hospital(is) universitário(s) e maternidade	-

(-) Aposentadoria e reformas do órgão Universidade (SIAFI 3.31.90.01)	862.696,70
(-) Pensões do órgão Universidade (SIAFI 3.31.90.03)	362.175,38
(-) Sentenças Judiciais do Órgão Universitário (SIAFI 3.31.90.91)	-
(-) Despesa com pessoal cedido - docente do órgão universidade	221.590,84
(-) Despesa com pessoal cedido - técnico-administrativo do órgão universidade	167.635,08
(-) Despesa com afastamento País/Exterior - docente do órgão Universidade	370.644,37
(-) Despesa com afastamento País/Exterior - técnico-administrativo do órgão Universidade	1.449.877,69
CUSTO CORRENTE SEM HU =	33.993.016,38

Fonte: Proplan e Progep.

Gráfico 4 – Custo Corrente no período de 2012 a 2016.



Ao compararmos ao longo do tempo, o Custo Corrente sofreu uma brusca queda, isso é consequência da viabilização feita pela Ufopa, em seus primeiros anos de criação, em investimentos em infraestrutura física, com licitações para construção de seus blocos modulares para atendimento a demandas de sala de aula, laboratórios, espaços administrativos para atender a necessidade dos cursos de graduação e pós-graduação, além de locação de espaços para atendimento de forma mais rápidas a essas demandas.

2.9.1.2. Professor Equivalente

O indicador número de professores equivalentes corresponde aos professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive ocupante de funções gratificadas e cargos comissionados; substitutos e visitantes; excluindo os docentes afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12/2016. Deve ser considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicção Exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação, assim o docente cujo regime de trabalho é 20 h/semana, recebe o peso de 0,5; o docente pertencente ao regime de trabalho 40h/semana ou DE, recebe o peso 1.

A forma de cálculo é por meio do somatório do número de professores, considerando-se os pesos de acordo com o regime de trabalho. Para aqueles com regime de 20h, o total de professores é multiplicado por 0,50; professores com regime de 40h e DE são multiplicados por 1,00.

Tabela 7 – Quantitativo de docentes da Ufopa em efetivo exercício no ano de 2016.

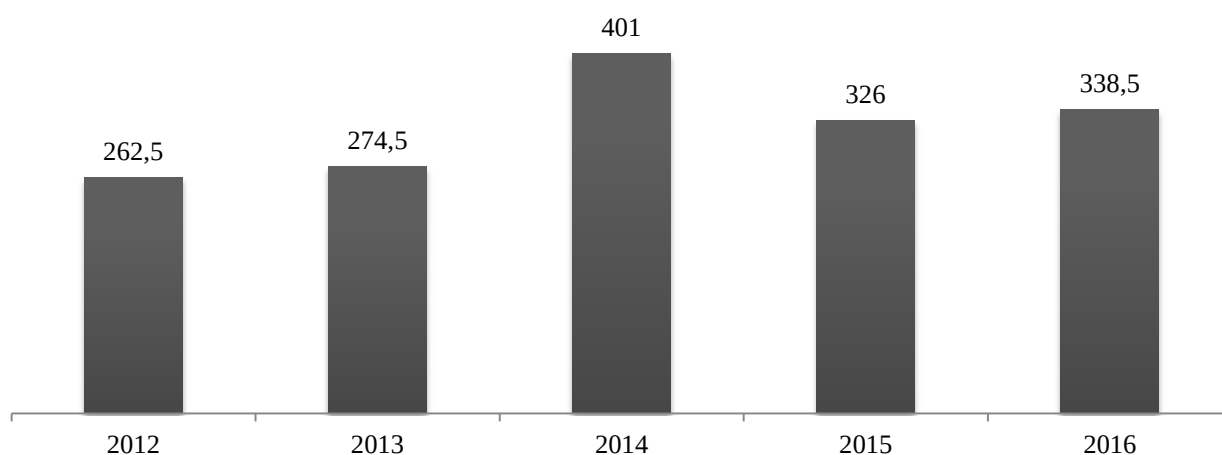
Variáveis	Regime de Trabalho		
	20H	40H	DE
(+)Efetivo	4	8	306
(+)Substituto	1	21	0
(+)Visitante	0	0	1
Total	5	29	307

Fonte: Progep.

Utilizando os pesos para os regimes de trabalho tem-se o número de professores equivalentes:

$$(5 \times 0,5) + (29 \times 1) + (307 \times 1) = 338,5$$

Gráfico 5 – Número de professores equivalentes no período de 2012 a 2016.



Ao longo dos 5 (cinco) anos o indicador vem sofrendo alterações, isso pode ser explicado pela saída dos docentes para a qualificação e de algumas redistribuição, o que será corrigido com a realização de concurso publico para provimento de vagas a ser realizado no exercício de 2017.

2.9.1.3. Funcionários Equivalentes

Esse indicador é calculado sem HU, pois a Ufopa não possui cursos que necessitam de Hospital Universitário. O número de funcionários equivalentes sem HU corresponde aos professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental; servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles vinculados exclusivamente a hospitais universitários e maternidade; contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal, excluídos postos de trabalho nos hospitais universitários e maternidade; exceto funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12/2016.

Considera-se como referencia o servidor técnico-administrativo de tempo integral (40h/semana) convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de

trabalho. Assim os servidores técnico-administrativos com regime de trabalho de 20h, 25h e 30h são multiplicados por 0,5; 0,63 e 0,75 respectivamente; já os de 40h/semana são multiplicados por 1,00.

Tabela 8 – Quantitativo de funcionários da Ufopa no ano de 2016 por regime de trabalho em efetivo exercício.

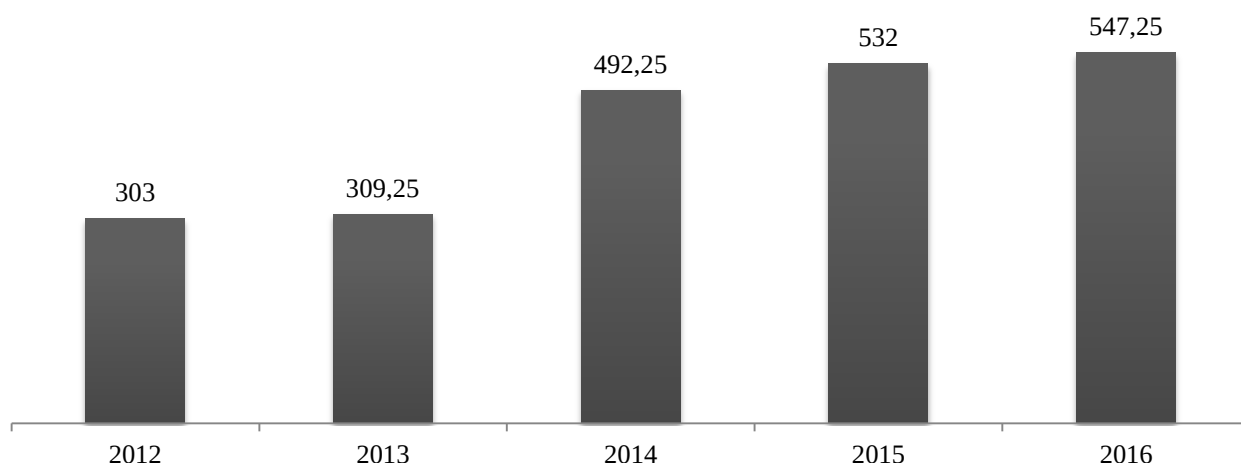
Funcionários	Regime de Trabalho			
	20H	25H	30H	40H
Professor do 1º e 2º. Grau	0	0	0	3
Técnico-administrativos	1	7	7	535
Total	1	7	7	538

Fonte: Progep.

Dessa maneira, utilizando os pesos para o regime de trabalho, obtém-se o número de funcionários equivalentes sem HU:

$$(1 \times 0,5) + (7 \times 0,63) + (7 \times 0,75) + (538 \times 1) = 548,16$$

Gráfico 6 – Número de funcionários equivalentes do período de 2012 a 2016.



Verifica-se nesse gráfico um acréscimo no número de funcionários equivalentes de 80,6% de 2011 a 2016, isso ocorreu pelo fato do aumento no número de técnico-administrativos em educação de 228 (duzentos e vinte e oito) em 2011 para 566 (quinhentos e sessenta e seis) em 2016. Esse aumento no número absoluto no número de

2.9.1.4. Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (A_G), Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (A_{RTI})

O número de alunos de residência médica é obtido pela fórmula:

$$A_{RTI} = 2 \times A_R,$$

Onde A_R corresponde aos alunos da residência médica, como a Ufopa não possui cursos desse formato, logo o resultado será zero.

Já o aluno efetivamente matriculado na graduação é aquele que realiza sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e

que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final ou a monografia.

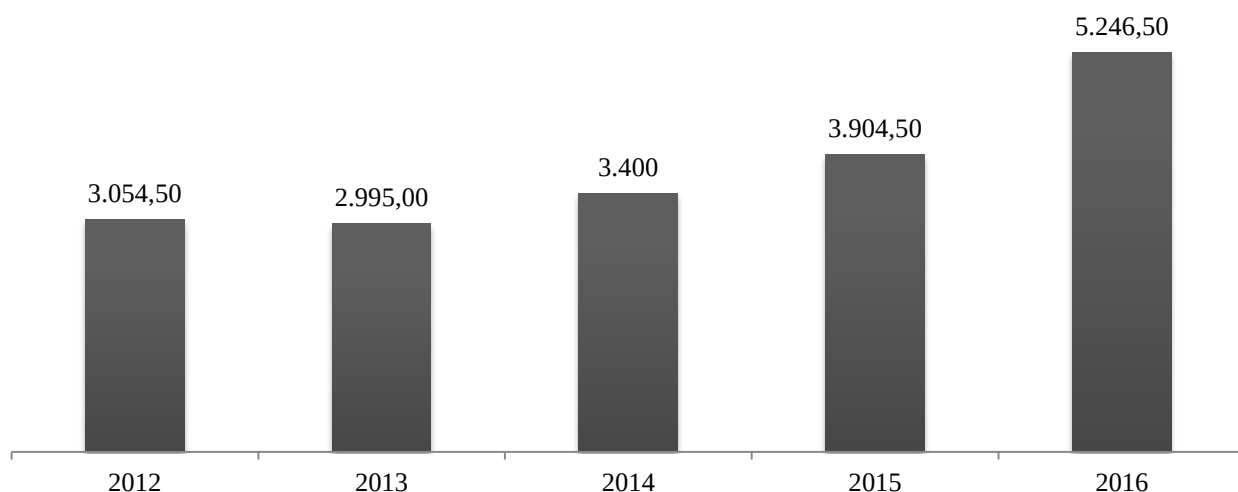
Tabela 9 – Alunos matriculados por semestre e número ingressantes e concluintes em 2016.

Local de Oferta	Curso	Matriculados		Média de Matrículas
		1º Sem	2º Sem	
Santarém	Agronomia	86	71	78,5
Santarém	Antropologia	130	116	123
Santarém	Arqueologia	92	75	83,5
Santarém	Bach. Ciências Biológicas	86	75	80,5
Santarém	Biologia e Química	174	155	164,5
Santarém	Biologia e Química (Parfor)	132	34	83
Santarém	Biotecnologia	61	52	56,5
Santarém	Ciência da Computação	143	125	134
Santarém	Ciência e Tecnologia	214	201	207,5
Santarém	Ciências Agrárias	419	377	398
Santarém	Ciências Atmosféricas	37	26	31,5
Santarém	Ciências da Terra	115	115	115
Santarém	Ciências e Tecnologia das Águas	461	382	421,5
Santarém	Ciências Econômicas	181	162	171,5
Santarém	Direito	253	238	245,5
Santarém	Engenharia de Pesca	120	99	109,5
Santarém	Engenharia Física	10	5	7,5
Santarém	Engenharia Florestal	139	118	128,5
Santarém	Engenharia Sanitária e Ambiental	43	67	55
Santarém	Farmácia	152	125	138,5
Santarém	Física	2	2	2
Santarém	Formação Interdisciplinar	13	10	11,5
Santarém	Geofísica	40	23	31,5
Santarém	Geografia	13	5	9
Santarém	Geologia	102	95	98,5
Santarém	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	165	140	152,5
Santarém	História	83	69	76
Santarém	História e Geografia	111	103	107
Santarém	História e Geografia (Parfor)	286	114	200
Santarém	Informática Educacional	67	63	65
Santarém	Interdisciplinar em Saúde	108	88	98
Santarém	Letras - Língua Portuguesa	13	12	12,5
Santarém	Letras - Português e Inglês	218	203	210,5
Santarém	Letras - Português e Inglês (Parfor)	343	188	265,5
Santarém	Licenciatura em Ciências Biológicas	6	3	4,5
Santarém	Licenciatura em Geografia	83	75	79
Santarém	Matemática	1	3	2
Santarém	Matemática e Física	157	133	145
Santarém	Matemática e Física (Parfor)	245	72	158,5
Santarém	Pedagogia	231	198	214,5

Santarém	Pedagogia (Parfor)	388	106	247
Santarém	Sistemas de Informação	106	85	95,5
Santarém	Zootecnia	49	43	46
Oriximiná	Ciências Biológicas e Conservação	42	41	41,5
Óbidos	Licenciatura em Pedagogia	41	40	40,5
Total		5961	4532	5246,5

Fonte: Sigaa.

Gráfico 7 – Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG) no período de 2012 a 2016.



Observa-se no gráfico uma evolução no resultado desse indicador, consequência da adoção de políticas para ingresso de novos alunos na Ufopa por meio dos Processos Seletivos Regular e Especial, vem se trabalhando a cada ano para o melhoramento desses processos, pois a Ufopa trabalha para garantir o acesso a educação superior na região. No período de 2012 a 2016, nota-se um crescimento de 71,8%, isso só foi possível graças a oferta de vagas que ocorre regularmente a cada ano e também na expansão dos cursos de graduação. Com relação ao exercício anterior, houve um crescimento de 34,37% no número de alunos matriculados.

2.9.1.5. Alunos na Pós-Graduação *Stricto Sensu* (A_{PG}) e Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (A_{PGTI})

Tabela 10 – Número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*.

Cursos	Matriculados
Recursos Naturais da Amazônia	34
Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos	26
Biociências	39
Educação	60
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	66
Ciências da Sociedade	15
Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida	25
Total	265

Fonte: Proppit.

Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral é calculado pela fórmula:

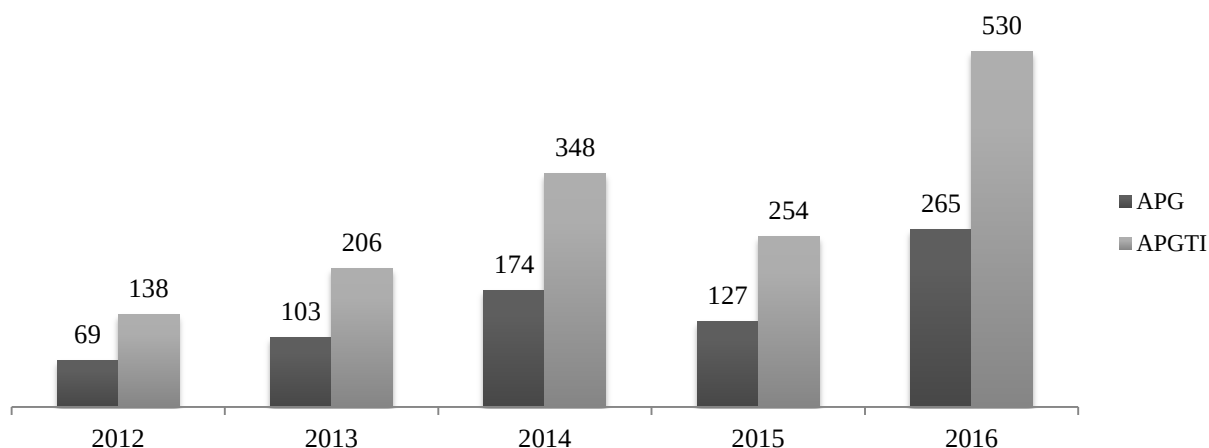
$$A_{PGTI} = 2 \times A_{PG},$$

Sendo o A_{PG} o número de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu.

Aplicando a formula temos o seguinte

$$2 \times 265 = 530$$

Gráfico 8 – Total de alunos na pós-graduação *Stricto Sensu* no período de 2012 a 2016 (A_{PG} e A_{PGTI}).



A pós-graduação *Stricto Sensu* na Ufopa deu um salto significativo no período de 2012 a 2016, com oferta regular de vagas nos cursos de mestrado e também no curso de doutorado, além da expansão no número de cursos.

2.9.1.6. Alunos de Graduação em Tempo Integral (A_{GTI}) e Número de Alunos equivalentes da Graduação (A_{GE})

O A_{GTI} é calculado pela fórmula:

$$A_{GTI} = \sum_{\text{cursos}} \left\{ (N_{DI} \times D_{PC})(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + \left(\left(\frac{N_I - N_{DI}}{4} \right) \times D_{PC} \right) \right\}$$

Onde:

N_{DI} é o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
 D_{PC} é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela da Secretaria de Educação Superior (SeSu) contida no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”;

N_I é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso e;

Fator de retenção é de acordo com a metodologia SeSu.

O número de alunos equivalentes da graduação (A_{GE}) é dado por:

$$A_{GE} = \sum_{\text{cursos}} \left\{ (N_{DI} \times D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + \left(\left(\frac{N_I - N_{DI}}{4} \right) \times D_{PC} \right) \right\} \times \text{Peso}$$

Onde:

N_{DI} é o número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
 D_{PC} é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela da Secretaria de Educação Superior (SeSu) contida no documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”;

N_I é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso e;

Fator de retenção e o Peso é de acordo com a metodologia SeSu.

Tabela 11 – Número de alunos da graduação em tempo integral e aluno equivalente de graduação por curso.

Local de Oferta	Curso	N_I	N_{DI}	Fator de Retenção	D_{PC}	Peso	A_{GE}	A_{GTI}
Santarém	Agronomia	31	2	0,05	5	2	93,50	46,75
Santarém	Antropologia	38	2	0,1	4	1	44,80	44,80
Santarém	Arqueologia	38	0	0,1	4	1	38,00	38,00
Santarém	Bach. Ciências Biológicas	45	7	0,125	4	2	139,00	69,50
Santarém	Biologia e Química	51	0	0,1325	4	2	102,00	51,00
Santarém	Biologia e Química (Parfor)	0	4	0,1325	4	2	28,24	14,12
Santarém	Biotecnologia	29	0	0,125	4	2	58,00	29,00
Santarém	Ciência da Computação	32	6	0,1325	4	1,5	79,77	53,18
Santarém	Ciência e Tecnologia	38	0	0,1	3	2	57,00	28,50
Santarém	Ciências Agrárias	43	5	0,1	3	2	90,00	45,00
Santarém	Ciências Atmosféricas	27	0	0,1325	4	2	54,00	27,00
Oriximiná	Ciências Biológicas e Conservação	0	0	0,125	4	2	0,00	0,00
Santarém	Ciências da Terra	29	0	0,1	3	2	43,50	21,75
Santarém	Ciências e Tecnologia das Águas	100	47	0,1	3	2	389,70	194,85
Santarém	Ciências Econômicas	45	5	0,12	4	1	62,40	62,40
Santarém	Direito	49	4	0,12	5	1	78,65	78,65
Santarém	Engenharia de Pesca	57	8	0,082	5	2	209,06	104,53
Santarém	Engenharia Física	0	0	0,082	5	2	0,00	0,00
Santarém	Engenharia Florestal	38	4	0,082	5	2	128,28	64,14
Santarém	Engenharia Sanitária e Ambiental	25	0	0,082	5	2	62,50	31,25
Santarém	Farmácia	23	21	0,066	5	2	228,86	114,43
Santarém	Física	0	0	0,1325	4	1,5	0,00	0,00
Santarém	Formação Interdisciplinar	0	0	0,1	3	1	0,00	0,00
Santarém	Geofísica	21	6	0,1325	4	1,5	63,27	42,18
Santarém	Geografia	0	8	0,1325	4	2	56,48	28,24
Santarém	Geologia	27	3	0,1325	4	2	75,18	37,59
Santarém	Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	46	12	0,12	4	1	87,76	87,76
Santarém	História	49	0	0,1	4	1	49,00	49,00
Santarém	História e Geografia	0	3	0,1	4	1	10,20	10,20
Santarém	História e Geografia (Parfor)	0	46	0,1	4	1	156,40	156,40
Santarém	Informática Educacional	40	0	0,1325	4	1,5	60,00	40,00

Santarém	Interdisciplinar em Saúde	67	0	0,1	3	2	100,50	50,25
Santarém	Letras - Língua Portuguesa	0	3	0,115	4	1	10,38	10,38
Santarém	Letras - Português e Inglês	52	2	0,115	4	1	58,92	58,92
Santarém	Letras - Português e Inglês (Parfor)	0	22	0,115	4	1	76,12	76,12
Santarém	Licenc. Ciências Biológicas	0	1	0,125	4	2	7,00	3,50
Santarém	Licenc.em Geografia	40	0	0,1325	4	2	80,00	40,00
Óbidos	Licenciatura em Pedagogia	0	0	0,1	4	1	0,00	0,00
Santarém	Matemática	0	0	0,1325	4	1,5	0,00	0,00
Santarém	Matemática e Física	50	0	0,1325	4	1,5	75,00	50,00
Santarém	Matemática e Física (Parfor)	0	18	0,1325	4	1,5	95,31	63,54
Santarém	Pedagogia	50	14	0,1	4	1	97,60	97,60
Santarém	Pedagogia (Parfor)	0	3	0,1	4	1	10,20	10,20
Santarém	Sistemas de Informação	29	4	0,1325	4	1,5	64,68	43,12
Santarém	Zootecnia	33	1	0,065	5	4,5	203,96	45,33
Total							3425,22	2119,18

A Tabela 8 apresenta o número de alunos da graduação em tempo integral (A_{GTI}) e aluno equivalente de graduação (A_{GE}) por curso, onde o A_{GTI} é **2118,18** e o A_{GE} é **3425,22**.

2.9.1.7. Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002

Quadro 22 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002.

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente	8.594,47	12.333,57	48.052,39	19.311,81	19.835,85
Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente	8.594,47	12.333,57	48.052,39	19.311,81	19.835,85
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	7,83	7,07	4,01	9,15	6,94
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU	4,83	4,33	3,27	8,12	6,64
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU	4,83	4,33	3,27	8,12	6,64
Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente	1,62	1,63	1,23	1,13	1,15
Funcionário Equivalente sem HU/Professor Equivalente	1,62	1,63	1,23	1,13	1,15
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,40	0,53	0,37	0,77	0,55
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,05	0,03	0,05	0,03	0,02
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,25	3,4	3,2	3,25	3,00
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,17	4,04	3,72	4,03	3,94
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	31,12	3,98	12,89	19,72	18,84

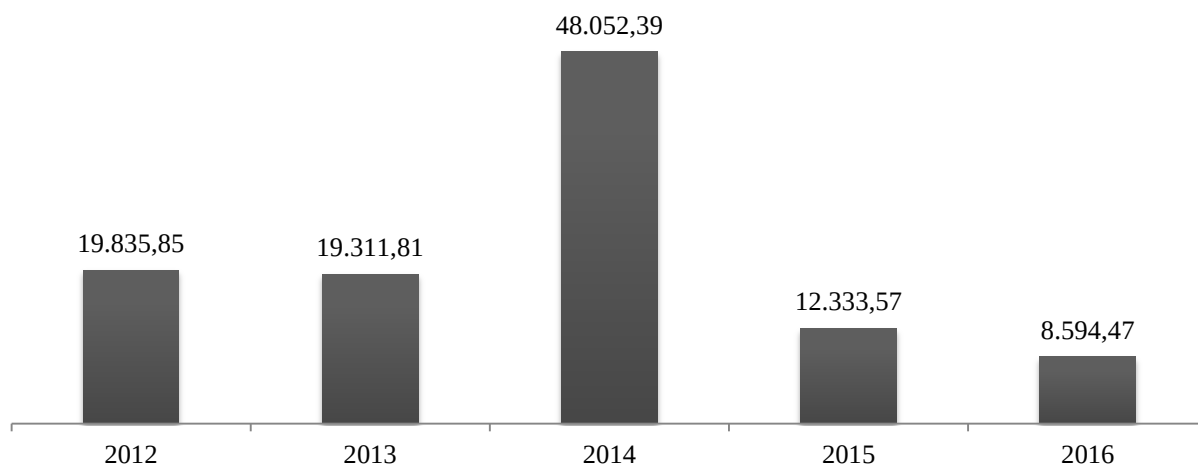
Custo Corrente /Aluno Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o custo anual por aluno de graduação matriculado na Instituição, dessa maneira, reflete uma relação entre os insumos, considerados em unidade monetária e o produto, mensurado em unidade Física. O custo corrente pode ser com ou sem Hospital Universitário (HU). Assim, tem-se:

$$\frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}}$$

Aplicando a fórmula tem-se o resultado:

$$\frac{\text{Custo Corrente}}{A_{GE} + A_{PG} + A_{RTI}} = \frac{33.993.016,38}{3425,22 + 265 + 0} = \mathbf{8.594,47}$$

Gráfico 9 – Relação custo corrente por aluno equivalente do período de 2012 a 2016.



O gráfico acima apresenta a relação custo corrente por aluno equivalente no período de 2012 a 2016, nele observa-se uma variação ao longo do período, com destaque ao ano de 2014 onde se mostra um elevado acréscimo, isso reflete ao investimento feito pela Ufopa em infraestrutura para atendimento as demandas acadêmicas e administrativas, porém nos dois últimos anos houve um decréscimo que pode ter ocorrido pela redução no custo corrente e o aumento do número de alunos equivalente.

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de professores. Este indicador é dado pela fórmula:

$$\frac{A_{G\text{TI}} + A_{PG\text{TI}} + A_{R\text{TI}}}{\text{Número de Professores Equivalentes}}$$

Aplicando a fórmula temos o seguinte resultado:

$$\frac{A_{G\text{TI}} + A_{PG\text{TI}} + A_{R\text{TI}}}{\text{Número de Professores Equivalentes}} = \frac{2119,18 + 530 + 0}{338,5} = 7,83$$

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente: É um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de funcionários. O funcionário equivalente pode ser com ou sem HU, no caso da Ufopa calcula-se sem HU, pela fórmula:

$$\frac{A_{G\text{TI}} + A_{PG\text{TI}} + A_{R\text{TI}}}{\text{Funcionários Equivalentes}}$$

Aplicando-se os dados temos o seguinte resultado:

$$\frac{A_{G\text{TI}} + A_{PG\text{TI}} + A_{R\text{TI}}}{\text{Funcionários Equivalentes}} = \frac{2119,18 + 530 + 0}{548,16} = 4,83$$

Gráfico 10 – Relação aluno tempo integral por professor equivalente do período de 2012 a 2016.

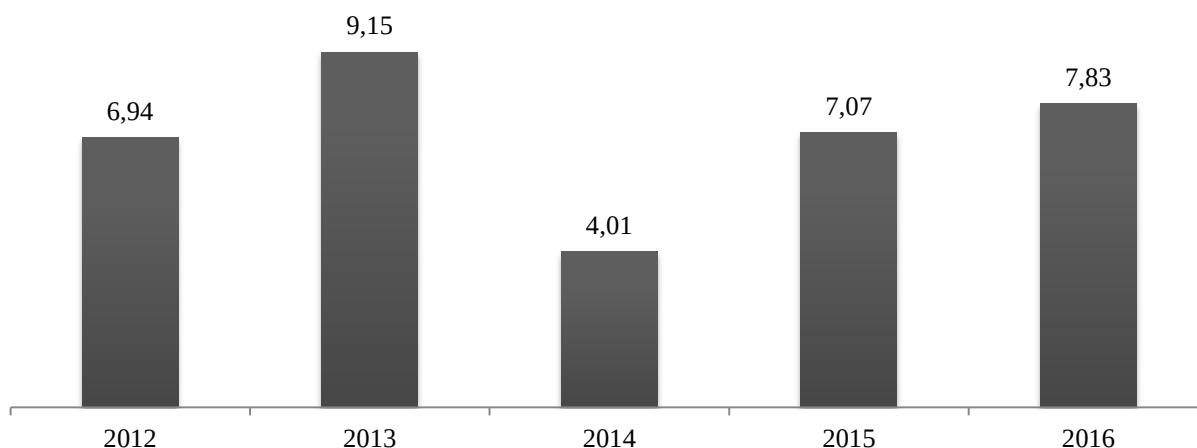
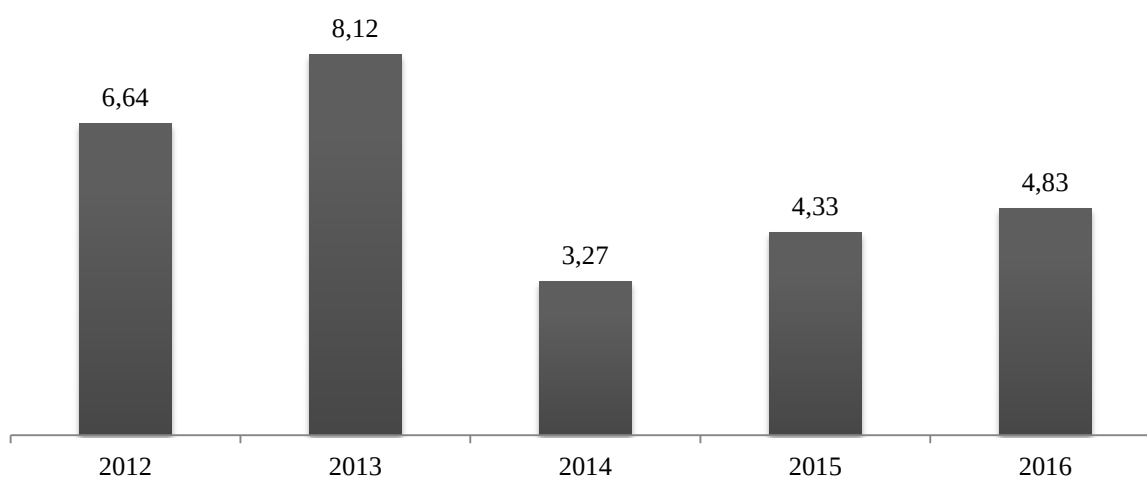


Gráfico 11 – Relação aluno tempo integral por funcionário equivalente no período de 2012 a 2016.



Ao longo do período de 2012 a 2016 a relação aluno tempo integral por professor equivalente e relação aluno tempo integral por funcionário equivalente mostram-se de forma variável, isso pode ser explicado pelo ingresso de servidores docentes e técnico-administrativos em educação até 2014, fazendo com que a relação ficasse em 3,27, mas, a expansão no número de alunos nos últimos 3 (três) anos deu-se num ritmo maior em relação aos docentes e técnico-administrativos o que fez com que o indicador voltasse a crescer.

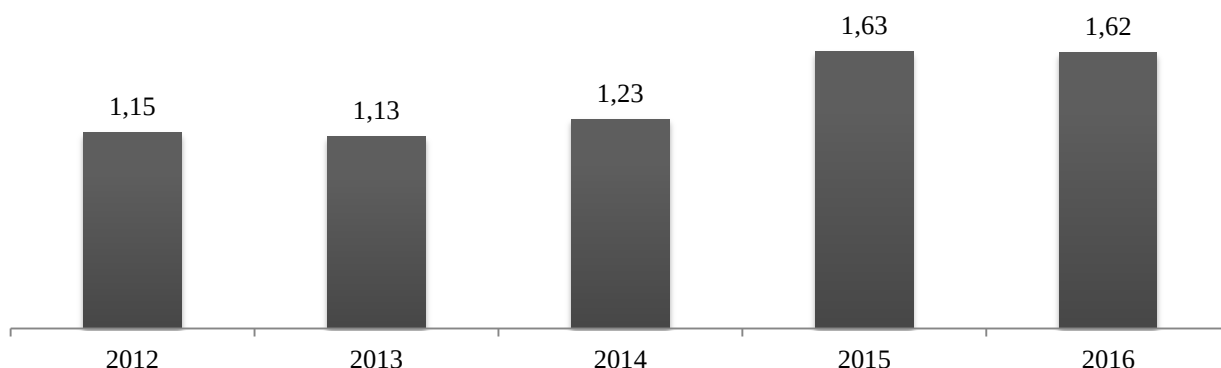
Funcionário Equivalente/Professor Equivalente: É um indicador de eficiência que associa o número de funcionários a um determinado quantitativo de professores, pode ser calculado com e sem HU, para a Ufopa é feito o cálculo sem HU. Dada com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Funcionários Equivalentes}}{\text{Professores Equivalentes}},$$

O resultado do indicador é:

$$\frac{\text{Funcionários Equivalentes}}{\text{Professores Equivalentes}} = \frac{548,16}{338,5} = 1,62$$

Gráfico 12 – Relação funcionário equivalente por professor equivalente no período de 2012 a 2016.



Observa-se uma relação muito próxima entre o número de funcionários equivalentes com o número de professores equivalentes, podendo ser explicada com a contratação docente foi acompanhada pela admissão de técnico-administrativos, fazendo com que houvesse uma variação muito baixa entre essa relação.

Grau de Participação Estudantil (GPE): É um indicador de eficácia que mede o grau de alcance das políticas institucionais pelo nível de participação estudantil. É dado por:

$$GPE = \frac{A_G TI}{A_G},$$

Assim temos o seguinte resultado:

$$GPE = \frac{A_G TI}{A_G} = \frac{2119,18}{5246,5} = 0,40$$

Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG): É um indicador de eficiência que relaciona o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados e o seu resultado é obtido da seguinte fórmula:

$$GPEG = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

Resultado do indicador:

$$GPEG = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}} = \frac{265}{5246,5 + 265} = 0,05$$

Gráfico 13 – Grau de participação estudantil no período de 2012 a 2016.

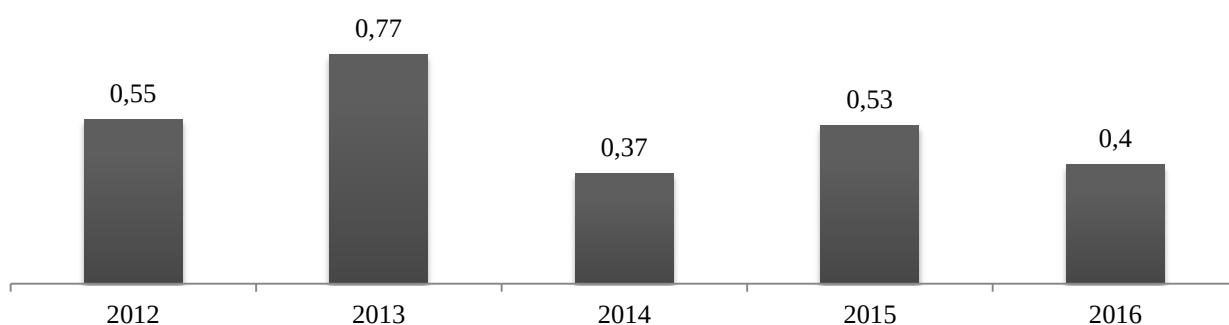
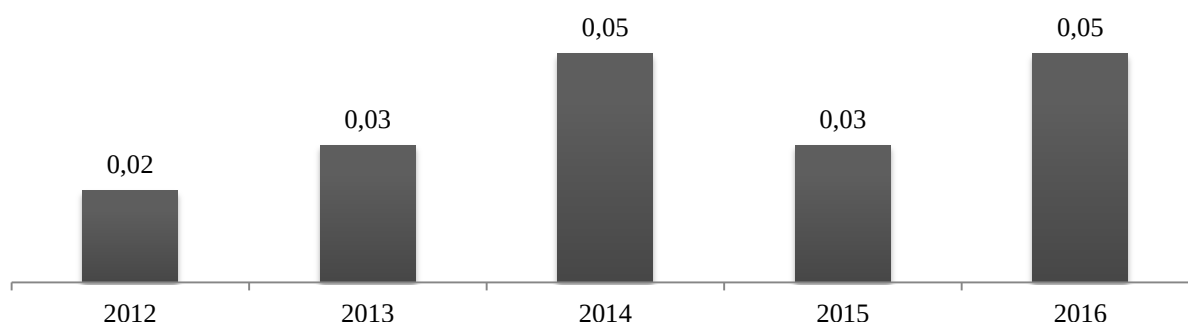


Gráfico 14 – Grau de envolvimento discente com pós-graduação do período de 2012 a 2016.



Observa-se com relação a 2015 uma queda de 0,13 no indicador grau de participação estudantil, isso ocorreu pelo aumento na variável A_{PG} , pois em 2015 essa variável era de 127 (cento e vinte e sete), o que corresponde ao número de alunos matriculados nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, e em 2016 registrou-se um valor de 265 (duzentos e sessenta e cinco) alunos matriculados, o que corresponde um aumento de 108%, enquanto que o número de alunos regularmente matriculados na graduação, A_G , em 2015 foi de 3.904,5 (três mil novecentos e quatro) e em 2016 registrou-se o valor de 5.246,5 (cinco mil duzentos e quarenta e seis) o que corresponde a 34,37% de crescimento na variável A_G . E consequentemente faz com que o indicador grau de envolvimento discente com pós-graduação tenha um leve crescimento.

Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação: É um indicador de eficácia que mede a qualidade dos cursos de pós-graduação com base nos conceitos da Capes. Esse indicador é dado por:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{\sum \text{Conceito de todos os programas de pós graduação}}{\text{Número de programas de pós graduação}}$$

Deve ser considerado o conceito da última avaliação realizada pela Capes, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7. Para obter o Conceito Capes da Ifes, deve ser feita a média aritmética dos conceitos Capes de todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* (com mestrado ou com mestrado e doutorado) da instituição que tenham sido objeto de avaliação. Não devem ser considerados os cursos de mestrado profissionalizante.

Tabela 12 – Conceito dos programas de pós-graduação da Ufopa.

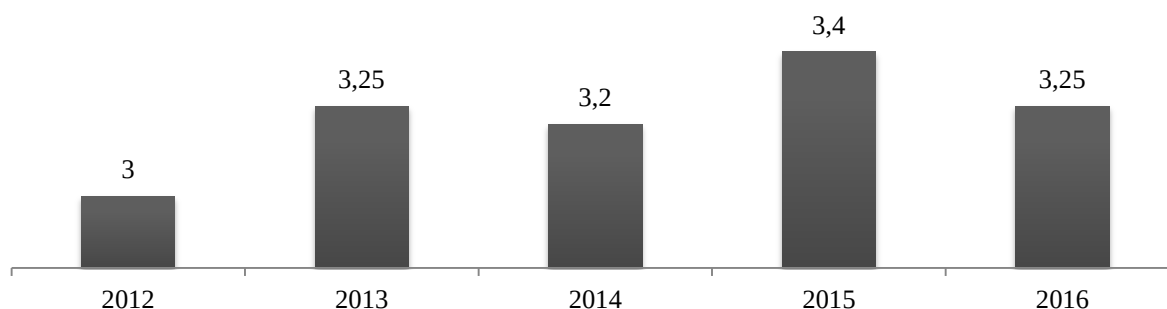
Programa	Situação	Curso	Modalidade	Conceito
Biociências	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Ciências da Sociedade	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Educação	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Recursos Naturais da Amazônia	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida	Em Funcionamento	Mestrado	Acadêmico	3
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	Em Funcionamento	Doutorado	Acadêmico	4
Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte	Em Funcionamento	Doutorado	Acadêmico	4

Fonte: Plataforma Sucupira Capes.

Aplicando a formula com os dados da tabela 7 temos o seguinte resultado:

$$\text{Conceito Capes} = \frac{(3 + 3 + 3 + 3 + 3 + 3 + 4 + 4)}{8} = 3,25$$

Gráfico 15 – Conceito Capes para os Cursos de pós-graduação no período de 2012 a 2016.



A redução no valor do indicador com relação a 2015 se dá pelo fato da implementação de mais um curso de doutorado e um de mestrado já que eles entram com a nota mínima de 4 (quatro) e de 3 (três) respectivamente por serem considerados cursos novos.

Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD): É um indicador de eficácia que mede a qualidade técnica do corpo docente, utilizando ponderações que variam de 1 a 5, conforme a qualificação do docente. Dessa maneira, tem-se:

$$\text{IQCD} = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

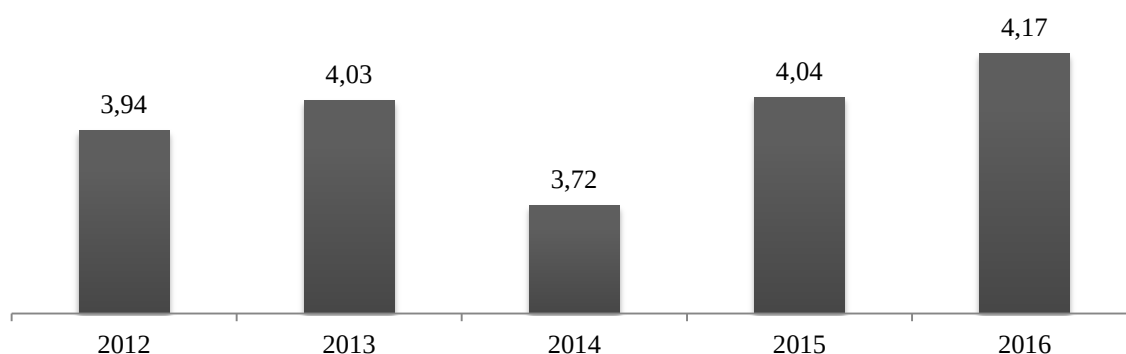
Tabela 13 – Quantitativo de docentes por titulação em pelo exercício 2016.

Situação docente	Titulação			
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
Ativo	10	7	112	214

Resultado do indicador aplicando a fórmula:

$$\text{IQCD} = \frac{(5 \times 214) + (3 \times 112) + (2 \times 7) + 10}{214 + 112 + 7 + 10} = \frac{1.430}{343} = 4,17$$

Gráfico 16 – Índice de qualificação do corpo docente no período de 2012 a 2016.



O índice de qualificação do corpo docente registrou um aumento de 0,13 com relação a 2015, isso ocorreu pelo aumento no número de professores com titulação de doutorado que no

exercício anterior era de 181 (cento e oitenta e um) e em 2016 registrou 214 (duzentos e quatorze), os motivos podem ser ingresso de novos docentes desde 2014, bem como também a redução do número de professores com titulação de mestre, que em 2015 foi de 133 (cento e trinta e três) e em 2016 foi de 112 (cento e doze) docentes, o que provavelmente influenciou o resultado desse indicador, já que os docentes com titulação de mestre que estão afastados para qualificação não entram no cálculo do indicador.

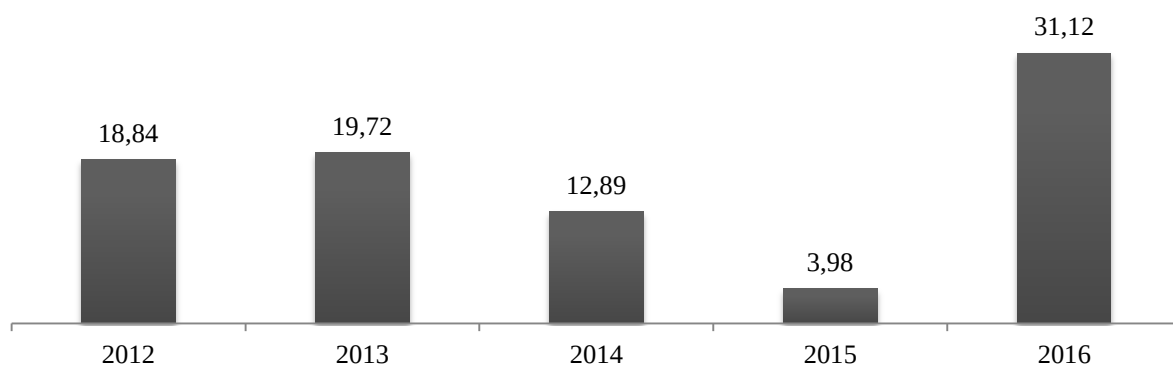
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG): É um indicador de eficiência que evidencia o número de diplomados em relação ao número de ingressantes. Dessa maneira, tem-se:

$$\text{TSG} = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Número de alunos ingressantes}}$$

Utilizou-se o número de diplomados do 2º semestre de 2015 e 1º semestre de 2016 dos cursos de 3,5 anos e 4,5 anos de duração, assim a Ufopa começou a formar seus primeiros alunos, Logo, tem-se o seguinte resultado:

$$\text{TSG} = \frac{\text{Número de alunos diplomados}}{\text{Número de alunos ingressantes}} = \frac{225}{723} = 31,12$$

Gráfico 17 – Taxa de sucesso na graduação no período de 2012 a 2016.



A variação na taxa de sucesso da graduação desde 2012 é explicada pelo fato da Ufopa ser uma Universidade nova, criada em 2009 pelo desmembramento da UFPA e da Ufra, formando nos anos anteriores a 2015 apenas os alunos dos cursos herdados das duas Ifes que formaram a Ufopa, porém no segundo semestre de 2015 foi que se iniciou o processo de formação nos cursos da Ufopa, onde destacamos os cursos de Bacharelados Interdisciplinares.

2.10. Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A Universidade Federal do Oeste do Pará firmou os seguintes TED's em 2016:

Termo de Execução Descentralizada – TED nº 4779/2016, referente ao Programa de Pós-Graduação - Proap 2016, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, para custeio das atividades acadêmicas e de pesquisa dos programas de pós-graduação relacionadas aos estudos e produção de dissertação e tese e a manutenção e desenvolvimento dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, no valor acordado de R\$ 106.179,55, tendo sido devolvido pelo Encerramento do Exercício R\$ 21.933,97, ficando em definitivo na Universidade R\$ 84.245,58;

Termo de Execução Descentralizada – TED nº 5039/2016, referente ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que tem o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores das redes públicas de ensino que aderiram ao PNAIC, apoiando o trabalho desses profissionais na consolidação das competências e

habilidades de leitura, escrita e matemática de seus alunos, no valor de R\$ 419.948,20, tendo sido devolvido o valor de R\$ 279.291,95, ficando para execução o valor de 140.656,25;

Termo de Execução Descentralizada – TED nº 3887/2016, referente ao Programa Profletras, cujo objetivo é atender a expansão de turmas para o Profletras/Ufopa, no valor acordado R\$ 100.000,00, mas repassado o valor de R\$ 50.000,00, tendo sido devolvido o valor R\$ 5.275,14, ficando para execução o valor de R\$ 44.724,86;

Termo de Execução Descentralizada – TED nº 4007/2016, referente ao Programa Proext, que tem o objetivo de adquirir os recursos das propostas aprovadas no âmbito dos Editais do Programa de Extensão Universitária – ProExt/SESu/MEC:

- Repasse do custeio Ano 2 do programa aprovado por meio do Edital ProExt 2015.
- Repasse do custeio Ano 1 e do capital do programa aprovado por meio do Edital ProExt 2016.
- Repasse do custeio e do capital do projeto aprovado por meio do Edital ProExt 2016 no valor de R\$ 375.509,00, tendo sido devolvido o valor R\$ 64.211,92 ficando para execução o valor de R\$ 311.297,08.

3. GOVERNANÇA GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de governança

Conforme o art.10 de seu Estatuto, a Ufopa organiza-se em:

- I - Conselhos Superiores;
- II - Reitoria;
- III - Pró-Reitorias;
- IV - Unidades Acadêmicas e Câmpus;
- V - Órgãos Suplementares.

A administração da Ufopa se dá por meio de seus órgãos colegiados superiores deliberativos e de seus órgãos executivos. Os órgãos colegiados superiores deliberativos da Ufopa são: o Conselho Universitário (Consun); o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe); e o Conselho Superior de Administração (Consad). Os órgãos executivos são aqueles que integram a Reitoria: Reitoria; Pró-Reitorias; Ouvidoria; Órgãos Suplementares.

O **Consun** é o órgão máximo de consulta e deliberação da Ufopa e sua última instância recursal. A ele compete:

- aprovar e/ou modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, resoluções e regimentos específicos das Unidades Acadêmicas e dos Câmpus; organizar o processo eleitoral para os cargos de Reitor e Vice-Reitor, nos termos das normas previstas no Estatuto da Universidade, no Regimento Geral e no Regimento Eleitoral; criar, desmembrar, fundir e extinguir Órgãos e Unidades da Ufopa; aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, supervisionar e avaliar a sua implementação; autorizar o credenciamento, o descredenciamento e o recredenciamento de Fundação de Apoio, bem como aprovar o relatório anual de suas atividades e recursos; propor, motivadamente, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a destituição do Reitor e/ou do Vice-Reitor; estabelecer normas para eleição aos cargos de dirigentes universitários, em conformidade com a legislação vigente e com o Regimento Geral; assistir aos atos de transmissão de cargos da Administração Superior, bem como à Aula Magna do período letivo; julgar proposta de destituição de dirigentes de qualquer unidade ou órgão da Instituição, oriunda do órgão colegiado competente e de acordo com a legislação pertinente; julgar os recursos interpostos contra decisões do Consepe e do Consad; apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Consun; julgar e conceder o título de Doutor *Honoris Causa* e demais títulos acadêmicos, conforme parecer circunstanciado do Consepe; definir a composição e o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o Plano de Gestão Orçamentária, bem como a prestação de contas anual da Universidade, considerando o parecer emitido pelo Consad; avaliar, aprovar e acompanhar a política geral, o planejamento e a execução orçamentária global da Universidade, ressalvadas as competências administrativas dos demais Conselhos Superiores Deliberativos; decidir sobre matéria omissa no Estatuto da Universidade e no Regimento Geral.

O **Consepe** é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria acadêmica. Ao Consepe compete: aprovar as diretrizes, os planos, os programas e os projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos e de assistência estudantil e seus respectivos desdobramentos técnicos e administrativos; fixar normas complementares às do Estatuto da Universidade e do Regimento Geral em matéria de sua competência; deliberar sobre criação, extinção, fusão e desmembramentos de cursos e Programas de Graduação e Pós-Graduação propostas pelas Unidades Acadêmicas, referendadas pelos seus respectivos Conselhos; deliberar sobre a participação da Universidade em programas de iniciativa própria ou alheia que importem cooperação didática, cultural, científica e tecnológica com entidades locais, nacionais e internacionais; deliberar originariamente ou em grau de recurso sobre qualquer matéria de sua competência, inclusive as não previstas expressamente no Estatuto da Universidade ou no Regimento Geral; definir o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho;

apreciar, em grau de recurso, decisões em instâncias inferiores sobre matérias de competência do Conselho; exercer outras atribuições que sejam definidas em lei ou no Estatuto da Universidade.

O **Consad** é o órgão de consulta, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira. Compete ao Consad: propor e supervisionar o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoal e à administração do patrimônio, do material e do orçamento anual da Universidade; assessorar os órgãos da Administração Superior nos assuntos afetos à gestão das Unidades; homologar acordos, contratos ou convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, firmados pelo Reitor; apreciar a proposta orçamentária anual; emitir parecer sobre os balanços, a prestação de contas anual da Universidade e, quando for o caso, sobre as contas da gestão dos dirigentes de qualquer órgão, direta ou indiretamente ligado à estrutura universitária; pronunciar-se sobre aquisição, locação, concessão, permuta e alienação de bens imóveis pela Instituição; apreciar a aceitação de doações e legados; deliberar sobre qualquer encargo financeiro não previsto no orçamento; decidir, após sindicância, sobre intervenção administrativa em qualquer Unidade; definir o funcionamento de suas Câmaras e Comissões; apreciar o veto do Reitor às decisões do Conselho; exercer outras atribuições que sejam definidas em lei, no Estatuto da Universidade e no Regimento Geral.

A **Reitoria**, como órgão executivo superior, tem como atribuições a superintendência, o planejamento, a gestão, a fiscalização e o controle das atividades da Universidade, estabelecendo as medidas regulamentares pertinentes. As Pró-Reitorias, como órgãos executivos, têm como atribuições comuns: assessorar a Reitoria no estabelecimento da política de atuação nas atividades correspondentes à sua área específica; formular diagnósticos dos problemas da Instituição nas suas áreas específicas de atuação; elaborar as políticas de atuação nas áreas específicas de cada Pró-Reitoria; assessorar os Órgãos Colegiados nos processos de deliberação sobre as matérias relacionadas aos seus campos de atuação; coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução das decisões inerentes às suas áreas de atuação.

A Ufopa possui uma unidade técnica de controle representada pela Auditoria Interna que tem como finalidade assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, com o objetivo precípuo de assegurar:

a) a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal da Ufopa, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;

b) aos ordenadores de despesas a orientação necessária para racionalizar a execução da receita e da despesa, com vistas à aplicação regular e a utilização adequada dos recursos e bens disponíveis;

c) o fiel cumprimento das leis, normas e regulamentos internos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais e administrativos adotados pela Universidade;

d) a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Universidade;

e) a orientação quanto à aplicação de normas, instruções de procedimentos e a qualquer outro assunto no âmbito de sua competência ou atribuição.

A Ufopa formalizou, por meio da Portaria nº 783, de 24 de julho de 2012, sua Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), em atenção à Lei nº 10.861, de 14/4/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); e à Portaria nº 2.051/04/MEC, de 9/7/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes. A CPA tem por finalidade realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios e diretrizes do Sinaes, de modo a contribuir com a elaboração do PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), subsidiando as ações de planejamento na Ufopa.

3.2. Atuação da unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão técnico de controle, vinculado ao Conselho Universitário da Ufopa, nos termos do Art. 15º, § 3º, do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/02.

Exerce suas atribuições sem elidir a ação de controle que cada servidor, como agente público, deve desempenhar no exercício de suas funções, bem como a competência dos órgãos do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União - TCU.

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna;

Os documentos que norteiam a atuação da Audin na Ufopa estão estabelecidos no § único art. 95, do Regimento Geral da Ufopa, conforme link <http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/regimento-geral>. E em seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 16, de 14/06/2016, conforme link <http://www.ufopa.edu.br/arquivo/consun/resolucoes/resolucao-no-16.16-consad-regimento-interno-da-auditoria-interna>

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interna no setor público), que é uma das diretrizes da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da Ufopa;

A independência dos trabalhos de Auditoria Interna está prevista em seu Regimento Interno, especificamente, em seu artigo 14, § 1º,

“Os dirigentes de órgãos e unidades ligados à Ufopa deverão proporcionar aos auditores condições de trabalho, permitindo-lhes livre acesso a informações, títulos, documentos, bens, valores e demais instrumentos necessários e pertinentes à execução dos trabalhos, bem como às dependências e instalações físicas em seu âmbito.”

A Audin elaborou a Nota Técnica nº 01/2014, de 23 de junho de 2014, publicada no sítio da Ufopa na rede mundial de computadores, através da URL: <http://www.ufopa.edu.br/arquivo/divdocs/2014/NotaTcnica012014AUDIN.pdf>. Através da referida Nota Técnica buscou-se, no âmbito desta Ifes, dar a devida importância para os trabalhos de Auditoria Interna, tais como:

α) O cumprimento das implementações das recomendações emitidas nos relatórios de auditorias e/ou outros quaisquer documentos oriundos dos trabalhos da Auditoria Interna, ou justificativa da impossibilidade de fazê-lo;

β) As demandas de informações e prioridades emanadas da Auditoria Interna terão prioridade administrativa na Instituição, e sua recusa ou atraso no atendimento importará em representação aos órgãos superiores;

χ) A equipe de apoio da Auditoria deve ter amplas condições para o exercício de suas funções, permitindo-se o livre acesso às informações, dependências e instalações, bem como a títulos, documentos e valores.

δ) Todas as informações solicitadas pela Auditoria Interna sejam respondidas tempestivamente e de forma completa.

ε) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A Ufopa possui apenas uma Unidade (Central) de Auditoria Interna, os trabalhos são realizados apenas nas Unidades na Sede, Unidade Tapajós, Unidade Rondon e Unidade Amazônia. Cabe ressaltar que a instituição encontra-se em processo de interiorização com a implantação de campus em outros seis municípios vizinhos.

φ) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

A Audin/Ufopa está localizada nas salas 529, 531 e 535, 5º piso, na Unidade Amazônia, à Avenida Mendonça Furtado, nº 2496 – Bairro Fátima, na cidade de Santarém, Estado do Pará. Possui um quadro funcional constituído por 6 (seis) servidores, sendo: 1 (um) Auditor-Chefe, 2 (dois) Auditores Internos, 1 (uma) Contadora, 1 (uma) Secretária Executiva e 1 (um) Assistente em Administração. A Audin possui ainda 1 (uma) auditora interna que está em exercício desde a sua nomeação, ocupando cargo de direção, na Procuradoria Federal junto à Ufopa.

A escolha do titular de Auditoria Interna ocorrerá entre servidores lotados no setor, observando o disposto na Portaria CGU nº 915, de 29/04/2014, no artigo 15º, § 5º, do Decreto 3.591/2000 e artigo 5º de seu Regimento Interno.

A Audin é um órgão suplementar da Reitoria, porém, com vinculação ao Conselho Universitário, devido a sua atividade.

γ) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações;

Em cada trabalho realizado pela auditoria interna é elaborado e emitido o relatório de auditoria, no qual são apontadas as inconsistências deparadas.

Este relatório é encaminhado ao destinatário pertinente com cópia ao gestor máximo da instituição para tomarem ciência do resultado apurado e implementação de ajustes, conforme necessidades, no qual é solicitado, em prazo estipulado no referido relatório, o envio da comprovação das providências adotadas pelos setores competentes à auditoria interna, para fins de acompanhamento, bem como, em caso de discordância por parte dos gestores em relação às recomendações exaradas, que sejam apresentadas tais justificativas.

η) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

O Auditor-Chefe emite uma Solicitação de Auditoria/SA às unidades as quais se referem os procedimentos a serem avaliados, solicitando a apresentação de processos ou documentação equivalente.

Nesta solicitação fixa o prazo para remessa do que foi lícitado e conforme a situação, o motivo para o não atendimento. Após término e análise dos trabalhos de campo, a auditoria interna emite o Relatório de Auditoria, cujas informações são fidedignas aos fatos apurados.

Tal relatório é encaminhado ao gestor máximo da Instituição, como também aos gestores responsáveis pelos respectivos setores, para conhecimento dos resultados apurados. Para cada constatação apontada é (são) emitida (s) recomendação (ões) visando a implementação de ações corretivas, vislumbrando o alcance da eficiência, eficácia e transparência da gestão. As recomendações exaradas pela auditoria interna normalmente são aceitas e acatadas, pelos respectivos gestores envolvidos.

ι) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

Com a aprovação do novo Regimento Interno da Audin, por meio da Resolução 16, foram criados dois setores dentro da Auditoria Interna, com o intuito de melhorar o fluxo das atividades e melhor distribuição das atividades. Porém, tais setores ainda não foram implementados devido a necessidade de ampliação do quadro de servidores, no qual há concurso em andamento, e pela necessidade de funções gratificadas para a designação das chefias dos respectivos setores. Portanto, somente com a designação de servidores para a chefia dos setores e a finalização do concurso em andamento para técnicos-administrativos é que será possível mensurar os possíveis ganhos operacionais para esta Audin.

3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Coordenação de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância – CPADS é uma unidade administrativa vinculada ao Gabinete da Reitoria, que tem por objetivo realizar a Gestão dos processos disciplinares no âmbito da Ufopa.

A CPADS tem como missão o estabelecimento e o desenvolvimento de estratégias de médio e longo prazo, no intuito de dar continuidade à ação disciplinar realizada na Instituição, conforme consta na Portaria de Instituição da unidade nº 534 de 9 de agosto de 2016, publicada no Boletim de Serviços da Universidade em 16 de agosto de 2016.

As principais atribuições da Coordenação são: Orientar as comissões disciplinares em aspectos referentes ao rito processual aplicado à matéria, sem, no entanto, envolver-se diretamente na condução dos trabalhos; atestar a participação de servidores nas comissões disciplinares; fornecer o “Nada Consta” aos servidores em processo de redistribuição, aposentadoria, vacância, entre outros; instruir quanto aos procedimentos disciplinares referentes à apuração simplificada por meio de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA).

A CPADS funciona como uma unidade de apoio às comissões disciplinares repassando orientações gerais para o bom desempenho da investigação disciplinar. Dessa forma, sempre que um procedimento é instaurado são realizadas reuniões de acompanhamento processual e controle de prazos.

Os principais fatos sob apuração no ano de 2016, foram: Descumprimento de normas e procedimentos que acarretaram obrigação de indenizar; irregularidades em contratos; irregularidades no âmbito do Parfor; abandono de cargo. No ano de 2016, foram instaurados 26 (vinte e seis) procedimentos disciplinares, número bem maior ao registrado no exercício de 2015 que foi de 5 (cinco).

Houve um aumento considerável de procedimentos disciplinares instaurados. Após a criação da Coordenação em 2015 foi possível a reunião de vários processos disciplinares pendentes de instauração. A greve de 2015 prejudicou o chamado juízo de admissibilidade de instauração de processos, o que só pode ser feito no início de 2016. Neste sentido, a demanda reprimida de processos que estavam pendentes de instauração em 2015, somente teve início em 2016.

No exercício de 2016 foram instaurados vários procedimentos disciplinares conforme tabela abaixo.

Tabela 14 – Processos disciplinares do exercício 2016.

Processos Disciplinares do exercício de 2016				
	Instaurados	Em andamento	Encerrados e não julgados	Julgados
Sindicâncias	16	6	2	8
PAD Comum/Ordinário	8	7	1	0
PAD sumário	2	0	2	0
Total	26	13	5	8

Fonte: CPADS

Verifica-se que do total de 26 (vinte e seis) processos instaurados no exercício de 2016, apenas 8 (oito) processos foram julgados e totalmente encerrados, o que representa significativa lentidão das comissões disciplinares no cumprimento dos prazos legais, acarretando em razão disto sucessivas prorrogações e redesignações de prazo para conclusão dos trabalhos.

Constata-se que 50% dos processos instaurados em 2016 continuam em andamento, com previsão de encerramento no exercício de 2017. A CPAD cumprindo a sua responsabilidade de cadastrar os processos disciplinares na plataforma do Sistema CGU/PAD realizou o cadastro da maioria dos processos:

Tabela 15 – Registro do sistema CGU PAD

Sistema CGU PAD	Cadastrados	Pendentes
	23	3

Fonte: CPADS.

Na Ufopa apenas o Coordenador de Processos Disciplinares possui o perfil cadastro e consulta de processos disciplinares no Sistema CGU/PAD. Justifica-se o não cadastramento da totalidade em razão da excessiva demanda de processos em andamento e carência de pessoal na unidade para realizar os devidos registros de cadastramento e atualização de processos. Acrescenta-se ainda o fato de que no ano de 2016 ocorreu o movimento nacional de ocupação de Universidades Federais pela comunidade acadêmica, o que prejudicou o acesso de servidores aos seus locais de trabalho e efetivo cumprimento das atividades. Tal situação tende a ser sanada com a atualização do sistema no início de 2017. Os processos pendentes de cadastramento tem a seguinte numeração: 7756/2016-64; 7919/2016-17 e 1239/2011-48.

Em relação à aplicação de penalidades a servidores públicos, no ano de 2016 apenas duas penalidades foram aplicadas conforme quadro abaixo:

Tabela 16 – Aplicação de penalidades dos processos disciplinares.

Aplicação de penalidades	Advertência	Suspensão	Demissão
	0	2	0

Fonte: CPADS.

Verifica-se que de um total de 8 (oito) processos julgados/encerrados apenas 2 (dois) acarretarem em aplicação de penalidade disciplinar a servidor público. As portarias foram devidamente emitidas e publicadas em meio oficial.

3.4. Gestão de riscos e controles internos

A Proad/Ufopa conta com uma Coordenação de Controle Interno composta por 3 (três) servidores em 2016, com atribuição de realizar a conformidade nos processos de empenho, liquidação e pagamentos, e demais registros no Siafi. Com o objetivo de realizar procedimentos administrativos que visem mitigar riscos por esta unidade administrativa, adotam-se procedimentos com base em legislações que norteiam as contratações e aquisições públicas (Lei Nº 8.666/1993), lançamentos orçamentários, financeiros, contábeis e patrimoniais (Lei Nº 4.320/1964, Decreto Nº 93.872/1986 e a Lei Complementar Nº 101/2000), de forma a assegurar o uso do recurso público de forma eficaz e eficiente perante as metas estabelecidas pela administração superior. Para atender a IN Conjunta MP/CGU N.01 de 10/05/2016 a Ufopa irá aprovar sua política de Gestão de Risco até 10.05.2017.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de Pessoas

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 23 – Força de Trabalho da UPC (Ufopa)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1155	942	36	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1155	942	36	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1151	938	34	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários.	0	22	23	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública.	3	3	1	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	1158	967	60	35

Fonte: Progep, extrator de dados do Siapex/2016.

Quadro 24 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	556	385
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	556	385
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	553	384
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	22
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	559	407

Fonte: Progep/Ufopa.

Com relação ao item “**Servidores de carreira em exercício descentralizado**” os dois servidores de carreira em exercício descentralizado referem-se aos Procuradores, que embora sejam membros da AGU, exercem suas atividades na Procuradoria Jurídica da Ufopa.

Quadro 25 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da Ufopa.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	48	47	13	12
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	42	11	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	1	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	153	128	53	45
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	153	128	53	45
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	201	175	66	57

Fonte: Extrator de Dados do Siape/2016, Progep/Ufopa.

No item “**Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado**” os cargos de direção ocupados por servidores em exercício descentralizado referem-se aos Procuradores, que embora sejam membros da AGU, exercem suas atividades na Procuradoria Jurídica da Ufopa.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 26 – Despesas do Pessoal.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	81.275.480,85	3.168.617,43	9.317.853,94	26.045.338,58	6.020.329,88	1.264.722,09	280.016,89	530.280,39	47.708,52	127.950.348,57
	2015	41.420.329,13	16.522.415,50	-	4.089.696,39	4.239.949,18	926.974,32	-	165.109,97	35.781,39	67.400.255,90
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	89.560,70	252.321,98	31.291,67	-	17.993,81	1.447,26	-	-	-	392.615,42
	2015	261.444,02	-	-	-	15.869,44	3.147,52	-	-	-	280.460,98
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	117.221,91	107.416,94	13.972,81	11.261,48	-	-	-	-	-	249.873,14
	2015	105.007,44	-	-	-	-	-	-	-	-	105.007,44
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	309.273,22	-	36.871,32	135.702,83	15.651,00	3.464,42	-	-	-	500.962,79
	2015	272.450,50	180.691,05	-	18.443,18	26.357,00	6.151,15	-	2.332,20	11.927,13	518.352,21
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	724.612,45	-	595,75	2.423,27	103.408,18	-	-	-	-	831.039,65
	2015	768.546,85	-	-	-	87.378,20	-	-	-	-	855.925,05

Fonte: Siape, 2016, Progep/Ufopa.

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Indiscutível é o princípio de que a gestão de risco é uma boa prática para a administração pública, com vista à eficiência e eficácia aplicada ao bem público. Embora seja de fato essencial, há que se falar a aplicação de itens de controle e sua manutenção não são tarefa de fácil execução, neste sentido, a Progep vem desenvolvendo um trabalho contínuo de repensar suas práticas, avaliar e reformular fluxos de processos que possibilitem a diminuição dos riscos de erros na área de pessoal da Universidade Federal do Oeste do Pará. A capacitação dos servidores da área de gestão de pessoas, por exemplo, desde 2010, é uma estratégia contínua em prol da redução dos riscos, assim como zelar pela segregação de funções em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 5.615/200 – 2ª Câmara:

“...separação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações, evitando o acúmulo de funções por parte de um mesmo servidor.”

Acórdão nº 3.031/2008 – 1ª Câmara/TCU

“ permitir que um mesmo servidor execute todas as etapas de despesas, isto é, as funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilidade”

Na estrutura administrava abaixo, observa-se que há claramente a segregação das finalidades: autorização, aprovação, execução, controle, que funciona basicamente na seguinte sistemática: Chefia – Gestor/Ordenador de Despesas com a responsabilidade de autorização; Diretores são responsáveis pelas aprovações no âmbito de suas especialidades e validação das análises departamentais; Coordenadores responsáveis pela análise processual, verificação documental e garantia de aplicação da legislação de pessoal nas solicitações processuais, equipe de apoio, são os executores por inclusão de dados cadastrais no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape, Siapenet; Siapsaúde e demais sistemas necessários.

1. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
 - 1.1 Sessão de Legislação e Orientação Normativa
 - 1.2 Secretaria Executiva
2. Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
 - 2.1 Coordenação de Admissão de Pessoas
 - 2.2 Coordenação de Cadastro e Movimentação de Pessoal
 - 2.3 Coordenação de Administração de Pagamento de Pessoal
 - 2.4 Coordenação de Desenvolvimento e Desempenho
3. Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida
 - 3.1 Coordenação de Qualidade de Vida e Assistência Psicossocial
 - 3.2 Coordenação de Vigilância em Saúde do Servidor

Há que se falar que; os servidores que executam a inserção, alteração e manutenção dos dados cadastrais de servidores no Siape, não são os mesmo que executam rotina de folha de pagamento; o que beneficia a melhor prática na gestão de risco, principalmente as ações que envolvem os recursos orçamentários de folha de pessoal do órgão.

Folha de Pagamento: 2016 permaneceu com a rotina implantada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e ainda da Controladoria Geral da União (CGU), que se refere às trilhas de auditorias de folha de pagamento, a Ufopa, conseguiu diminuir falhas substanciais quanto a pagamento de pessoal, uma vez que possível incongruência detectada pelo MPOG é repassada ao órgão e este tem a oportunidade de corrigi-lo e/ou saná-lo.

Medidas internas admitidas na área de pessoal:

- Revisão dos cálculos antes do lançamento no Siape;
- Homologação é feita de forma segregada, portanto quem executa a ação no Siape não tem a prerrogativa de homologá-la;

- Antes da homologação que é autorização definitiva para processar na folha de pagamento, a equipe da Coordenação de Administração de Pagamento de Pessoal da Ufopa, revisa todas as rubricas lançadas.

- Trilha de auditoria: todas as manifestações em que a Ufopa foi citada no ano de 2016, foram tempestivamente solucionadas.

Cadastro e Movimentação de Pessoal: apesar da redução de números de servidores na coordenação responsável pela inserção de dados funcionais no Siape, não se vislumbrou perdas substanciais. Em 2016, a coordenação composta por 3 (três) servidores conseguiu concretizar as tarefas com a devida segregação das funções/habilitações junto ao Siape e Siapnet. O ideal é que sempre haja a revisão processual antes de sua inserção no sistema, o que consiste em observação minuciosa quanto a instrução processual, apensação de documentos obrigatórios e o rigor no atendimento e enquadramento da legislação, havendo todos os requisitos legais o sistema segue para inclusão no sistema; em caso de detecção de alguma inconsistência, o processo não é atendido, retornando à autoridade que o encaminhou para sanar a possível pendência. O cadastro além de se atentar quanto ao registro de novos servidores, inclui todas as movimentações regulamentares, previstas na legislação de pessoal vigente. Embora se tenha um sistema de processos, onde se registram o protocolo, data, origem e destino daquele processo, a Coordenação de Cadastro e Movimentação de Pessoal, ainda segue com a prática de registrar as demandas (processos) em planilha independente.

Ausência de fluxos documentados: O sistema interno de recursos humanos está em pleno funcionamento, aperfeiçoamento, embora não esteja 100% implantado, pois ainda há alguns módulos como o de “capacitação” que ainda não foi lançado para atendimento das demandas da Ufopa.

A utilização do SigRH tem favorecido com a diminuição do uso de papel e otimizando o tempo daquele servidor, pois o sistema é integrado com o Siape, garantindo a transposição dos dados do sistema interno da Ufopa para o Sistema Federal, tais como: marcação e alteração de férias; troca de conta bancárias; alterações de dados de correspondência do servidor; comprovação de pagamento de plano de saúde para fins de obtenção do ressarcimento suplementar; inclusão de dependentes; e entre outros, fez com que diminuísse consideravelmente erros processuais físicos.

Embora estivesse no planejamento anual da Progep o lançamento até o 1º semestre de 2016 do Manual do Servidor da Ufopa, não foi possível sua realização, sendo transportado este prazo até o 1º trimestre de 2017, o qual deverá ser disponibilizado de forma *online* por meio da página eletrônica da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

4.1.4.1. Contratação de pessoal de apoio

Desde 2009, quando a Universidade foi criada pela Lei nº 12.085, de 05 de Novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, na Seção 1, de 06/09/2009 por desmembramento da UFPA e da Ufra, a rotina dos processos de contratação e gestão do pessoal terceirizado, sempre ficou a cargo da Proad, estão disponíveis informações referentes aos Contratos no site institucional, <http://sipac.ufopa.edu.br/public/ContratosPublic.do?aba=p-contratos&acao=156>.

Tabela 17 – Contratos do exercício 2016 para pessoal de apoio.

Contrato	Contratado	Valor	Aditivo Atual	Vencimento
2/2016	16.887.298/0001-33 - Office Service terceirização de mão-de-obra LTDA - EPP Objeto: Prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais, para atender às necessidades da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa, nas cidades de Santarém, Oriximiná, Óbidos, Juruti, Itaituba, Alenquer, Monte Alegre, todos no estado do Pará, conforme	R\$1.156.134,84	Não Possui	23/03/2017

	especificações e quantitativos contidos no edital, termo de referência e anexos.			
4/2016	04.558.234/0001-00 - Amazon Construções e Serviços EIRELI - ME	R\$1.700.679,72	Não Possui	28/04/2017
	Objeto: Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços de agente de portaria, em toda área de abrangência da Universidade Federal do Oeste do Pará em Santarém e nos Campi Universitários de Óbidos e Oriximiná conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital (termo de referência).			
5/2016	05.742.568/0001-00 - E S E Segurança Privada LTDA	R\$4.221.017,28	Não Possui	30/04/2017
	Objeto: Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso de pessoas e objetos, a serem executados de forma contínua, em toda área de abrangência da Ufopa em Santarém e nos Campi Universitários de Oriximiná e Óbidos, em conformidade com o edital da licitação e seus anexos.			
7/2016	03.325.110/0001-11 - M. B. Barros Serviços de Terceirização de mão de obra EIRELI – EPP	R\$291.999,36	Não Possui	31/05/2017
	Objeto: Prestação de serviços continuados na área de atividades de carregador e almoxarife, no Campus da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, que não estão abrangidas pelo plano de cargos da Ufopa, conforme as especificações e quantitativos contidos no edital e seus anexos.			

Fonte: Proad.

4.1.4.2. Contratação de estagiários

A Ufopa, desde sua criação (2009) tem levantado esforços para se adequar com as contratações de estagiários, nos moldes das regulamentações imposta pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e demais legislações.

Desta forma, a Ufopa agregou na Coordenação de Admissão de Pessoal da Progep, as atividades relacionadas à seleção e contratação de estagiários, o que foi proposto à inclusão dessas atividades no Regimento Interno da Progep, o qual foi elaborado no ano de 2016, porém ainda não foi aprovado. Como não há uma regulamentação interna, o controle de vagas e respectiva distribuição segue a orientação da Proplan, a qual por meio da expedição do Memorando Circular nº 101/2015-Proplan de 13 de maio de 2015, a fim de obter ajustes entre a demanda de contratação a disponibilidade de orçamento, especificou as vagas por unidade administrativa.

Naquela época havia 94 (noventa e quatro) contratações de estagiários, este número foi reduzido paulatinamente até alcançar o objetivo institucional da oferta de 70 (setenta) vagas para estágio remunerado. Atualmente, a Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo, está registrada sob o número 820.0156.5000011.01, hoje, está coberta pelo respectivo Termo Aditivo, cuja vigência é das 24h do dia 05/05/2016 até às 24h do dia 05/05/2017, sendo o corretor oficial desta apólice Rezende & Lefquin Cor de Seg (**MAPFRE VIDA S.A.**, com sede na Avenida Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo, SP, CEP: 04578-000, regularmente inscrita no CNPJ nº 54.484.753/0001-49).

Em 2016, tivemos 9 (nove) contratações no primeiro semestre e 31 (trinta e uma) contratações no segundo semestre:

Tabela 18 – Quantidade de contratações de estagiário por semestre em 2016.

Semestre	Quantidade de Contratos Vigentes	Área Fim	Área Meio
1/2016	10	1	9
2/2016	31	10	21

Fonte: Relatórios gerenciais CAP/Progep/dez 2016.

Abaixo seguem as especificações quanto às despesas financeiras por semestres, quanto à manutenção de estágio remunerado:

Tabela 19 – Despesas financeiras por semestres com manutenção de estágio remunerado em 2016.

	1º Semestre	2º Semestre	Total
Bolsa Estagio	R\$ 144.969,10	R\$ 127.254,18	R\$ 272.223,28
Auxilio Transporte	R\$ 53.616,00	R\$ 41.916,00	R\$ 95.532,00
Total	R\$ 198.585,10	R\$ 169.170,18	R\$ 367.755,28

Fonte: Siape/Folha de Pagamento 2016, Progep-Ufopa.

Quadro 27 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Nome: **Universidade Federal do Oeste Do Pará**

UG/Gestão: **158515/26441**

Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual De Execução Das Atividades Contratadas		Nível De Escolaridade Mínimo Exigido Dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação de serviços de vigilância armada patrimonial	09.211.205/0001-90	01/02/2013	30/04/2016	Médio	P
2016	Prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial armada, com sistema de ronda eletrônica com controle de acesso de pessoas e objetos	05.742.568/0001-00	01/05/2016	31/04/2017	Médio	A
2016	Serviços de Agente de Portaria, em toda área de abrangência da Ufopa.	04.558.234/0001-00	28/04/2016	28/04/2017	Médio	A
2014	Prestação de serviços de limpeza e asseio e conservação diária.	09.409.620/0001-53	02/01/2014	16/02/2017	Não exigido	P
2016	Serviços continuados de condução de veículos automotores oficiais, para atender as necessidades da Ufopa, nas cidades de Santarém, Oriximiná, Óbidos, Juruti, Itaituba, Monte Alegre.	16.887.298/0001-33	23/03/2016	23/03/2017	Fundamental	A
2016	Serviços continuados na área de Atividades de Carregador e Almoxarife, no Campus da Ufopa, que não estão abrangidos pelo Plano de Cargos da Ufopa	03.325.110/0001-11	01/06/2016	31/05/2017	Fundamental	A
2016	Serviços continuados na área de Atividades de Técnico de Som, no Campus da Ufopa, que não estão abrangidos pelo Plano de Cargos da Ufopa	04.465.383/0001-24	19/05/2016	19/05/2017	Médio	A

Fonte: Proad/Ufopa.

4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não há informações a serem apresentadas.

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

Na Ufopa a Gestão do Patrimônio é de responsabilidade da Proad, vinculada a ela está a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio que tem como objetivos coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas com as áreas de Almoxarifado e Patrimônio. Executar o recebimento e incorporação de bens e controlar a distribuição de materiais de consumo e permanentes.

Com relação à infraestrutura, a Sinfra é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, regulação, execução e controle das atividades relacionadas à gestão de infraestrutura física e de apoio. Para tanto, coordena programas e desenvolve suas atividades operacionais, em parceria com as demais Unidades Acadêmicas, visando à melhoria das condições necessárias para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. A atuação da Sinfra vai além da estrutura física da Universidade, seu trabalho é fundamental para execução das ações desenvolvidas nas áreas acadêmicas, administrativas, organizacional e financeira, proporcionando as condições estruturais necessárias para o desenvolvimento das atividades fins da Universidade.

4.2.1. Gestão da frota de veículos

A Universidade Federal do Oeste do Pará criou por meio da Coordenação de Transporte o **Manual de Procedimento de Uso dos Veículos Oficiais**, objetivando orientar a todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa nos processos de requisição, autorização, disponibilização e uso dos veículos oficiais da instituição.

- Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Lei nº 1.081/50
- Lei nº 9.327/96
- Lei nº 12.619/2012
- Instrução Normativa MARE nº 09/94
- Decreto nº 5.992/2006
- Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02 e 03/2008
- Decreto 6.403/2008

- Importância e Impacto da Frota de Veículos Sobre as Atividades da Ifes

A frota de veículos da Ufopa dá suporte às atividades principais da Instituição (ensino, pesquisa e extensão). Torna-se ainda mais relevante se consideramos a estrutura multicampi da Ufopa, 6 (seis) Campus de educação localizados nas cidades de Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná, Óbidos, Juruti e Itaituba. São constantes as necessidades de deslocamentos de pessoas e materiais para atender atividades relacionadas às atividades fins da Ufopa tais como: aulas práticas fora dos Campi, visitas técnicas, atividades de coletas e de execução de projetos de pesquisa, atividades de extensão, dentre outras. Os serviços de transportes de pessoas e bens também se mostram essenciais para o bom desenvolvimento de outras atividades de apoio, tais como serviços de entrega de materiais de consumo e permanente do almoxarifado, protocolo, aquisição de bens e serviços, recursos humanos, limpeza do Campus, atividades de manutenção, etc.

Devido à diversidade de atividades realizadas por esta Universidade, há a necessidade de veículos com características técnicas para atender atividades específicas. Desta forma, na frota da

Ufopa é possível encontrar veículos dos mais diversos tipos, desde veículos próprios para o transporte individual de passageiros até máquinas pesadas (como tratores), passando por veículos de transporte de cargas, de transporte coletivo e de uso misto.

As atividades relacionadas à frota de veículos da Instituição estão fortemente integradas com as outras atividades da Ufopa, sejam elas atividades-meio ou fim, tornando-se uma peça fundamental no oferecimento de um serviços público efetivo, que satisfaça os requisitos de eficiência e eficácia propostos.

- Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da unidade, discriminados por grupos

Os veículos oficiais da Ufopa são destinados exclusivamente ao atendimento do serviço público e classificados, de acordo com as normas emitidas pelo MPOG, para fins de utilização.

I - 1º Grupo IV/A - veículos destinados ao transporte de servidores a serviço.

II - 2º Grupo IV/B - veículos destinados ao transporte de materiais, subdivido em:

a) Grupo IV/B-1 - transporte de carga leve;

b) Grupo IV/B-2 - transporte de carga pesada.

III - 3o Grupo IV/C-4 - veículos utilizados em atividades relativas a coleta de dados.

IV - 4o Grupo IV/D - veículos destinados ao transporte coletivo.

V - 5o Grupo IV/E-1 - veículos destinados ao transporte individual especial.

VI - 6o Grupo IV/F - veículos classificados como outros veículos.

A quantidade de veículos por grupo está disponível no quadro 25.

Quadro 28 – Quantidade de veículos por grupo

Placa	Veículo	Classif.	Ano	Combustível	Conservação / Km rodado
JTS-2131	Hilux	Grupo IV/A	1999	Diesel	Regular/32
JTS-6212	Moto	Grupo IV/A	2001	Gasolina	Regular/00
JVV-8780	Ônibus	Grupo IV/D	2000	Diesel	Bom/9.663
JUH-3949	L200	Grupo IV/A	2001	Diesel	Bom/4
JVA-5882	L200	Grupo IV/A	2005	Diesel	Bom/10.216
JUY-9849	Kombi	Grupo IV/B-1	2004	Gasolina	Bom/1.058
JUX-9805	Ranger	Grupo IV/A	2007	Diesel	Bom/4.499
NSM-2550	Ranger	Grupo IV/A	2009	Diesel	Bom/4.310
NSM-2270	Ranger	Grupo IV/A	2009	Diesel	Bom/8.386
NSM-8262	Micro-ônibus	Grupo IV/D	2009	Diesel	Bom/13.009
NSM-8462	Micro-ônibus	Grupo IV/D	2009	Diesel	Bom/29.665
NSX-0213	Caminhão baú	Grupo IV/B-2	2010	Diesel	Bom/4.475
NSP-6659	Fusion	Grupo IV/E-1	2010	Gasolina	Bom/5.481
OFW-5038	Doblô	Grupo IV/A	2011	Gasolina	Bom/6.599
OFW-5008	Doblô	Grupo IV/A	2011	Gasolina	Bom/10.722
OFW-5078	Doblô	Grupo IV/A	2011	Gasolina	Bom/15.520
OFU-5526	Ducato	Grupo IV/D	2012	Diesel	Bom/7.228
OFU-5636	Ducato	Grupo IV/D	2012	Diesel	Bom/17.088
OFU-5706	Ducato	Grupo IV/D	2012	Diesel	Bom/14.981
QDX-1719	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/26.734
QDX-1659	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/22.068
QDX-1559	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/24.025

QDX-1679	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/25.940
QDX-1589	L200	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/28.498
QEM-6670	Ônibus	Grupo IV/A	2015	Diesel	Ótimo/33.134
UAE-0001	Trator	Grupo IV/F	2013	Diesel	Bom

Fonte: Proad.

Quadro 29 – Despesas associadas à manutenção da frota.

Placa	Veículo	Idade	Manutenção	Abastecimento	Detran
JTS-2131	Hilux	18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109,96
JTS-6212	Moto	16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 290,90
JVV-8780	Ônibus	17	R\$ 29.735,21	R\$ 11.762,99	R\$ 246,48
JUH-3949	L200	16	R\$ 2.406,00	R\$ 0,00	R\$ 109,96
JVA-5882	L200	12	R\$ 6.571,00	R\$ 4.156,00	R\$ 109,96
JUY-9849	Kombi	13	R\$ 1.477,90	R\$ 646,34	R\$ 105,25
JUX-9805	Ranger	10	R\$ 15.460,02	R\$ 2.893,79	R\$ 109,96
NSM-2550	Ranger	8	R\$ 9.803,67	R\$ 2.052,35	R\$ 109,96
NSM-2270	Ranger	8	R\$ 6.947,07	R\$ 4.027,31	R\$ 109,96
NSM-8262	Micro-ônibus	8	R\$ 41.755,54	R\$ 19.788,20	R\$ 246,48
NSM-8462	Micro-ônibus	8	R\$ 33.573,96	R\$ 18.811,75	R\$ 246,48
NSX-0213	Caminhão baú	7	R\$ 12.419,75	R\$ 3.996,65	R\$ 109,96
NSP-6659	Fusion	7	R\$ 8.611,35	R\$ 4.328,85	R\$ 105,25
OFW-5038	Doblô	6	R\$ 12.234,54	R\$ 4.862,27	R\$ 105,25
OFW-5078	Doblô	6	R\$ 8.400,25	R\$ 8.283,74	R\$ 105,25
OFW-5008	Doblô	6	R\$ 6.635,03	R\$ 9.104,06	R\$ 105,25
OFU-5526	Ducato	5	R\$ 9.217,01	R\$ 3.078,24	R\$ 246,48
OFU-5636	Ducato	5	R\$ 8.043,02	R\$ 7.245,92	R\$ 246,48
OFU-5706	Ducato	5	R\$ 10.031,07	R\$ 6.109,00	R\$ 246,48
QDX-1719	L200	2	R\$ 4.689,74	R\$ 10.562,29	R\$ 109,96
QDX-1659	L200	2	R\$ 3.990,40	R\$ 9.353,84	R\$ 109,96
QDX-1559	L200	2	R\$ 4.099,30	R\$ 9.283,46	R\$ 109,96
QDX-1679	L200	2	R\$ 5.616,46	R\$ 10.478,88	R\$ 109,96
QDX-1589	L200	2	R\$ 6.766,80	R\$ 12.086,44	R\$ 109,96
QEM-6670	Micro-ônibus	2	R\$ 23.471,73	R\$ 31.154,24	R\$ 246,48
UAE-0001	Trator	4	R\$ 13.582,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DAP-001	Empilhadeira	5	R\$ 3.342,74	R\$ 295,00	R\$ 0,00
--	Cartão coringa		R\$ 0,00	R\$ 11.361,82	R\$ 0,00
Total Anual / Média de Idade		7,5	R\$ 288.882,45	R\$ 205.723,43	R\$ 3.862,03

Fonte: Proad.

4.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A Ufopa, atendendo diretrizes pautadas na eficiência e na sustentabilidade dos gastos públicos, tem realizado significativos esforços no sentido de renovar a frota de veículos, no entanto em 2016 não foi possível realizar novas aquisições devido a limitações orçamentárias.

4.2.2.1. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Na Ufopa utiliza frota própria desde sua criação. Nos últimos dois anos os esforços foram direcionados para ajustar aquisições e contratos relacionados com o serviço de transporte. Em 2016 não foi realizado estudo para analisar de forma criteriosa a melhor opção de frota para a instituição, contudo iniciamos contato com outras instituições que já utilizam o serviço de locação para se chegar a uma avaliação mais concreta do que é mais vantajoso para a Universidade.

4.2.2.2. Estrutura de controle de que o setor dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A Ufopa elaborou o **Manual de Procedimento de Uso de Veículos Oficiais** regulamentando os procedimentos para o uso dos veículos oficiais, sendo que os parâmetros sob os quais os veículos podem ser utilizados ficaram mais transparentes. O controle de custos relacionados ao abastecimento e manutenção dos veículos é realizado através de obtenção de dados no sistema *on-line* da empresa contratada para gestão de frotas e abastecimento, Brasil Card, contrato nº 12/2015.

A eficiência no uso dos veículos oficiais foi um dos focos no ano de 2016. Medidas como otimização das rotas e utilização dos veículos mais novos e menos poluentes foram adotadas. Alguns fatores contribuíram para a composição dos custos relacionados aos serviços de transporte e logística sustentável, sendo os mais relevantes os seguintes:

- **Aumento das atividades de ensino, pesquisa e extensão:** Em 2016 houve um aumento na demanda por transporte que pôde ser atendida devido a aquisição de veículos no ano anterior, este fato é observado, por exemplo, no aumento do número de requisições para atendimento das viagens e atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Caracterização da frota:** A universidade possui veículos dos mais diversos tipos, desde veículos próprios para o transporte individual de passageiros até máquinas pesadas (como tratores), passando por veículos de transporte de cargas, de transporte coletivo e de uso misto. A maior parte da frota de veículos da Ufopa é movida a diesel. Os veículos mais novos, adquiridos em 2015 utilizam com maior frequência o diesel S10, menos poluente.
- **Aumento do preço dos combustíveis:** Ao longo do ano de 2016 os preços dos combustíveis foram reajustados, ocasionando impacto nas despesas relacionadas a este custo. Também houve reajustes nos preços de lubrificantes, filtros e produtos similares, o que também contribuiu com o aumento dos custos de transporte.
- **Manutenção da frota:** Alguns veículos da Ufopa, sobretudo os mais antigos, oriundos de transferências de propriedades (Ufra, UFPA e Fadesp), foram alvos de reparos onerosos, porém justificáveis, em virtude do uso específico a que são destinados (casos de ônibus, micro-ônibus, veículos utilitários usados em situações de grande adversidade etc.). Acrescenta-se ainda a este a manutenção de maquinários da Unidade Experimental que passaram a fazer parte do Rol de veículos do contrato de manutenção.
- **Aumento da demanda:** Com a expansão das atividades fins da Instituição (ensino, pesquisa e extensão) e a criação de novos cursos e Campi ao longo dos últimos anos, os serviços relacionados à logística e transporte foram afetados, havendo uma maior demanda a ser suprida.

4.2.2.3. Frota de veículos automotores a serviço da unidade, mas contratada de terceiros

A Ufopa não possui veículos automotores contratados de terceiros, sendo toda sua frota própria.

4.2.2.4. Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

A sustentabilidade ambiental foi um dos focos na gestão da frota no ano de 2016. A adoção de veículos menos poluentes foi realizada ao longo do ano. Em relação ao descarte de materiais, as manutenções são realizadas por uma rede de prestadores de serviços, sendo tais prestadores os responsáveis pelo manejo dos resíduos descartados dos veículos.

4.2.2.5. Manutenção da Frota

A manutenção da frota dos veículos é realizada através de fornecedores credenciados na rede Brasil Card, utilizando para tanto o sistema de Gestão de Frotas. Dentro do plano de manutenção, temos duas classificações: a manutenção preventiva e a manutenção corretiva.

A manutenção preventiva tem por objetivo verificar e controlar as condições de uso do veículo, tomando medidas necessárias que garantam o seu pleno funcionamento. Em geral, o que se busca no âmbito da Coordenação de Transporte neste sentido é garantir que os veículos tenham boas condições de segurança, conforto e confiabilidade. Desta forma, os utilizadores do veículo são orientados a conferir as condições básicas para movimentação dos mesmos, tais como: nível e validade dos fluídos de lubrificação, de arrefecimento e hidráulicos, entre outros; validade de filtros; condições gerais da suspensão dos veículos (verificação de barulhos anormais ou outros sinais de desgaste); verificação da integridade do sistema de freios, entre outros.

Também são classificadas como manutenções preventivas aquelas denominadas *revisões*, realizadas nas concessionárias autorizadas pelos fabricantes dos veículos. Em geral, estas revisões têm por objetivo garantir o pleno funcionamento do veículo e são realizadas no período em que a garantia do fabricante está vigente.

A manutenção corretiva da frota visa reparar os defeitos apontados pelos utilizadores dos veículos. Tais defeitos podem advir do desgaste natural do veículo ou de fatores externos, tais como: condições adversas de uso; má utilização; acidentes de trânsito, etc. Desta forma, quando o veículo é encaminhado para a Coordenação é realizado um diagnóstico inicial do problema, sendo o veículo então encaminhado para uma oficina credenciada para que se faça um diagnóstico completo do problema a ser resolvido. Também existem esforços no sentido de acompanhar nas oficinas credenciadas a realização dos trabalhos de manutenção, garantindo a exatidão do diagnóstico com o procedimento corretivo adotado.

Tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, é de fundamental importância o envolvimento do condutor do veículo, tendo em vista o tamanho e a diversidade da frota bem como a estrutura de gerenciamento disponível.

4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Ufopa dispõe de 4 (quatro) imóveis próprios situados no município de Santarém, 6 (seis) imóveis em processo de transferência de registro, 1 (um) imóvel em processo de doação e 5 (cinco) imóveis alugados. Os imóveis dos municípios dos campi da Universidade estão todos em processo de doação, totalizando 6 (seis) imóveis (Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná). Os imóveis registrados em nome da Ufopa estão todos com informações atualizadas no Spiunet, os alugados apenas um ainda sem atualização.

Foi criada na Proad, na Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio, a Seção de Gestão de Imóveis com uma estrutura para dar condições mais adequadas para a realização da gestão desses bens. A Ufopa também possui servidor responsável para operar o Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União (Spiunet) e Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (Sisrei).

4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Não temos móveis cedidos em 2016, a Embrapa só tem um acordo de cooperação com a Ufopa e não tem possui termo de Cessão.

4.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiro

- Unidade Amazônia – Contempla toda a área administrativa e corpo técnico da Ufopa.

Valor mensal do imóvel locado: R\$ 551.961,20 (Quinhentos e cinquenta e um mil novecentos e sessenta e um Real e vinte centavos);

Valor anual do imóvel locado: R\$ 3.311.767,18 (Três milhões, trezentos e onze mil, setecentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos);

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a falta e/ou não conclusão de prédios próprios da instituição que comportem toda a estrutura da Universidade.

Contempla: Institutos, Docentes, Técnicos, Empresas Jr. e Pró-Reitorias;

Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Casa da Rua 24 de Outubro – Ambiente de professores do Ibef

Valor mensal do imóvel locado: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais);

Valor anual do imóvel locado: R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais);

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a não conclusão de prédio próprio da instituição que contemple todo o corpo docente do Instituto de Biodiversidade e Florestas;

Contempla: Docentes;

Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Prédio da Proppit Casa do Leite – Pós Graduação

Valor mensal do imóvel locado: R\$ 76.654,64 (Setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos);

Valor anual do imóvel locado: R\$ 919.855,68 (Novecentos e dezenove mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos);

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a não conclusão de prédio próprio da Instituição que contemple todo o corpo docente, Técnico e acadêmico da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica;

Contempla: Docentes, Técnicos e Alunos;

Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Almoxarifado da Presidente Vargas

Valor mensal do imóvel locado: R\$ 12.370,97 (Doze mil trezentos e setenta reais e noventa e sete centavos);

Valor anual do imóvel locado: R\$ 148.451,64 (Cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um real e sessenta e quatro centavos);

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a falta de prédio próprio, em fase de elaboração de projeto, da Instituição que contemple todo o armazenamento patrimonial da Universidade e o suporte técnico do setor;

Contempla: Técnicos e Patrimônios da Universidade;

Forma de tratamento das despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado é de responsabilidade da UPC.

- Almoxarifado da Silvério Sirotheau

Valor mensal do imóvel locado: R\$ 9.386,69 (Nove mil trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos);

Valor anual do imóvel locado: R\$ 112.640,28 (cento e doze mil seiscentos e quarenta reais e vinte e oito centavos);

Necessidade de locação do imóvel: necessário devido a falta de prédio próprio, em fase de elaboração de projeto, da Instituição que contemple todo o armazenamento patrimonial da Universidade e o suporte técnico do setor;

Contempla: Técnicos e Patrimônios da Universidade.

4.2.6. Informações sobre a infraestrutura física

Considerando que o Sistema de Avaliação das Universidades, que trata de seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, considera o espaço físico como ponto relevante das avaliações por tratar-se de uma expressão da estrutura acadêmica onde ocorre a formação de mão de obra qualificada para atuar em nossa sociedade, a Ufopa, por meio da Sinfra, vem avançando nas construções de seus novos prédios, melhorando a qualidade daqueles já existentes, adaptando-os às reais necessidades de seus usuários, com vistas a contribuir para a qualidade de ensino, zelando pela melhor utilização possível dos recursos destinados à construção, funcionamento e à manutenção de suas instalações, além de buscar solucionar o déficit de espaços físicos, mesmo que de forma provisória, alugando imóveis de particulares para o funcionamento de unidades não contempladas nos espaços ora disponíveis, de forma que as atividades não fiquem prejudicadas. Porém, apesar de todos os esforços destacados, ainda não apresenta estrutura física considerada satisfatória no que diz respeito ao oferecimento de espaços suficientes e de qualidade a todas as demandas existentes.

Atribui-se isso à velocidade com que a Universidade cresceu em número de alunos, professores, técnicos e funcionários terceirizados, isto é, uma expansão qualitativa e quantitativa, aliada à diversificação das estruturas organizacionais, além das restrições financeiras. A necessidade de solucionar tal problema ainda é refletida na estipulação de curtos prazos para elaboração de projetos, o que conseqüentemente ocasiona problemas na sua elaboração.

A expectativa pela conclusão das obras que estão em execução é ampliada pela grande demanda por laboratórios, pois os prédios que estão sendo construídos resolverão uma grande parcela da demanda por laboratórios, garantindo, conseqüentemente, um melhor ensino e ampliando a quantidade de pesquisas que poderão ser desenvolvidas.

4.3. Gestão da tecnologia da informação

4.3.1. Alinhamento Estratégico

O planejamento estratégico de TI deve indicar os projetos e serviços de TI que receberão recursos, os custos, as fontes de recursos e as metas a serem alcançadas. Deve ser uma atividade regular e os documentos resultantes devem ser aprovados pela alta administração. (Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário). O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação (...) de um órgão ou entidade para um determinado período (IN/SLTI 04/2010, art. 2º, XXII). A partir de 2010, todas as contratações de bens e serviços devem estar vinculadas a elementos existentes no PDTI, ou seja, se o órgão não elaborou e publicou seu PDTI, não poderá realizar contratação correlata à TI.

O alinhamento entre o PDTI e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufopa visa analisar a necessidade de melhorias e modernização dos recursos de TIC, os quais têm por objetivo atender de forma mais eficaz e eficiente, as demandas de informação da Universidade, tendo em vista que o elemento chave para o PDTI é a sua integração e o seu alinhamento com as estratégias de negócio da Ufopa. O documento norteador deste trabalho é o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012- 2016 da Ufopa que representa um instrumento importante na implementação da cultura de alto desempenho e da avaliação institucional da universidade.

4.3.2. Atividades do Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de TI – CGTI, o qual tem como principal objetivo coordenar a formulação de propostas de políticas, de diretrizes, de objetivos e estratégias de Tecnologia da Informação, a elaboração do PDTI e do Plano de Ações de TI e classificar as informações neles contidas. Durante o ano de 2016 este comitê realizou apenas uma reunião, sendo esta realizada em 20/05 que continha a seguinte pauta:

- Apresentação das Portarias, Resoluções e Regimento Interno dos Comitês;
- Apresentação do PDTI;
- Cobranças do TCU;
- Demandas de licitação de TI 2016;
- Apresentação de normas específicas das coordenações do CTIC;
- Utilização de software livre para ferramenta de escritório na universidade;

Entre as decisões tomadas na reunião que está descrito na ATA, decidiu-se pela utilização do software livre para ferramenta de escritório, utilizando padronização internacional ODT. As aquisições de softwares específicos e essenciais deverão ser bem justificadas e pautadas na necessidade para o real desenvolvimento das atividades dos setores.

Outra decisão tomada foi quanto à solicitação de convocação de reunião no Consun pelo presidente do comitê que também é integrante do conselho para aprovação do PDTI, protocolado sob o número 23204.0003617/2016-61 na data 27/04/2016.

Os sites dos Institutos também foram discutidos e expostos que os mesmos já foram construídos pelo CTIC, porém a publicação de conteúdo será de responsabilidade da Coordenação de Comunicação. Quanto ao PDTI, foram criadas e aprovadas pelo comitê mais três necessidades (N109, N110 e N111) para que se pudessem licitar bens, softwares e consumos de TI em 2016, e que as mesmas passarão a compor o documento na sua próxima revisão. Quanto à sua composição o mesmo é formado conforme quadro abaixo:

Membros do CGTI - Comitê Gestor de TI	
Presidente	Vice Reitor
Vice-presidente	Diretor do CTIC
Demais Membros	Pró-reitor de Administração
	Representante do Diretório Central dos Estudantes
	Representante do SindUfopa
	Representante do Sindtifes/Ufopa
	Coordenador de Redes do CTIC
	Coordenador de Sistemas do CTIC

4.3.3. Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI

No ano de 2016, o CTIC possuía três vagas para capacitação na Escola Superior de Redes, porém pleiteou mais duas que foram aprovadas por essa instituição. Nesse período, foram realizados quatro cursos com cinco participantes, conforme tópicos abaixo a seguir:

- Planejamento e Contratações de Serviços de TI;
- Tratamento de Incidentes de Segurança;
- Planejamento e Projeto de Infraestrutura para Datacenter;
- IPV6 Básico.

No terceiro trimestre, houve capacitação também em outras áreas como:

- Capacitação em Análise de Pontos de Função;
- Administração PostgreSQL com alta performance;
- 13 Licenças do Plano Premium para Plataforma EAD ALURA;
- Virtualização de Servidores;
- Web Design;
- Introdução a Javascript;
- Curso de Hardware;
- Introdução ao Serviço Público;
- Elaboração de Projetos Básicos e Termo de Referência;
- Introdução a Informática;
- Segurança da Informação.

4.3.4. Força de trabalho de TI

Com relação ao quadro de servidores, o CTIC em 2016 esteve formado por 35 (trinta e cinco) profissionais efetivos distribuídos da seguinte forma: 23 (vinte e três) Analistas de TI; 7 (sete) Técnicos de TI e 5 (cinco) Servidores efetivos de outras carreiras.

4.3.5. Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na Ufopa

Em relação às licitações para aquisição de material permanente e consumo de TI, além de software, foram automatizadas através do sistema <https://dod.ufopa.edu.br/dod>, onde os setores indicavam seus integrantes requisitantes que preencheram suas demandas e em seguida foram aprovadas por suas chefias, obedecendo a IN 04/2014 SLTI/MPOG.

4.3.6. Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Atualização e Implantação dos módulos SIG

Descrição: Implantação dos módulos dos sistemas Sipac, Sigaa e Sigrh por meio de empresa terceirizada.

Resultados esperados: Atualização e Implantação dos módulos Bolsas, Extensão, Pesquisa, Capacitação, Gestão de Espaços. Treinamento dos módulos Compras, Licitação, SRP, Liquidação de Despesas, Orçamento, Integração SIAFI, Colegiado, Frequência e Financeiro.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

Orçamento: R\$ 632.982,00

Prazo de Conclusão: Concluído

Conferência de Segurança da Informação

Finalidade: Conscientização dos usuários dos serviços de TI da UFOPA quanto a segurança da informação.

Prazo de Conclusão: Concluído.

Estudo de Viabilidade de Implantação do Processo Eletrônico

Finalidade: Realizar estudo de viabilidade para implantação do processo eletrônico na universidade a partir de 2018.

Prazo de Conclusão: Concluído.

Inclusão das unidades Amazônia e Proppit na Rede Metro Santarém

Finalidade: Melhorar a conexão de internet entre as unidades da Ufopa em Santarém.

Orçamento: Custeado pela RNP

Prazo de Conclusão: Concluído.

Servidor de Mensagens Instantâneas

Descrição: Serviço de mensagens instantâneas entre os servidores da universidade.

Finalidade: Atualização e configuração do Servidor de Mensagens Instantâneas, a fim de que todos os servidores da Ufopa possam utilizar a ferramenta de comunicação interna;

Prazo de Conclusão: Concluído.

Adoção ao CAFe da RNP

Finalidade: A Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) é uma federação de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras. Através da CAFe, um usuário mantém todas as suas informações na instituição de origem e pode acessar serviços oferecidos pelas instituições que participam da federação.

Prazo de Conclusão: Concluído.

Implantação do Sistema de Monitoramento para apoio nas diversas atividades das coordenações do CTIC (ZABBIX).

Descrição: Implementação de um sistema centralizado de monitoramento de equipamentos de Redes, site e sistemas web mantidos pelo CTIC.

Resultados esperados: Monitoramento em tempo real dos equipamentos de redes e datacenter.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

Orçamento: Sem custos.

Prazo de Conclusão: Concluído.

Criação de Normas da Política de Segurança

Descrição: Criação e acompanhamento das normas de utilização de Recursos computacionais (Suporte)

Resultados esperados: Conduzir o processo de criação e manutenção das políticas, diretrizes e normas de segurança da Informação da instituição.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

Orçamento: Sem custos.

Prazo de Conclusão: Concluído no primeiro trimestre.

Sites das Pró-Reitorias e institutos

Realização de reunião para apresentação dos layouts, aprovação e o início do desenvolvimento(Progep, Proppit E Procce).

Webmail Responsivo

Instalação e habilitação de interface responsiva para o serviço de e-mail, acessível a partir de dispositivos móveis: celulares e tablet;

Projeto ENEI

Desenvolvimento de aplicação para IV Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, com funcionalidades de submissão de artigos, inscrição, etc.

Acesso externo aos sistemas Nagios, Zabbix, GLPI

Descrição: Habilitar o acesso externo aos Sistemas de monitoramento, Nagios e Zabbix, e ao sistema de abertura de chamados GLPI;

Finalidade: Utilização do GLPI pelos servidores dos Campi do Interior; Permitir o acesso externo aos sistemas utilizados para monitorar a rede da UFOPA, a fim de facilitar essa gerência.

Prazo de Conclusão: Concluído.

Acompanhamento do desenvolvimento do sistema de ativos (Artibeus)

Descrição: Desenvolvimento do sistema de ativos que foi solicitado junto à coordenação de sistemas, o mesmo já encontra-se em fase de testes e adequações;

Finalidade: Registrar incidentes de redes e cadastrar ativos de redes;

Prazo de Conclusão: Concluído.

Servidor Specify

Descrição: Criação de uma máquina virtual e instalação do software de catalogação de espécies "Specify 7", a pedido do professor Hugo Napoleão, do ICTA, para armazenar a base de

dados ictiológica (de peixes) da Ufopa. ;

Finalidade: Software de catalogação de espécies “Specify 7”

Prazo de Conclusão: Concluído

Implementação de mecanismo de troca obrigatória de senha dos sistemas SIG

Descrição: Implementação de um mecanismo de alteração periódica obrigatória de senha dos sistemas SIG.

Resultados esperados: Visa mitigar o vazamento de senhas e acessos indevidos aos sistemas SIGs.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico e de TI: Sistematizar, Integrar e Proteger a Informação.

Orçamento: Não informado.

Prazo de Conclusão: Concluído no primeiro trimestre de 2016.

4.3.7. Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Como medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a Ufopa foi realizada a capacitação da equipe de Coordenação de Sistemas nas áreas afins das aplicações que são mantidas pela instituição e a celebração de um termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, proprietária da solução para novas atualizações.

4.3.8. Principais sistemas de informações

A Ufopa adotou os sistemas SIG-UFRN que é uma aplicação desenvolvida e mantida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A atualização depende de um termo de cooperação técnica devidamente formalizado ou a contratação de uma empresa licenciada para atuar pela instituição. A manutenção dos sistemas institucionais era realizada por empresa terceirizada. Com relação à acessibilidade, todos os sites desenvolvidos com caráter institucionais e acadêmicos, estão sendo desenvolvidos levando em consideração as necessidades constantes no decreto 5.296. Os principais sistemas da SIG são:

- **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (Sipac):** oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades meio dessa instituição. Com a conclusão da implantação dos módulos, o sistema administrativo integrará totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente. No sistema, cada unidade administrativa possuirá seu orçamento e a autorização de qualquer despesa, por unidade, deverá ocorrer, previamente, neste sistema, antes mesmo de ser executada no Siafi. Além das requisições e do controle orçamentário, o sistema controlará e gerenciará: compras, licitações, boletins de serviços, liquidação de despesa, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do Campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e gastos com veículos, memorandos eletrônicos, tramitação de processos dentre outras funcionalidades. Por tudo isso, esse sistema representará grande avanço para a gestão administrativa, uma vez que permite o controle refinado dos procedimentos administrativos, vinculados, inclusive, ao orçamento distribuído no âmbito interno.
- **Sistema Integrado Gestão de Recursos Humanos (SigRH):** informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos *on-line*, serviços e requerimentos, registros

funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema Siape (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno.

- **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa):** informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (*Stricto* e *Lato Sensu*), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do Sipac também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações *Lato Sensu*, *Stricto Sensu* e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).
- **Sistema Integrado de Administração dos Sistemas (Sigadmin):** O **Sigadmin** é a área de administração e gestão dos 3 (três) sistemas integrados. Este sistema gerencia entidades comuns entre os sistemas informatizados, tais como: usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades. Apenas gestores e administradores do sistema tem acesso ao Sigadmin.

Com a necessidade de sistemas para apoio a gestão com relação as atividades docentes e ao cadastro de projetos, foi desenvolvido os seguintes sistemas:

- **Sistema de Apoio a Atividade Docente (Saad):** sistema desenvolvido com a finalidade de gerenciar as atividades desempenhadas pelos docentes através de suas associações a projetos e atividades administrativas, gerando relatórios para proporcionar ao setor de planejamento uma visão quantitativa da distribuição de demandas dos docentes.
- **Sistema de Apoio de Atividades de Pesquisa (Saap):** Sistema desenvolvido com objetivo de automatizar o processo de aprovação de projetos junto a Capes e CNPq.

Além dos sistemas SIG, Saad e Saap, a Ufopa utiliza dois sistemas para atender a Ouvidoria e Suporte de TI:

- **Sistema de consulta de Status de Manifestação:** Sistema implementado para servir de fonte de consulta para os usuários da Ouvidoria da Ufopa. Sua principal característica é expor ações tomadas referentes às manifestações cadastradas.
- **GLPI:** É uma aplicação livre, distribuída sob a licença GPL para a gestão de TI. Tem funções aprimoradas para tornar o cotidiano dos analistas mais fáceis, com um sistema de controle de TI, e-mail de notificação e métodos para construir um banco de dados com informações básicas sobre a sua topologia de rede. O GLPI é dinâmico e está diretamente ligado aos servidores que podem postar os chamados para os analistas. Uma interface autoriza, assim, se necessária, solicitar o serviço de manutenção de um problema encontrado em um dos recursos técnicos como computador, impressora, redes, internet, sistemas e outros.

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

A preocupação quantos às questões ambientais levou a uma reestruturação administrativa quando se deu a criação em abril de 2014 da Diretoria de Meio Ambiente – DMA, vinculada à Sinfra. Atualmente, com a extinção da DMA em fevereiro de 2016, restou, portanto, como estrutura administrativa responsável pela Gestão Ambiental da Ufopa, a Coordenação de Gestão Ambiental (CGA), que passou a estar vinculada à Diretoria de Infraestrutura da Sinfra.

Naquela época em 2014, quando a DMA foi criada, sua equipe identificou as atribuições e 7 (sete) eixos de atuação que subsidiam o desenvolvimento de ações prioritárias para a Gestão Ambiental na Universidade, são eles:

Eixo 1: Gerenciamento de Resíduos

- a) Elaborar um diagnóstico quanto à geração e o descarte dos Resíduos (Químico, Orgânico, Inorgânico, Eletroeletrônico, Saúde, Construção Civil) que ocorrem nos Campus da Ufopa;
- b) Proceder a destinação final adequada dos Resíduos Químicos, Saúde, Orgânico, Inorgânico, Eletroeletrônico;
- c) Implantar a Coleta Seletiva nas unidades da Ufopa;
- d) Estabelecer parcerias com associações e/ou cooperativas de catadores e recicladores;
- e) Reduzir o consumo de papéis utilizados pelas unidades da Ufopa;
- f) Elaborar Plano de Gerenciamento dos Resíduos para os campus da Ufopa;
- g) Participar das Políticas de Gestão e Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos municípios.

Eixo 2: Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário

- a) Diagnóstico da situação de infraestrutura e operação das unidades já instaladas;
- b) Promover as adequações necessárias ao bom funcionamento das unidades de tratamento de água e esgoto (ETA e ETE) existentes nos campus da Ufopa;
- c) Plano de monitoramento da eficiência e controle da operação das unidades dos sistemas de água e esgoto.
- d) Planejar e acompanhar a implantação das futuras infraestruturas de saneamento da Ufopa, bem como, garantir a adequada operacionalização das mesmas.

Eixo 3: Uso racional de energia e água

- a) Identificação dos principais consumidores de água e energia elétrica;
- b) Adotar campanhas e a disseminação de materiais que auxiliem na conscientização dos servidores e alunos quanto ao uso racional de energia e água a fim de evitar o desperdício.

Eixo 4: Licenciamento ambiental

- a) Promover, junto aos órgãos ambientais competentes, o licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos da Ufopa que estão implantados, bem como aqueles que serão implantados.

Eixo 5 Compras eco eficientes

- a) Enquadrar os processos de aquisição de bens, materiais e equipamentos da Universidade dentro de conceitos e parâmetros que priorize produtos de origem recicláveis e eco eficientes.
- b) Incentivo ao desenvolvimento de novas técnicas de produção, com aproveitamento de materiais alternativos (pedaços de madeira, papel reciclado, etc.) para serem utilizados pela Ufopa.

Eixo 6: Edificações sustentáveis

- a) Implantar de obras e projetos de infraestruturas voltados para o conceito de edificações sustentáveis, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais e torna-los mais eficientes.

Eixo 7: Conforto ambiental

- a) Utilizar matérias primas, equipamentos, instrumentos e/ou mecanismos que garantam o conforto ambiental nas unidades e espaços da Ufopa;
- b) Incorporar na concepção e execução de projetos de infraestruturas da universidade conceitos que favoreçam o conforto térmico, visual, iluminar e acústico;
- c) Implementar projetos de arborização e paisagismo nos campus da Ufopa.

Como marco importante para implementação de uma Política Ambiental na Ufopa, houve em 2014 a criação de uma comissão responsável pela elaboração do Plano de Logística Sustentável – PLS, ao qual veio a ser instituído em outubro de 2015 como ferramenta de planejamento que permite ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade. Embora, a “Política Ambiental” da Ufopa poderia ser explicitada e instituída em documentos estratégicos da Universidade, tais como Estatuto, Regimento Geral e PDI elencando assim, seus ‘princípios e valores’.

A Ufopa ainda não aderiu a A3P, portanto, não houve a implantação dessa agenda na instituição, embora, as ações até então realizadas no quesito ambiental, serviriam para o desenvolvimento da A3P na Ufopa.

Quanto ao atendimento ao Decreto nº 5.940/2006, a CGA iniciou desde 2014 ações para atendê-lo, tais como: levantamento de dados (diagnóstico) para obter informações sobre geração e descarte de resíduos (2014), realização de orientações técnicas, quanto à separação de resíduos aos colaboradores da empresa terceirizada de limpeza (2015) e adesão ao Projeto Piloto de Coleta Seletiva, lançado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santarém, denominado “Lixo Legal” (2015/2016). Ainda não foi firmado acordo com associações e cooperativas habilitadas para recolhimento dos resíduos recicláveis.

A partir da concepção do PLS, que envolveu demais setores da instituição os quais realização a contratação pública de serviços e bens, definiu-se, por meio dos programas “Compras Sustentáveis” e “Obras Sustentáveis e Manutenção predial” que deveria ser implantado a cultura institucional de preservação e utilização eficiente dos recursos materiais, mediante a adoção de critérios e de práticas de sustentabilidade e a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações de obras públicas, privilegiando a aquisição de produtos e serviços que representem menor impacto ambiental.

Mais especificamente sobre o PLS, como citado, anteriormente, para elaboração do mesmo, houve a necessidade do cumprimento da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que regulamenta o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, documento que estabelece as regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável no âmbito da Administração Pública.

Sendo assim, o PLS foi elaborado por sua Comissão Gestora, criada por meio da Portaria nº 2.422, de 13 de outubro de 2014, a partir daí até outubro de 2015, após passar por todas as consultas públicas ao público interno e estruturas administrativas da Ufopa, o mesmo veio a ser publicado pela Resolução nº 06 de 20 de outubro de 2015 e encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.ufopa.edu.br/institucional/consun-1/resolucoes-consun/consad/2015>.

As ações de implementação do PLS são publicadas em relatórios de gestão institucional publicados anualmente, tendo em vista que não há ainda um no sítio eletrônico na página oficial da universidade que publique as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Em continuidade ao desenvolvimento de ações previstas para a implementação da Gestão Ambiental na Ufopa e em atendimento ao proposto no PLS, segue as ações realizadas no exercício de 2016:

Ação 1. Promover a educação ambiental nos Campi da Ufopa.

Período: janeiro a maio de 2016.

Local: Campi Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós), Óbidos, Alenquer, Juruti, Itaituba, Monte Alegre e Oriximiná.

Realizado: Distribuição de material gráfico de sensibilização ambiental da Campanha “Todos pela Sustentabilidade”, tais como folders, cartazes, adesivos e banners.

Ação 2. Adotar mecanismos para fomentar a coleta seletiva nos campi da Ufopa e reciclagem dos materiais descartados.

Período: janeiro a dezembro de 2016.

Local: Campi Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado: 1 - Acondicionamento e entrega de resíduos secos e úmidos à coleta pública municipal (Projeto Piloto “Lixo Legal” da Prefeitura de Santarém).

2 - Receber e analisar os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) em cada uma das obras: BMT Tapajós, Bloco Juruti, NTB, RU, NTH, etc.

Ação 3. Gerenciamento dos resíduos de construção civil para as obras.

Período: janeiro a dezembro de 2016

Local: Campi Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado:

1. Recebimento e análise dos Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) em cada uma das obras: BMT Tapajós, Bloco Juruti, NTB, RU, NTH, etc.

2. Submissão dos PGRCC das obras ao órgão ambiental (vinculada no processo de licenciamento).

3. Fiscalização do cumprimento do proposto nos PGRCC pelas construtoras.

Ação 4. Fazer o levantamento das instalações hidráulicas e tratamento de água nos Campi de: Santarém (Unidades Rondon, Tapajós, Fazenda Experimental e demais imóveis urbanos); Óbidos e Oriximiná.

Período: janeiro a dezembro de 2016

Local: Campi de Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado:

1 - Diagnóstico da infraestrutura e operação do Abastecimento e Tratamento de água das unidades já instaladas no Campus de Santarém (Unidades Tapajós, Rondon e Amazônia).

2 – Fazer o levantamento e cadastro do número de usuários e armazenar os dados.

3 – Verificar e/ou trocar tubos, conexões e equipamentos obsoletos.

4 – Limpeza de reservatórios (caixas d'água).

5 – Substituição de torneiras e descargas antigas.

6 – Manutenção e reparos no sistema de abastecimento de água: p.ex. troca de registros.

7 – Instrução de processo para funcionamento de equipamentos de desinfecção, bem como manuseio e armazenamento de produtos químicos (cloro).

8 – Adequação dos dispositivos de proteção (tampas) dos reservatórios.

9 – Instrução de processo e contratação de empresa terceirizada para adequação dos sistemas de captação de água subterrânea para obtenção de Outorga do direito de uso da água.

Ação 5. Fazer o levantamento das instalações hidráulicas e dos sistemas de esgotamento sanitário nos Campi de: Santarém (Unidades Rondon, Tapajós, Fazenda Experimental e demais imóveis urbanos); Óbidos e; Oriximiná.

Período: janeiro a dezembro de 2016

Local: Campi de Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado:

1. Diagnóstico da infraestrutura e operação dos sistemas de coleta e tratamento de Esgoto das unidades já instaladas no Campus de Santarém.

2. Monitoramento das unidades do sistema

3. Reparos em caixas de Inspeção, de gordura e de passagem.

4. Esgotamento as fossas sépticas e limpeza das unidades que compõem as ETE's, incluindo a retirada de sólidos grosseiros nas unidades de gradeamento.

5. Aplicação de cloro em pastilha para tratamento de efluentes – ETE's.

6. Monitoramento periódico das unidades do sistema de esgotamento sanitário.

Ação 6. Incluir nos contratos para contratação de empresas de manutenção (serviços de poda/retirada de árvores), de requisitos rigorosos que garantam serviço especializado e mantenham a arquitetura dos prédios e a integridade física das árvores, devendo os serviços serem realizados com periodicidade regulamentada, visando à perfeita manutenção também da rede elétrica.

Período: janeiro a dezembro de 2016

Local: Campi de Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado:

1. Realização de inventário florestal das árvores aptas à poda e/ou corte raso.

2. Montagem de processos e solicitação de autorização junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente para poda e/ou supressão

3. Realização de podas e/ou retiradas mais eficientes e seguras para as edificações dos Campi da Ufopa.

4. Atendimento às medidas de compensação (aquisição de mudas) para os cortes rasos realizados.

5. Localização espacial das árvores existentes.

Ação 7. Promover, junto aos órgãos ambientais competentes, o licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos da Ufopa que estão sendo implantados, bem como aqueles que serão implantados.

Período: janeiro a dezembro de 2016

Local: Campi de Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado:

1. Instrução de processos de licenciamento ambiental para obra e atividades junto aos órgãos ambientais.

2. Publicar pedidos de licença deferidos em jornal e no DOU.

3. Acompanhamento e gerenciamento dos processos de licenciamento abertos atendendo as condicionantes elencadas em cada processo: NTB, BMT, PCT, RU, BL Multiuso Tapajós, BM Juruti, Bloco Itaituba, Bloco Alenquer, Bloco Monte Alegre, Galpão Fazenda, Fábrica de Sabão, NTH.

Ação 8. Participar do Circuito Tela Verde/MMA como espaço exibidor.

Período: setembro de 2016

Local: Campi de Santarém (Unidades Amazônia, Rondon e Tapajós) e interiores.

Realizado:

1. Exibição da Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente do Circuito Tela Verde em cinco escolas da rede pública de Santarém.

2. Realização de oficinas de reciclagem com participantes.

Limitações e Dificuldades

- Falta de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, principalmente no que se refere à locomoção de técnicos para atividades de campo, bem como falta de equipe de apoio (técnicos em meio ambiente, bolsistas, estagiários, etc.) e destinação de recursos orçamentários;

- Dificuldades nas visitas aos Campi, pois faltam recursos para os pagamentos das passagens, além disso, falta apoio logístico e de fornecimento de materiais e equipamentos para realização das diversas atividades;

- Falta de equipamentos de monitoramento dos sistemas de saneamento, tais como medidores de vazão, de pressão, sensores de nível, etc. Falta de parcerias entre os setores técnicos e acadêmicos, visando maior eficiência nas atividades de monitoramento;

- Os eixos e suas ações propostos que são fundamentais para iniciar um processo de mudança ainda não foram efetivamente estendidas a toda a comunidade da Universidade por falta de equipe de apoio (técnicos em meio ambiente, bolsistas, estagiários, etc.);

Uma política de gestão ambiental a ser implementada na Ufopa ainda não é amplamente discutida e priorizada e com isso, critérios ambientais deixam de ser atendidos nos processos, contratações e rotinas administrativas e acadêmicas da Instituição, e mesmo com o Plano de Logística Sustentável instituído ainda há muito que ser desenvolvido, e para isso, é necessário o comprometimento da Administração em inserir como prioridade os critérios de sustentabilidade na instituição.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

A Ufopa possui dois setores que são canais que os usuários internos (servidores e alunos) ou externos a instituição podem utilizar para solicitar serviços de informação, dar sugestão, ou fazer reclamação. Esses setores são a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão. A Ouvidoria foi criada como órgão de assessoramento ligado à Reitoria, por meio da Portaria nº 286, de 6 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço da Ufopa nº 38, Ano IV, de 4 de abril de 2013. Por meio dela, as pessoas podem expressar opiniões, fazer reclamações, apresentar denúncias e sugerir melhorias referentes a todos os processos da Universidade e, assim, participar de forma efetiva da gestão pública. O setor Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, se relaciona com a sociedade com o fim de informação, através dos canais: presencial, com seu espaço físico localizado na Sala 100, Campus de Santarém – Unidade Amazônia, situada na Avenida Mendonça Furtado, nº 2946, Bairro Fátima; eletronicamente, através do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), com solicitação de informações, bem como o acompanhamento do pedido; pelo e-mail institucional e; via telefone.

A Ouvidoria atende as manifestações (reclamações, denúncias, solicitações, sugestões e elogios) dos usuários do serviço público, de forma presencial e também por meio dos sistemas Sigaa (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) ou pelo e-OUV (Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo). O sistema Sigaa pode ser utilizado pela comunidade interna, por meio de usuário e senha, e pela comunidade externa, preenchendo um formulário eletrônico. O sistema e-OUV pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>. Todas as manifestações são registradas no sistema e-OUV gerando um número de protocolo de atendimento para cada manifestação.

O usuário se comunica com a Ouvidoria também por e-mail, telefone e pelo site da Ouvidoria, hospedado na página oficial da Ufopa. Importante informar a divulgação por meio de folders, banners, página nas redes sociais, no sentido de facilitar a participação dos cidadãos proporcionando, assim, informações importantes para que a Gestão possa promover o aperfeiçoamento dos serviços prestados.

O SIC utiliza o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) que permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal, além de ser monitorado pela Controladoria-Geral da União – CGU.

Com relação aos canais acima citados, o registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações é feito somente no sistema e-SIC. Conforme a tabela a seguir, em 2016, a Universidade apresentou registro de 121(cento e vinte e um) pedidos de informação, com uma média de 10,08 ao mês, efetivando a progressividade com relação às solicitações no decorrer dos anos, presumivelmente, em virtude da maior divulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) aos cidadãos.

Tabela 20 – Solicitação de informação feita ao SIC/Ufopa no período de 2012 a 2016, via sistema e-SIC.

	2016	2015	2014	2013	2012*
Quantidade de Pedidos	121	65	81	58	23
Média mensal de pedidos	10,08	5,42	6,75	4,83	2,88
Respondidos	119	65	81	58	23
Em tramitação fora do prazo	2	0	0	0	0

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx> /

*registro a partir de maio de 2012.

Com relação aos procedimentos, informamos que a solicitação é feita pelo usuário via sistema, que emite mensagem no e-mail institucional cadastrado. O servidor responsável acessa o

e-SIC, verificando se a demanda pode ser prontamente respondida, com informações constantes no site ou nos sistemas (SIG's da Ufopa), se sim, insere a resposta. Em caso da informação encontrar-se disponível em outro setor, é elaborado memorando, e direcionado a unidade, que num prazo de 20 dias, conforme previsto na LAI, responde a demanda ao SIC. A resposta normalmente é inserida no sistema, salvo casos onde os arquivos ultrapassam o tamanho permitido para upload no sistema.

Para que os serviços prestados pelo SIC tenham mais agilidade no seu atendimento, espera-se que o SIC entre no organograma da Universidade, pois só assim será feita a ativação do sistema de memorandos eletrônico interno do Sipac, isso trará uma economia de tempo e mais rapidez no envio da solicitação da informação aos setores responsáveis na instituição.

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Ufopa é um instrumento que tem por objetivo informar aos cidadãos quais os serviços prestados pela instituição. A Carta de Serviços, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, também deve ajudar no acesso e na obtenção desses serviços, endereços, horários de funcionamento, e-mails e telefones de contato, além dos links do site da Ufopa relacionados aos setores.

Informar os serviços prestados é uma forma de garantir o direito do cidadão de receber serviços de acordo com as suas necessidades e assegurar transparência pública. O documento encontra-se disponível no link: <http://acessoainformacao.ufopa.edu.br/cartadeservicosaocidadao>.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No exercício 2016 a Ouvidoria elaborou o Questionário de Pesquisa de Satisfação como mecanismo de medição de satisfação do usuário dos serviços da unidade. Com auxílio do CTIC, a pesquisa ficou disponibilizada no período de 12/12/2016 a 02/01/2017 nos sistemas Sig-Ufopa. A pesquisa foi encaminhada a todos os usuários que utilizaram os serviços no exercício 2016. As perguntas foram relacionadas ao atendimento realizado pela equipe, grau de satisfação com o atendimento e respostas recebidas, conhecimento prévio das atribuições da unidade dentre outros pontos conforme quadro a seguir:

Tabela 21 – Questionário de Pesquisa de Satisfação 2016 – Ouvidoria

Pergunta	Resposta	Qtd de usuários	%
Tem conhecimento da função e da importância da Ouvidoria?	Sim	218	69
	Não	96	31
Procurou o setor envolvido na manifestação antes de recorrer à Ouvidoria?	Sim	120	38
	Não	194	62
De forma geral, qual o seu nível de satisfação com os serviços prestados pela Ouvidoria?	Muito satisfeito	18	6
	Satisfeito	185	59
	Insatisfeito	86	27
	Muito insatisfeito	25	8
Qual o seu nível de satisfação com o atendimento realizado pela equipe da Ouvidoria?	Muito satisfeito	23	7
	Satisfeito	200	64
	Insatisfeito	71	23
	Muito insatisfeito	20	6
Quanto à clareza nas informações recebidas durante o atendimento:	Excelente	31	10
	Bom	129	41
	Regular	116	37

Quanto à agilidade no atendimento (online e pessoal):	Ruim	38	12
	Excelente	26	8
	Bom	126	40
	Regular	118	38
	Ruim	44	14
Quanto à cordialidade dos atendentes:	Excelente	48	15
	Bom	153	49
	Regular	91	29
	Ruim	22	7
Sente segurança ao se reportar à Ouvidoria, sabendo que a mesma trabalha em sigilo e discrição?	Sim	143	46
	Não totalmente	133	42
	Não	38	12
Qual o seu nível de satisfação em relação ao tempo de resposta à sua manifestação?	Muito satisfeito	16	5
	Satisfeito	199	63
	Insatisfeito	78	25
	Muito insatisfeito	21	7
Qual o seu nível de satisfação em relação à resposta recebida para a sua manifestação?	Muito satisfeito	19	6
	Satisfeito	187	60
	Insatisfeito	82	26
	Muito insatisfeito	26	8

Fonte: Ouvidoria-Ufopa.

O SIC não mensura especificamente a satisfação dos cidadãos-usuários, mas dos 121 (cento e vinte e um) pedidos de informação, 119 (cento e dezenove) foram atendidos, num prazo médio de 22,16 dias. Tiveram acesso concedido um total de 112 (cento e doze) onde 3 (três) a resposta não era de competência do órgão, 3 (três) o acesso foi parcial, e 1 (um) acesso negado.

A tabela a seguir mostra a quantidade de pedidos no trimestre e anual em 2016, a média mensal e o tempo médio de resposta. O quarto trimestre apresentou uma variação no tempo de resposta, pois no período houve ocupação, greve e recessos, o que atrapalhou o fluxo de trabalho em muitos setores, impedindo despachos e retornos no tempo hábil de 20 dias, conforme expresso na LAI.

Tabela 22 – Quantidade de pedidos no trimestre e anual em 2016, a média mensal e o tempo médio de resposta.

	1º trimestre de 2016	2º trimestre de 2016	3º trimestre de 2016	4º trimestre de 2016	Anual
Quantidade de Pedidos	28	33	28	32	121
Média mensal de pedidos	9,33	11	9,33	10,67	10,08
Tempo médio de resposta	16,64	21,06	15	35,2	22,16

Fonte: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Universidade dispõe de um site institucional (www.ufopa.edu.br), com a aba Acesso a Informação, onde o SIC tem a competência de gerenciar, alimentar, e alguns casos, demandar a outros setores. A página disponibiliza várias informações, como: Institucional, Ações e Programas, Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações e contratos, Servidores, Perguntas frequentes, Sobre a Lei de Acesso à informação, Serviço de Informação ao Cidadão, Carta de Serviços ao Cidadão.

Com o intuito de tornar transparentes os quantitativos de manifestações registradas na Ufopa, a Ouvidoria elaborou relatórios: mensal, trimestral e anual com as seguintes estatísticas:

- Manifestações por tipo;
- Manifestações por categoria de assunto;
- Unidades/Setores demandados;
- Demandas por grupo de usuários;
- Origem das Manifestações;
- Status das manifestações;
- Comparativo com meses anteriores;
- Prazo de respostas dos dirigentes (Prazo de atendimento ao cidadão em dias).

De modo geral, em 2016 a Ouvidoria recebeu 437 (quatro centos e trinta e sete) manifestações. Dentre as quais houve 155 (cento e cinquenta e cinco) solicitações, 165 (cento e sessenta e cinco) reclamações, 95 (noventa e cinco) denúncias, 20 (vinte) sugestões e 2 (dois) elogios.

Os relatórios são acessados através do site da Ouvidoria, hospedado na página oficial da Ufopa (<http://www.ufopa.edu.br/ouvidoria/publicacoes/2016>).

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No ano de 2016, o CTIC utilizou os serviços terceirizados de desenvolvimento de software. Para mitigar eventual dependência tecnológica, segue abaixo algumas medidas adotadas para implementação em 2016:

- Capacitação em tecnologias de desenvolvimento de software, Ponto de Função e Banco de Dados para os analistas da coordenação de sistemas.
- Contratação de Plataforma de cursos sem formato EAD para abranger todos os analistas da coordenação de Sistemas.

A Sinfra visa à adequação dos prédios institucionais da Ufopa e as regras de acessibilidade recomendadas pela normativa NBR 9050. Para tanto, assegura-se de fazer o levantamento minucioso das plantas dos blocos edificados (plantas *‘as built’* – ‘como construído’) e dos novos projetos a serem instalados nos Campi para posterior conformação aos meios de acessibilidade. No ano de 2016 deu-se prosseguimento ao Plano de Acessibilidade da Ufopa com o levantamento técnico dos blocos da Unidade Tapajós primeiramente. Nesta, foram listados 16 (dezesseis) prédios edificados, dos quais 7 (sete) foram finalizados quanto à adequação do projeto arquitetônico.

A saber, o projeto arquitetônico é a peça fundamental para a concepção dos projetos complementares e o ponto de partida para a análise da acessibilidade. Este é trabalhado de acordo com as normas condizentes, onde se incluem, basicamente, circulações acessíveis (de no mínimo 1,20m de largura), mobiliário livre de barreiras físicas que possam impedir o direito de ir e vir de cada cidadão, tratamento de desníveis, piso tátil de alerta e direcional e acessos adequados (esquadrias). Para nortear as análises foi usado como referência o módulo de um cadeirante, pois o dimensionamento de acessibilidade a este contempla todos os outros.

Nos blocos edificados foram trabalhados especificamente a adequação de banheiros, acessos públicos e circulação tanto horizontal como vertical, fazendo-se incluir plataformas onde o desnível a ser vencido ultrapassasse o limite de um pavimento ou rampas de acesso, quando o desnível for a menor relevância. Outro ponto levantado foi à adequação de mobiliários para as Pessoas com Deficiências nas salas de aula e nos laboratórios dos Institutos. O Plano de Acessibilidade inclui também a qualificação dos técnicos envolvidos através de cursos para atualização de normas, por exemplo, a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), NBR 16537 (Sinalização tátil no piso) entre outras. A previsão para finalização dos projetos de reforma e adequação (arquitetônicos, complementares e orçamentos) é dezembro de 2017, mas conforme estes forem sendo finalizados, poderá haver o processo para execução individual das demandas.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

No quesito desempenho financeiro o que relatamos são as dificuldades enfrentadas no ano de 2016 em decorrência dos repasses realizados, nos quais não contemplavam o pagamento de todas as despesas liquidas, fazendo com que o gestor tomasse a decisão de quais despesas deveriam ser pagas, visando sempre de forma geral o menor impacto social para a Universidade.

A Ufopa observou o disposto no artigo 5º da Lei nº 8.666/1993, ao qual estabelece que o pagamento de obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, mantendo ainda, em todos os casos, sua obrigação contratual de não ultrapassar o prazo de 90 (noventa) dias para realizar os pagamentos devidos, conforme art. 78, XV, da referida lei.

A Lei 4.320/1964 estabelece em seu Art. 63 que "A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito." Após o processo de liquidação são solicitados os recursos financeiros junto ao Tesouro Nacional para honrar os compromissos assumidos juntos aos fornecedores. A quebra da ordem cronológica de pagamento ocorreu devido aos seguintes motivos:

1. Os recursos financeiros foram enviados de forma insuficientes para honrar todas as despesas liquidadas no mês de competência. Trata-se de um fato gerado pelo Tesouro Nacional e não pela Universidade;
2. Parte dos recursos financeiros já vieram "carimbados" para pagamento de determinadas despesas;
3. Com a falta de recursos financeiros a Administração se viu obrigada a fazer escolhas, priorizando aquelas empresas com maior vulnerabilidade no seu fluxo de caixa;
4. Priorizações também foram necessárias quando a falta de pagamento ameaçava serviços essenciais para o funcionamento da Universidade: Aluguel de espaço, serviços continuados (limpeza, segurança, etc.), energia elétrica, dentre outros.

6.2. Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Quanto à sustentabilidade financeira, a Ufopa concentra a arrecadação de recursos externos para projetos de extensão em sua Pró-reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão – Procce, que o faz com apoio dos docentes das várias unidades acadêmicas da Universidade.

Tais recursos são inseridos no orçamento da Ufopa através de descentralização via Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do MEC. Tais descentralizações ainda são complementadas com recurso de emendas parlamentares que são negociadas com o Poder Legislativo Federal através da Reitoria da Ufopa.

Já em relação a recursos próprios, a Ufopa arrecadou R\$ 530.700,00 (quinhentos e trinta mil e setecentos reais) no ano de 2016, sendo tal valor executado através da Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisa (Fapespa). Esta fundação, por sua vez, que utilizou recursos para custear despesas com bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado.

6.3. Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

Como dito no item 6.2, a Ufopa concentra a arrecadação de recursos externos para projetos de extensão em sua Pró-reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão – Procce, que o faz com apoio dos docentes das várias unidades acadêmicas da Universidade.

Tais recursos são inseridos no orçamento da Ufopa através de descentralização via Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) do MEC. Tais descentralizações ainda

são complementadas com recurso de emendas parlamentares que são negociadas com o Poder Legislativo Federal através da Reitoria da Ufopa.

Já em relação a recursos próprios, a Universidade Federal do Oeste do Pará arrecadou R\$ 530.700,00 (quinhentos e trinta mil e setecentos reais) no ano de 2016, sendo tal valor executado através da Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e Pesquisa (Fapespa). Esta fundação, por sua vez, utilizou recursos para custear despesas com bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado.

6.4. Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

Os créditos orçamentários da Ufopa estão distribuídos dentro das estruturas programáticas, observando-se as classificações qualitativas e quantitativas do orçamento público. A partir de 2016, a elaboração do PGO vinculou os recursos previstos nas estruturas orçamentárias aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI da Universidade, de modo a possibilitar o acompanhamento das ações planejadas naquele instrumento.

De acordo com a Lei 13.255, de 14 de janeiro de 2016 foi previsto a aplicação de R\$175.914.106,00 (cento e setenta e cinco milhões, novecentos e quatorze mil e cento e seis reais) para o exercício de 2016. Do montante autorizado, 52,59% são destinados para as despesas de custeio obrigatórias e 47,41% para as outras despesas de custeio e capital.

No que tange a distribuição interna de recursos é importante mencionar que foram utilizados indicadores institucionais aplicados em uma matriz orçamentária que possibilitou aferir os valores de cada unidade gestora. Ressalte-se que essa matriz foi aplicada apenas sobre o valor da ação de manutenção da instituição, após ser deduzido o valor previsto para as despesas contratuais do período.

6.5. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em concordância a Resolução 1.136/2008 – NBC T 16.9 e seguindo as orientações e os critérios da macrofunção 02.03.30, é realizado o cálculo de depreciação, mensalmente, conforme relatório do Sistema Sima, amparado pelo artigo 14, da Lei 10.180/2001, no qual a metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens e as taxas utilizadas para cálculos foram feitos com base no manual do Siafi.

A Ufopa, no tocante a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais, segue os critérios cabíveis definidos na NBC T 16.10, em relação às disponibilidades, os créditos e as dívidas, os estoques, os investimentos permanentes, o imobilizado, o intangível, o diferido e os ajustes referente à reavaliação e a redução a valor recuperável. A taxa de depreciação, e amortização segue a tabela de vida útil dos bens estabelecidos pela STN.

No exercício de 2016 a depreciação não teve sua evolução registrada conforme a tabela de vida útil de bens estabelecidos pela STN devido a transição do sistema de controle patrimonial Sima para o Sipac, em virtude das inconsistências geradas na migração das informações, por conta disso a Diretoria de Almoxarifado e Patrimônio manteve a depreciação no tempo em valor fixo, até a normalidade de funcionamento do novo sistema para ajuste dos valores.

6.6. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Ufopa teve como principais ações sobre sua gestão de custos a análise da execução de seus recursos orçamentários, isso através do acompanhamento das ações orçamentárias do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle – Simec (Portaria nº 1.651 – MEC, de 28/12/2012) e de relatórios baixados do Tesouro Gerencial (sistema do governo federal que permitiu visualizar a execução orçamentária de suas várias unidades), especialmente sobre a UGR (Unidade Gestora Responsável) 155500 – Gestão de Contratos, criada especialmente para acompanhar os

custos com os contratos da instituição, com isso possibilitando amenizar as despesas com os mesmos.

A partir de então realizar ajustes orçamentários (cancelamentos, suplementações, remanejamentos) necessários, bem como o acompanhamento das reestimativas de receitas e despesas, dessa forma controlando a execução orçamentária da Ufopa.

6.7. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Anexo ao relatório.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações do TCU

Não Houve acórdãos do exercício de referência, com determinações e/ou recomendações para a Ufopa.

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Para o acompanhamento das recomendações exaradas pelo órgão de controle interno (CGU), a instituição utiliza o Sistema Monitor/CGU. Conforme informações extraídas do próprio sistema, esta UPC informa que foram atendidas 13 (treze) recomendações e que 7 (sete) se encontram em outras situações. Restam 10 (dez) em situação de monitoramento, sendo 9 (nove) no prazo para providências do gestor e 1 (um) com prazo expirado, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Recomendações do órgão de controle interno em 2016.

Recomendações				Rec. Em Monitoramento		Rec. Providências do Gestor	
Atendidas	Canceladas	Em Monitoramento	Outras situações	Em análise pela CGU	Para providências do Gestor	No prazo	Prazo expirado
13	0	10	7	0	10	9	1

Fonte: PR/CGU/DSI/SINF, Audin-Ufopa.

Dentre as principais recomendações, podemos citar:

- Relacionamento entre a Ifes e Fundações de Apoio, referente aos contratos/convênios celebrados;
- Apuração de prejuízo sofrido em razão de superfaturamento de itens do pregão 10/2011;
- Estabelecimento de controles internos adequados e formalização em normativo próprio perpassando todas as fases da Política Nacional de Assistência Estudantil, no âmbito da Ufopa;
- Reformulação e divulgação de indicadores de gestão;
- Atualização de seus regimentos e normativos visando adequar a estrutura organizacional da unidade, de modo que o rol de responsáveis contemple os agentes previstos na Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010.
- Apuração de responsabilidade de servidores e levantamento do prejuízo causado na aquisição dos armários no processo nº 23204.000742/2010-24, providenciando a reposição dos valores.

Através do sistema referido acima, a Auditoria Interna realiza o acompanhamento das recomendações do OCI e informa às unidades responsáveis pelo atendimento para que forneçam as informações e documentações comprobatórias que, quando enviadas à esta unidade, são inseridas no sistema para apreciação por parte do OCI.

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Auditoria Interna na execução de seus trabalhos, por meio de seus relatórios, recomendou à gestão a apuração de responsabilidade de servidores, bem como providências quanto ressarcimento ao erário, conforme o caso. Porém, a competência e o poder decisório para a adoção de procedimentos e instauração de sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar para os

casos recomendados pela Audin são da autoridade máxima da instituição e acompanhados pela CPADS.

A Reitoria informa a Audin se acata ou não a recomendação nos casos de apuração de responsabilidade de pessoas físicas e jurídicas, e a Audin mantém junto a CPADS o acompanhamento dos processos até a sua finalização, para fins de monitoramento.

Não houve caso de Tomadas de Contas Especial no exercício.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Referente ao disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993, que determina que cada Unidade da Administração, no pagamento de obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades dos créditos para cada fonte diferenciada de recurso, esta Ifes adota controles através de planilhas eletrônicas, que ficam disponíveis para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância do referido artigo.

Entendemos como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material.

Informamos ainda, que durante todo o exercício de 2016 as liberações de financeiro por parte do SPO/MEC foram de periodicidade mensal, em valores insuficientes para atender a totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional, foram realizados pagamentos prioritários como: energia elétrica, locação de mão de obra, assistência estudantil, etc.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Tendo em vista a suspensão dos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2859/20113 - TCU - Plenário - Desoneração da folha de pagamento, o qual é de conhecimento da Coordenação de Contratos e Convênios desde 01/04/2015, asseveramos que no exercício de 2016 não houve nenhuma providência relacionada à revisão desses contratos, não havendo, portanto, mais informações para compor o esse item do Relatório.

7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 30 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Legal	2080.20RK.26441.0015	R\$ 380.626,86	R\$ 444.827,25

Fonte: Siafi 2016.

Os valores utilizados pela Ufopa em publicidade legal no exercício de 2016 foram para publicações no Diário Oficial da União, tendo como contratado o 110245 (Fundo de Imprensa Nacional) e para atender o serviço de distribuição de publicidade legal (impressa e eletrônica em jornais, radio e televisão) a contratada 115406 (Empresa Brasil de Comunicação S/A).

7.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Tabela 24 – Cursos de graduação da Ufopa

Curso	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005
Bacharelado em Agronomia	1200688	Santarém	Atende
Bacharelado em Antropologia	1186688	Santarém	Atende
Bacharelado em Arqueologia	1187069	Santarém	Atende
Bacharelado em Biotecnologia	1205662	Santarém	Atende
Bacharelado em Ciência da Computação	1187671	Santarém	Atende
Bacharelado em Ciências Atmosféricas	1205676	Santarém	Atende
Bacharelado em Ciências Biológicas	1308826	Santarém	Atende
Bacharelado em Ciências Econômicas	1183789	Santarém	Atende
Bacharelado em Direito	12096	Santarém	Atende
Bacharelado em Engenharia de Pesca	1205392	Santarém	Atende
Bacharelado em Engenharia Física	1205743	Santarém	Atende
Bacharelado em Engenharia Florestal	1186268	Santarém	Atende
Bacharelado em Engenharia Florestal	1205389	Santarém	Atende
Bacharelado em Farmácia	1200689	Santarém	Atende
Bacharelado em Geofísica	1205246	Santarém	Atende
Bacharelado em Geografia	1259381	Santarém	Atende
Bacharelado em Geologia	1205200	Santarém	Atende
Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional	1203286	Santarém	Atende
Bacharelado em Sistemas de Informação	86326	Santarém	Atende
Bacharelado em Zootecnia	1200690	Santarém	Atende
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra	1187638	Santarém	Atende
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	1188364	Santarém	Atende
Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas	1193542	Santarém	Atende
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias	1285960	Santarém	Atende
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	1333290	Santarém	Atende
Licenciatura em Ciências Biológicas	12105	Santarém	Atende
Licenciatura em Física	104636	Santarém	Atende
Licenciatura em Geografia	12098	Santarém	Atende
Licenciatura em Informática Educacional	1259377	Santarém	Atende
Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	114858	Santarém	Atende
Licenciatura em Matemática	12039	Santarém	Atende
Licenciatura em Pedagogia	12040	Santarém	Atende
Licenciatura Integrada em Biologia e Química	1205643	Santarém	Atende
Licenciatura Integrada em História e Geografia	1325036	Santarém	Atende
Licenciatura Integrada em Matemática e Física	1205586	Santarém	Atende
Licenciatura Integrada em Português e Inglês	1205527	Santarém	Atende

No site da Ufopa é possível encontrar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação <http://www.ufopa.edu.br/academico/graduacao>, também é possível encontrar informações pelo Sigaa, sistema utilizado para registro acadêmico, <https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/home.jsf>.



PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

TIPO DE AUDITORIA: AVALIAÇÃO DE GESTÃO

UNIDADE AUDITADA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

EXERCÍCIO: 2016

CÓDIGO DA UG: 26441

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 6.º, artigo 15 do Decreto 3.591/2000, Inciso VI, art. 9º da Resolução Consad/Ufopa nº 16/2016, Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e alterações posteriores, Decisão Normativa TCU 154 e 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017, à vista dos elementos que integram o presente processo do Relatório de Gestão do exercício de 2016 da Universidade Federal do Oeste do Pará e com base nos resultados dos acompanhamentos e análises realizadas através das ações de auditoria executadas no mesmo exercício, manifesto-me:

I. Quanto à demonstração das informações relevantes sobre a unidade de auditoria interna e sua atuação:

A Unidade de Auditoria Interna (Audin) da Ufopa é um órgão técnico de controle que está vinculado ao Conselho Superior Universitário. As atribuições da Audin foram alinhadas aos ditames do Decreto nº 3.591/2000 e tiveram seu organograma, sua estrutura e suas atividades da Unidade de Auditoria Interna da Ufopa normatizadas internamente através da Resolução nº 16/2016-Consad, de 16/06/2016 do Conselho de Administração da Ufopa (disponível em <http://www.ufopa.edu.br/arquivo/consun/resolucoes/resolucao-no-16.16-consad-regimento-interno-da-auditoria-interna>).

A Audin/Ufopa está localizada nas salas 529, 531 e 535, 5º piso, na Unidade Amazônia, à Avenida Mendonça Furtado, nº 2496 – Bairro Fátima, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará. Possui um quadro funcional constituído por 06 (seis) servidores, sendo: 1(um) Auditor-Chefe, 2 (dois) Auditores Internos, 1(um) Contador, 1 (um) Secretário Executivo e 1 (um) Assistente em Administração.

A escolha do titular de Auditoria Interna ocorrerá entre servidores lotados no setor, observando o disposto na Portaria CGU nº 915, de 29/04/2014 e no artigo 15º, § 5º, do Decreto 3.591/2000. No decorrer do exercício a unidade realizou algumas ações de auditoria voltadas a avaliar a qualidade e suficiência dos controles internos administrativos da instituição, cujos resultados foram apresentados aos gestores das áreas e acatados, ao Conselho de Administração da Universidade para ciência e encaminhados a Controladoria Geral da União.

Com base no trabalho realizado em 2016 conforme os relatórios concluídos, bem como o trabalho realizado para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna, exercício 2017, onde a Audin realizou trabalho junto às unidades administrativas para verificar a percepção e a autoavaliação dos controles internos pelos servidores das respectivas unidades, nos seguintes pontos: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. Foram selecionados os pró-reitores, seus diretores e alguns coordenadores para responder o Questionário de Avaliação dos Controles Internos (QACI), gerando um total de 20 (vinte) questionários respondidos.

Tal questionário foi aplicado com o objetivo de coletar informações acerca das ações desenvolvidas no âmbito da unidade para diagnosticar a existência de mecanismos de controles internos.

Questões do QACI:

- **Ambiente de controle**

1. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela área são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis de sua estrutura.
2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão formalizados.
3. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos servidores dos diversos níveis da estrutura da área na elaboração dos procedimentos das instruções operacionais.
4. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.
5. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades de competência da área.
6. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela área.

- **Avaliação de risco**

7. Os objetivos e metas da área estão formalizados.
8. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área.
9. É prática da área o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.
10. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.

- **Procedimentos de controle**

11. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da área, claramente estabelecidas.
12. As atividades de controle adotadas pela área são apropriadas, funcionam consistentemente e possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam resultar de sua aplicação.

- **Informação e avaliação**

13. A informação relevante para área é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente aos interessados.
14. As informações consideradas relevantes pela área são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao pessoal da área tomar as decisões apropriadas.
15. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da área, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

- **Monitoramento**

16. O sistema de controles internos da área é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.
17. O sistema de controles internos da área tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas.
18. O sistema de controles internos da área tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.

De acordo com a análise das informações coletas, destacaram-se os seguintes pontos com maior nível de risco (impacto x probabilidade):

- Procedimentos e instruções operacionais não estão padronizados e/ou formalizados.
- Ausência de formalização dos objetivos e metas;
- Ausência de identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da área;
- Ausência de identificação, mensuração e classificação dos riscos a serem tratados;

- Ausência de diagnóstico dos riscos envolvidos nos seus processos estratégicos;
- Sistema de controles internos da área não é monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo; e
- Sistema de controles internos da área não é considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas;

Em relação aos relatórios de auditoria concluídos no exercício, verificou-se, em alguns casos, a insuficiência de controles internos da unidade, ou até mesmo ausência de controles internos administrativos permitiu a ocorrência de dano ao erário, especificamente na auditoria realizada no Plano de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, no âmbito da Ufopa, o que resultou em recomendações com vistas ao ressarcimento ao erário, além da apuração de responsabilidades de servidores e de pessoa jurídica.

a) Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna.

As comunicações dos resultados de auditoria aos gestores de cada área foram feitas sempre em vários momentos. O primeiro no momento em que era emitido o relatório preliminar da auditoria, onde era ofertado prazo ao gestor para manifestação quanto ao inteiro teor do relatório, podendo inclusive trazer novas informações e documentos, caso discordasse de algum ponto.

O segundo momento quando é dada ciência do relatório final ao gestor da área e ao dirigente máximo. De acordo com a quantidade de recomendações exaradas, é estipulado o prazo de 15 a 30 dias para que a unidade auditada encaminhe a esta Auditoria Interna informações referentes às implementações das recomendações descritas no relatório, especificando as medidas a serem adotadas e os respectivos prazos, ou justificativas sobre a decisão de não implementar tais recomendações, conforme plano de ação a ser enviado à unidade.

O terceiro momento durante o monitoramento de providências - onde é verificado o estágio de implementação das medidas adotadas pela unidade para o atendimento das recomendações.

Ainda após a emissão do relatório final, um resumo das contendo o objetivo do trabalho, as constatações e recomendações são encaminhadas ao Conselho de Administração para ciência e deliberações, caso o Conselho entenda por sua necessidade.

b) Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

A Universidade não possui, ainda, um sistema informatizado para o monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna. O monitoramento das medidas adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria Interna é realizado por meio de preenchimento de planilhas eletrônicas que são atualizadas de acordo com as informações repassadas pelas unidades de forma que se pode ter uma visão geral do cumprimento das recomendações.

Uma das metas para o exercício de 2016 era implantar um sistema informatizado para que a Audin realizasse o monitoramento de suas recomendações, porém, somente em fevereiro de 2017 é que serão realizados os testes no sistema Siaudi, para verificar se o mesmo atenderá as necessidades da Auditoria Interna.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade.

Quanto a execução do plano de trabalho da auditoria interna do exercício de referência das contas, o mesmo foi estabelecido através do PAINT/2016. Com base no Plano foram programadas ações/atividades de auditoria no âmbito da Ufopa, abaixo as ações que estão em andamento ou que não foram realizadas e não executadas:

- Ação: 2.3 - Verificar a execução física das obras e serviços de engenharia (em andamento);
- Ação: 2.4 – Avaliação da execução das metas físicas e/ou financeiras do Programa 2080.
- Ação 4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior (não realizado);
- Ação: 2.5 – Contratos Administrativos (com ênfase para Fundações de Apoio e outras entidades privativas sem fins lucrativos) (não realizado);
- Ação: 3.1 – Gestão de Pessoas - Acúmulo de Cargos e Descumprimento do Regime de D.E.

(concluída em fevereiro de 2017); e

Ação: 4.1 – Acompanhamentos das Metas Consignadas no PDI - aditamento (não realizado).

Dentre as ações supramencionadas que não foram contempladas na execução do PAINT, destacamos as ações 2.4 e 2.5 e informamos que os impedimentos que contribuíram para a não realização das atividades, além do fator “tempo”, foram: a racionalização das ações de controle, tendo em vista que foi realizada pela Controladoria-Geral da União, auditoria para avaliar o relacionamento entre a IFES e Fundações de Apoio, conforme Relatório CGU nº: 201505099, auditoria no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, conforme Relatório CGU nº: 201505037 e auditoria Anual de Contas da Gestão, exercício 2015, conforme Relatório CGU nº: 01601504. Desta forma, a Audin realiza junto às unidades o acompanhamento das recomendações exaradas dos relatórios da CGU supramencionados.

- Quanto a ação 2.3, a mesma encontra-se em andamento, na fase de relatoria (Relatório Preliminar).

- Quanto a ação 3.1, a mesma foi finalizada em 16/02/2017 e seus resultados serão informados no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT, no exercício de 2017.

- Quanto a ação 4.1, a mesma não foi realizada em virtude do fator “tempo”, pois as ações realizadas consumiram tempo acima do previsto, impedindo assim a realização da mesma.

Cabe salientar que o Relatório CGU nº: 01601504, referente a auditoria Anual de Contas da Gestão, exercício 2015, abordou alguns aspectos quanto aos indicadores de gestão e que as recomendações exaradas pelo OCI estão sendo acompanhadas junto a Pró-reitoria de Planejamento Institucional, tendo em vista a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017-2021).

d) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão.

Dentre as ações realizadas no exercício de 2016 destacamos as auditorias de Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios; Governança de Tecnologia da Informação, além da conclusão da Auditoria “Especial” do Parfor/Ufopa.

Para a Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios foi examinado o percentual de 30% das licitações ocorridas no período de janeiro a dezembro/2015, nas modalidades de dispensa, inexigibilidade e pregão sendo que tais processos foram analisados:

23204.004551/2015-46	23204.000101/2015-84	23204.006742/2015-42
23204.006771/2015-12	23204.006241/2015-66	23204.007514/2015-90
23204.004595/2015-76	23204.012832/2014-91	23204.007091/2015-16
23204.007998/2015-77	23204.006791/2015-85	23204.002181/2015-11
23204.000636/2015-55	23204.003337/2015-72	23204.014772/2014-41
23204.008048/2014-89	23204.003265/2015-63	23204.002632/2015-10
23204.001909/2015-89	23204.003266/2015-16	23204.011273/2014-01
23204.010380/2014-11	23204.008474/2014-12	23204.000688/2015-21
23204.002788/2014-10	23204.010745/2014-08	23204.003343/2015-20
23204.000698/2015-67	23204.005818/2015-12	23204.008603/2015-53

Como resultado do trabalho, obtivemos 14 constatações que resultaram em 69 recomendações, distribuídas para diversos setores da Instituição, conforme quadro abaixo:

Para a Auditoria em Governança de Tecnologia da Informação, baseado nas respostas do iGovTI/2014, foram examinados os seguintes aspectos:

- Existência de política de governança em TIC implementada na Instituição.

- Alcance e alinhamento entre as metas propostas no PDTIC e no PDI.
- Existência de estrutura de Segurança da Informação e das Comunicações na Instituição.
- Forma de realização dos processos de aquisição de bens e serviços de TI, de maneira a agregar valor aos objetivos Institucionais.
- Execução de gestão de serviços e projetos de TI, bem como processo de software.

Como resultados do trabalho obtiveram 13 constatações que resultaram em 19 recomendações, distribuídas para o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação e para o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

Para a Auditoria da Execução do Plano de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, no âmbito da Ufopa, foi examinada a gestão do Contrato nº 011/2014, cujo objeto é o apoio ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica da Ufopa – Parfor, firmado entre a Ufopa e a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias – Funpea, sendo o valor total da contratação de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com vigência de 25/11/14 a 24/11/2015.

Ainda, foi analisada a concessão de bolsas aos beneficiários do referido programa no período de janeiro de 2014 a agosto de 2015, sendo que esses recursos são provenientes da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sendo resultante da alimentação do Sistema Geral de Bolsas – SGB/Capes pela Coordenação Geral do Parfor no âmbito da Ufopa, correspondendo para o período o valor total de R\$ 8.287.100,00 (oito milhões duzentos e oitenta e sete mil e cem reais). Foram verificados processos referentes ao pagamento de notas fiscais de serviços em nome da Funpea, além de processos referentes à concessão de diárias a servidores:

23204.014828/2014-68	23204.014610/2014-11
23204.014828/2014-68	23204.008693/2014-00
23204.001451/2015-68	23204.009887/2014-14
23204.005895/2015-72	23204.012157/2014-09
23204.013746/2014-04	23204.013696/2014-57

Como resultado do trabalho, obtivemos 17 constatações que resultaram em 38 recomendações, distribuídas para a Coordenação Geral do Parfor/Ufopa e para a Reitoria, cabe ressaltar que este trabalho iniciou em agosto de 2015 e finalizou em abril de 2016.

A Audin tem trabalhado para sensibilizar os gestores quanto à importância e principalmente o seu papel fundamental como órgão de assessoramento e que objetiva o fortalecimento da gestão, não se afastando das normas legais e de apoio aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Com a racionalização das ações de controle e o fortalecimento da gestão, estará contribuindo para a correta utilização/aplicação dos recursos públicos, no âmbito desta Ifes.

Esta Audin, com o apoio da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, tem articulado oportunidades de capacitação aos seus servidores no intuito de que suas ações primem pela qualidade e confiabilidade dos trabalhos realizados.

Importante ressaltar que cabe aos gestores viabilizar e dar condições a continuidade do fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna, de forma a garantir de maneira efetiva o fortalecimento da gestão atinente aos princípios constitucionais.

Dentre os benefícios decorrentes da atuação desta Audin podemos destacar:

- Esclarecimentos a comunidade interna e externa quanto à atividade de controle interno exercida na Instituição, tornando-os mais conscientes quanto ao tema e fortalecendo a cultura de controle na Ifes.
- Levantamento de informações e diagnóstico sobre controles internos das Pró-

Reitorias: Proad, Progep, Proges e Procce; Sistema de Bibliotecas, CTIC, nos aspectos de ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento. Estas informações foram utilizadas para a matriz de riscos do Paint 2017 e por outro lado, subsidiar o gestor daquela unidade na identificação de fragilidades para realizar ações de melhoria.

Com a utilização do Sistema Monitor/CGU para o acompanhamento de recomendações da Controladoria-Geral da União, a Audin mantém uma comunicação mais direta com as unidades responsáveis pelo atendimento de tais recomendações, sendo que as manifestações das unidades são inseridas no referido sistema por servidores da Audin, assim, o acompanhamento ocorre de forma mais eficaz.

Durante o exercício de 2016, a equipe da Audin atuou no apoio as equipes de auditores da CGU, por ocasião de suas visitas a esta IFES, articulando junto às unidades as informações e documentos ora solicitados, bem como acompanhou o atendimento de diligência do Tribunal de Contas da União – TCU.

II. Quanto ao Relatório da unidade de Auditoria Interna sobre apresentação de contas anual (Relatório de Gestão) da Universidade Federal do Oeste do Pará:

Com base o resultado do acompanhamento da gestão e na documentação analisada, bem como nas conclusões apresentadas nas ações de auditoria efetuadas em 2016, através da emissão de relatórios de auditoria, é possível concluir que os procedimentos administrativos e operacionais na utilização dos recursos materiais, humanos, financeiros e tecnológicos forma desenvolvidos buscando a elevação da efetividade em busca dos objetivos estabelecidos.

Ressalte-se, ainda, com base no universo auditado que, não foram verificados atos que comprometam a gestão dos aludidos recursos quanto à legalidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade e que as falhas e impropriedades constatadas foram objeto de recomendações da Unidade de Auditoria Interna à Administração, que tomou medidas imediatas ou, no que demandou providências mais complexas, está adotando procedimentos preventivos e corretivos adequados ao aperfeiçoamento da gestão.

O processo de apresentação de Contas Anual da Universidade Federal do Oeste do Pará, referente ao exercício de 2016, refletido nas peças que o integram, na forma prevista da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e alterações posteriores, Decisão Normativa TCU 154 e 156/2016 foi examinado e verificou-se que o referido processo está composto de acordo com as formalidades legais e, em nossa opinião, a prestação de Contas Anual da UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, está em condições de ser submetida à apreciação e à aprovação do Conselho Superior desta Instituição, e, posteriormente, ao Tribunal de Contas da União.

Santarém, 29 de março de 2017


Jonathan Conceição da Silva
Auditor-Chefe da Ufopa



PARECER DO COLEGIADO

O Relatório está em julgamento pelo Conselho Universitário da Ufopa



RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

No ano de 2016, a CPADS teve uma expressiva demanda de processos disciplinares em andamento, o que acarretou uma certa sobrecarga de trabalho ao Coordenador responsável por gerir a unidade. Cumpre registrar que no começo do ano, a servidora Pâmela Feitosa foi lotada em caráter pro tempore e posteriormente removida a pedido para a Procuradoria Federal junto à Ufopa.

Em reuniões agendadas com a Reitoria foi informada a necessidade de lotação na Coordenação de mais 3 (três) servidores Assistente Administrativo nível “D”, com formação preferencial na área do Direito, para auxiliar os serviços de correição. A CPADS formalizou através do Memorando nº 119/2016 pedido de demanda de servidores para compor o quadro funcional, o que não foi atendido por parte da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – Progep e Reitoria.

Constatou-se ainda a necessidade de realização de cursos de capacitação para membros de comissões. Foi solicitado por meio do Memorando nº 134/2016 demanda de curso de capacitação em Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de formar um corpo de servidores da Ufopa preparado para atuar em comissões. A Progep realizou no final do ano um curso ministrado pelas servidoras Inara Dolzanis e Priscila Nonato capacitando algo em torno de 20 servidores.

As eventuais constatações de dano ao erário são informadas pelas comissões disciplinares ao final dos trabalhos. Nesse sentido, considerando os processos julgados/encerrados no exercício de 2016 não ocorreu por parte das comissões declaração explícita da ocorrência de dano ao erário nesses processos. No entanto, em relação aos processos em andamento a caracterização ou não de dano ao erário ainda não está definida, o que carece de análise mais detalhada a ser realizada posteriormente.

ROMERO CARRILHO FELIX JUNIOR
Coordenador de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância
Port. 1.334/2015



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Eu, Jeferson Oriente Brelaz Júnior, CPF nº 015.142.072-65, Coordenador de Contratos e Convênios em exercício, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), conforme estabelece na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Santarém-PA, 10 de fevereiro de 2017

JEFERSON ORIENTE BRELAZ JÚNIOR
Coordenador de Contratos e Convênios em Exercício
CPF: 015.142.072-65
Port. nº 43, de 10/01/2016



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

A área de gestão de pessoas da Ufopa tem seus processos regulares quanto ao registro dos atos de admissão de pessoas e de concessão de aposentadoria e pensão do pessoal; os quais são submetidos via Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), conforme Instrução Normativa TCU 55/2007.

No ano de 2016, foram registrados:

Tipo do Ato	Quantidade	Atraso
Admissão de pessoal	39	14
Concessão de aposentadoria	2	0
Concessão de pensão civil	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0
Concessão de reforma	0	0
Concessão de pensão militar	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0
Desligamentos	25	0

Fonte: Sisac, 2016.

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Universidade federal do Oeste do Pará - Ufopa estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Santarém, 17 de janeiro de 2017

MILTON RENATO DA SILVA MELO
CPF: 695.070.312-00
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró-reitoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

De acordo com a Lei 8.730/1993, autoridades, servidores e empregados públicos estão obrigados a disponibilizar suas declarações de bens e rendas – DBR, neste sentido a Progep implantou desde 2014, por advento da criação da Coordenação de Admissão de Pessoal, a rotina de apresentar ao servidor recém-empossado, a legislação que trata da obrigatoriedade de apresentação das DBRs, bem como a possibilidade de concessão por parte do servidor ao acesso a sua declaração de renda, por meio da Receita Federal, optando pela autorização, Formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física. Desta forma, os novos servidores, desde 2014, assinam a autorização de acesso, os quais ficam armazenados em suas pastas funcionais.

MILTON RENATO DA SILVA MELO
CPF: 695.070.312-00
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A Ufopa não integra diretamente o Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), isso porque este sistema visa realizar a gerência orçamentária dos diversos órgãos do governo federal. No caso da Ufopa, esta é parte integrante do Ministério da Educação. Este, por sua vez, utiliza o Simec (Sistema de Integrado de Monitoramento Execução e Controle) para realizar semelhante gestão dos recursos orçamentários que é feita pela Siop, porém em nível de suas unidades, como é o caso da Ufopa.



DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Conformidade Contábil da Ufopa é realizada pela CCONT da unidade, e consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) conforme preconiza a macrofunção 02.03.15. Terá como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade dos Registros de Gestão, Manual Siafi, e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise realizada pelo responsável pelo seu registro. O procedimento se dá a partir da análise dos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD)

Ao longo do ano de 2016, a conformidade contábil foi do tipo: Alerta (restrição 315) e do tipo: Ressalva (restrições: 640, 642 e 651). Foram regularizadas as restrições em tempo oportuno, exceto as seguintes restrições:

640 - Saldo Contábil bens móveis não confere com RMB: Em razão dos materiais permanentes adquiridos, conforme processo: 23204.007401/2014-11, do fornecedor Loidia Maria Moreira ME, não terem sido movimentados no Sima pelo DAP, devido o sistema utilizado pelo almoxarifado da Ufopa está em processo de desuso e em transição para outro sistema.

642 - Falta/Evolução Incompatível Dep. Ativo Imobilizado: Em razão da ausência de depreciação do elemento de despesa (142121200) Embarcações em alguns meses, e identificamos a divergência dos saldos final do Relatório Mensal da Depreciação da Diretoria de Almoxarifado da Ufopa com o do Siafi, devido o sistema utilizado pelo almoxarifado da Ufopa está em processo de desuso e em transição para outro sistema, Sipac.

651 - Falta ou Inconsistência no Contrato: Em razão da ausência de registro de contratos no Siasg, conforme determina a IN nº2, de 16/08/11/MPOG/SLTI.



**DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS
CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO
GOVERNO FEDERAL (SIAFI)**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Universidade Federal do Oeste do Pará	158515

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (Condesaud), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015 do órgão 26441, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:

Ressalvas:

- a) Restrição na Conformidade Contábil no código 640.
- b) Restrição da Conformidade Contábil no código 642.
- c) Restrição na Conformidade Contábil no código 651.

Justificativa(s):

a) Restrição 640- Saldo de bens moveis não confere com RMB: Sistema utilizado atualmente pelo almoxarifado da Ufopa (SIMA) está em processo de desuso e em transição para outro sistema (Sipac). Módulo Patrimônio já implantado, porém a transição ainda não foi finalizada devido a inconsistências apresentadas entre os sistemas no processo de migração das informações. A equipe do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e DAP estão trabalhando na resolução do problema, prazo estipulado para 31/07/2017.

b) Restrição 642 – Evolução Incompatível Depreciação ativo Imobilizado: Sistema utilizado atualmente pelo almoxarifado da Ufopa (SIMA) está em processo de desuso e em transição para outro sistema (Sipac). Módulo Patrimônio já implantado, porém a transição ainda não foi finalizada devido a inconsistências apresentadas entre os sistemas no processo de migração das informações. A equipe do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e DAP estão trabalhando na resolução do problema, prazo estipulado para 31/07/2017.

c) Restrição 651 - Inconsistência de Contrato: Ausência de registro de contrato e termos aditivos no Siasg, conforme determina a IN nº 2, de 18/08/2011/MPOG/SLTI. Referente ao Contrato 33/2013 – formalizado entre a Ufopa e Irmãos Muniz Ltda para locação de espaço. Prorrogado até maio/2017, prazo também destinado a regularização do mesmo.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Santarém-Pará	Data	31/12/2016
Contadora Responsável em Exercício	LUCIANA SANTOS SOARES Siape - 2112521	CRC nº	PA-018518/O



INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

Relação dos projetos desenvolvidos com a contratação de fundações de apoio

Identificação da fundação de apoio	
Nome:	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - Fadesp
CNPJ:	05.572.870/0001-59
Página na Internet:	www.portalfadesp.org.br

Informações dos projetos e dos instrumentos contratuais

Projeto					Instrumento celebrado			
Sequencial	Finalidade	Nº	Tipo	Objeto	Vigência		Valor (em R\$ 1,00)	
					Início	Fim	Bruto	Repassado
01	Pesquisa	09/2016	Contrato	Apoio a execução do projeto: Identificação dos Micro Eixos de Transporte dos Estados do Acre, Mato Grosso, Maranhão e Rondônia	23/06/16	28/02/17	1.200.000,000	1.200.000,000

ANEXOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
-----------	--

EMIÇÃO 10/02/2017	PAGINA 1
----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.175.617,61	2.910.565,36	Despesas Orçamentárias	166.963.059,61	147.030.313,40
Ordinárias	202.522,29	166.230,85	Ordinárias	37.043.758,38	21.376.267,21
Vinculadas	1.051.158,77	2.759.934,51	Vinculadas	129.919.301,23	125.654.046,19
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.051.158,77	2.759.934,51	Educação	129.303.349,74	104.889.403,14
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-78.063,45	-15.600,00	Operação de Crédito		15.780.584,08
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	531.706,96	3.342.627,05
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	84.244,53	1.641.431,92
Transferências Financeiras Recebidas	151.506.706,71	135.480.211,04	Transferências Financeiras Concedidas	2.015.499,59	319.327,46
Resultantes da Execução Orçamentária	135.813.030,06	122.564.476,83	Resultantes da Execução Orçamentária	274.798,21	-
Repasse Recebido	135.813.030,06	122.564.476,83	Repasse Devolvido	274.798,21	
Independentes da Execução Orçamentária	15.693.676,65	12.915.734,21	Independentes da Execução Orçamentária	1.740.701,38	319.327,46
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.115.627,56	11.901.383,09	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.461.850,55	137.496,61
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.578.049,09	1.014.351,12	Movimento de Saldos Patrimoniais	278.850,83	181.830,85
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	30.213.407,29	25.005.130,61	Despesas Extraorçamentárias	17.882.234,23	11.717.417,48
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	38.967,81	3.307.142,27	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.368.142,27	64.395,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.903.306,54	21.624.528,31	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	14.242.959,02	11.446.899,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	271.132,94	67.341,97	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	271.132,94	206.122,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	6.118,06	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos		6.118,06			
Saldo do Exercício Anterior	7.323.869,22	2.995.020,55	Saldo para o Exercício Seguinte	3.358.807,40	7.323.869,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.323.869,22	2.995.020,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.358.807,40	7.323.869,22
TOTAL	190.219.600,83	166.390.927,56	TOTAL	190.219.600,83	166.390.927,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

EMISSION 10/02/2017	PAGINA 1
------------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.772.513,00	2.772.513,00	1.175.617,61	-1.596.895,39
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	223.534,00	223.534,00	292.304,18	68.770,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	223.534,00	223.534,00	292.304,18	68.770,18
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.096.846,00	1.096.846,00	600.718,09	-496.127,91
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.096.846,00	1.096.846,00	600.718,09	-496.127,91
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.452.133,00	1.452.133,00	282.595,34	-1.169.537,66
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	33.202,00	33.202,00	81.807,96	48.605,96
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.418.931,00	1.418.931,00	200.787,38	-1.218.143,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 10/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.772.513,00	2.772.513,00	1.175.617,61	-1.596.895,39
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.772.513,00	2.772.513,00	1.175.617,61	-1.596.895,39
DÉFICIT			165.787.442,00	165.787.442,00
TOTAL	2.772.513,00	2.772.513,00	166.963.059,61	164.190.546,61
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	132.164.156,00	143.989.631,00	142.122.166,29	136.764.461,96	136.725.494,15	1.867.464,71
Pessoal e Encargos Sociais	86.798.498,00	97.536.738,00	97.140.383,87	97.140.383,87	97.140.383,87	396.354,13
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	45.365.658,00	46.452.893,00	44.981.782,42	39.624.078,09	39.585.110,28	1.471.110,58
DESPESAS DE CAPITAL	43.749.950,00	43.144.564,00	24.840.893,32	295.291,11	295.291,11	18.303.670,68
Investimentos	43.749.950,00	43.144.564,00	24.840.893,32	295.291,11	295.291,11	18.303.670,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	175.914.106,00	187.134.195,00	166.963.059,61	137.059.753,07	137.020.785,26	20.171.135,39
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ÓRGÃO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	175.914.106,00	187.134.195,00	166.963.059,61	137.059.753,07	137.020.785,26	20.171.135,39
TOTAL	175.914.106,00	187.134.195,00	166.963.059,61	137.059.753,07	137.020.785,26	20.171.135,39

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.424.521,81	6.531.862,44	6.075.049,06	6.065.758,71	425.993,08	2.464.632,46
Pessoal e Encargos Sociais	-	27.312,50	-	-	27.312,50	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.424.521,81	6.504.549,94	6.075.049,06	6.065.758,71	398.680,58	2.464.632,46
DESPESAS DE CAPITAL	13.731.678,67	15.092.665,87	8.177.200,31	8.177.200,31	10.991.033,82	9.656.110,41
Investimentos	13.731.678,67	15.092.665,87	8.177.200,31	8.177.200,31	10.991.033,82	9.656.110,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16.156.200,48	21.624.528,31	14.252.249,37	14.242.959,02	11.417.026,90	12.120.742,87

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	2.346.247,27	2.346.247,27	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.093.458,11	1.093.458,11	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.252.789,16	1.252.789,16	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.021.895,00	1.021.895,00	-	-
Investimentos	-	1.021.895,00	1.021.895,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.368.142,27	3.368.142,27	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

EMISSION
10/02/2017

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	5.001.285,24	8.991.062,87	PASSIVO CIRCULANTE	1.499.979,69	5.013.582,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.358.807,40	7.323.869,22	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.443.460,14	2.721.944,28
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	485.119,52	376.390,26	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	44.228,60	1.308.157,24
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	213,52	-
Estoques	1.085.961,91	1.290.803,39	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	71.396,41	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	12.077,43	983.481,18
ATIVO NÃO CIRCULANTE	118.716.972,43	113.713.395,25	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.499.979,69	5.013.582,70
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	117.856.449,79	112.852.872,61			
Bens Móveis	40.613.762,82	41.480.903,13			
Bens Móveis	57.201.692,27	54.591.895,34			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.587.929,45	-13.110.992,21			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	77.242.686,97	71.371.969,48			
Bens Imóveis	77.242.686,97	71.371.969,48			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	860.522,64	860.522,64			
Softwares	701.810,64	701.810,64			
Softwares	725.310,64	725.310,64			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-23.500,00	-23.500,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	158.712,00	158.712,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	158.712,00	158.712,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 10/02/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ÓRGÃO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	-	2016	2015
			ESPECIFICAÇÃO		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	123.718.257,67	122.704.458,12	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.718.257,67	122.704.458,12

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	3.358.807,40	7.323.869,22	PASSIVO FINANCEIRO	42.069.135,28	41.156.174,61
ATIVO PERMANENTE	120.359.450,27	115.380.588,90	PASSIVO PERMANENTE	1.443.460,14	1.635.478,88
			SALDO PATRIMONIAL	80.205.662,25	79.912.804,63

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.925.340,57	10.005.849,54	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	78.846.756,75	98.759.579,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.925.340,57	10.005.849,54	Execução dos Atos Potenciais Passivos	78.846.756,75	98.759.579,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.343.207,82	5.100.431,63	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.582.132,75	4.905.417,91	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	78.846.756,75	98.759.579,17
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	6.925.340,57	10.005.849,54	TOTAL	78.846.756,75	98.759.579,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.586.597,44
Recursos Vinculados	-35.123.730,44
Educação	-36.345.784,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.479.577,79
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-257.523,54
TOTAL	-38.710.327,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 10/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	5.529.324,60	10.712.936,87
INGRESSOS	152.953.457,26	138.464.236,43
Receitas Derivadas e Originárias	1.175.617,61	2.910.565,36
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	600.718,09	924.797,50
Remuneração das Disponibilidades	292.304,18	409.613,91
Outras Receitas Derivadas e Originárias	282.595,34	1.576.153,95
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	151.777.839,65	135.553.671,07
Ingressos Extraorçamentários	271.132,94	67.341,97
Transferências Financeiras Recebidas	151.506.706,71	135.480.211,04
Demais Recebimentos	-	6.118,06
DESEMBOLSOS	-147.424.132,66	-127.751.299,56
Pessoal e Demais Despesas	-128.089.559,56	-113.850.116,60
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-900.000,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.272.463,81	-923.400,86
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-125.617.095,75	-112.676.768,24
Cultura	-	-249.947,50
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-300.000,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTITULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
-----------	--

EMISSAO 10/02/2017	PAGINA 2
-----------------------	-------------

ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-17.047.940,57	-13.375.733,20
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-17.020.357,33	-13.327.470,65
Outras Transferências Concedidas	-27.583,24	-48.262,55
Outros Desembolsos das Operações	-2.286.632,53	-525.449,76
Dispêndios Extraorçamentários	-271.132,94	-206.122,30
Transferências Financeiras Concedidas	-2.015.499,59	-319.327,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.494.386,42	-6.384.088,20
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.494.386,42	-6.384.088,20
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.384.386,42	-6.286.588,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-110.000,00	-97.500,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.965.061,82	4.328.848,67



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 10/02/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.323.869,22	2.995.020,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.358.807,40	7.323.869,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 10/02/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	153.880.730,81	141.701.673,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	600.718,09	924.797,50
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	600.718,09	924.797,50
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	292.304,18	409.613,91
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	292.304,18	409.613,91
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	152.417.422,11	138.469.807,76
Transferências Intragovernamentais	151.506.706,71	135.480.211,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	910.715,40	2.989.596,72
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	287.691,09	321.299,96
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	287.691,09	321.299,96
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	282.595,34	1.576.153,95
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 10/02/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	282.595,34	1.576.153,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	149.267.547,46	139.124.072,38
Pessoal e Encargos	102.670.515,82	95.023.184,93
Remuneração a Pessoal	80.038.443,97	75.581.405,99
Encargos Patronais	15.342.714,40	14.106.508,08
Benefícios a Pessoal	7.289.357,45	5.335.270,86
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.255.041,99	912.243,94
Aposentadorias e Reformas	895.050,38	590.017,85
Pensões	359.991,61	322.226,09
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	32.866.240,45	28.517.010,15
Uso de Material de Consumo	881.129,76	484.638,55
Serviços	28.508.173,45	24.400.851,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.476.937,24	3.631.520,01
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	149.139,92	130,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	149.139,92	130,85
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.945.325,23	1.371.044,94
Transferências Intragovernamentais	2.015.499,59	319.327,46
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	27.133,24	48.262,55
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	902.692,40	1.003.454,93
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.205.235,22	4.569.642,03
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.176.610,38	1.349.982,00
Desincorporação de Ativos	28.624,84	3.219.660,03



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 10/02/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	158515 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA
ORGAO SUPERIOR	26441 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	33.281,24	14.823,65
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.172,46	380,48
Contribuições	32.108,78	14.443,17
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.142.767,59	8.715.991,89
Premiações	50.100,00	8.750,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.065.488,40	8.573.357,99
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	27.179,19	133.883,90
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	4.613.183,35	2.577.600,70

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015